

**REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E  
HISTÓRIA MILITAR  
DO  
BRASIL**



**ANO: 76 N° 104 2017**

**ISSN: 0020-3890**



## SUMÁRIO

### EXPEDIENTE

#### REVISTA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 49, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 73. Filiado à Comissão Internacional de História Militar

**Diretor e editor da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**  
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

#### Secretário

Cel Francisco Mineiro Júnior

#### Conselho Editorial – Diretor

Cel Av Manoel Cambeses Júnior

#### Membros do Conselho Editorial

Cel Antônio Ferreira Sobrinho  
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz  
Cel Manoel Cândido Andrade Netto

Casa Histórica de Deodoro  
Praça da República, 197 – Centro  
Rio de Janeiro, RJ – Brasil  
CEP: 20.211-350  
Tel (21) 2232-2691  
ighmb.org.br  
ighmb-historiamilitar@hotmail.com

3 – Editorial

5 – “Atlântico Verde”: uma riqueza a proteger. Repensando a defesa do litoral Leste, o coração energético do Brasil  
Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

12 – O pensamento militar brasileiro  
Gen Ex Paulo César de Castro

23 – Rússia e China: destacadas potências no tabuleiro do poder mundial  
Cel Av Manuel Cambeses Júnior

27 – Tiradentes no exército colonial  
Cel João Paulo da Silva Vieira

43 – As residentas, traidoras e destinadas a lutarem e morrerem por Solano Lopez  
Cel Cláudio Skora Rosty

66 – Reparando uma injustiça: a trágica história do capitão do *USS Indianapolis*  
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

74 – A Guerra Nuclear: um fantasma do passado ou um pesadelo para o futuro?  
Prof. Guilherme Antônio Dias Pereira

90 – Os 90 anos da criação dos Centros de Preparação dos Oficiais da Reserva  
Prof. Israel Blajberg

115 – Resenha – *O pensamento estratégico e o desenvolvimento nacional*  
Dr. Ives Gandra Martins

117 – Alocação de acolhimento aos novos associados do IGHMB

121 – Associados do IGHMB

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Os anúncios desta revista são de total responsabilidades dos anunciantes, tirando qualquer responsabilidade do IGHMB.

# Editorial

Este número da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil tem um toque plural, abrangendo temporalidades, temas e campos de conhecimento bastante diversos. Optamos por acolher essa multiplicidade de contribuições que, por diferentes caminhos representam os esforços de pesquisa do Instituto de História, por meio dos seus diversos núcleos e linhas de pesquisa. Dessa forma, a instituição propõe-se uma reflexão sobre os rumos do próprio pensamento produzido na pesquisa.

O recurso a uma saída estratégica de nós mesmos e o distancia-

mento que nos propõe novos horizontes pode passar também por entre essas páginas que ora apresentamos.

No artigo que abre a edição desta revista, o general Bergo, presidente do IGHMB, destaca a importância estratégica do litoral Leste do país, particularmente em razão de seu potencial energético, e apresenta uma inovadora proposta de defesa regional, baseada em operações combinadas englobando os meios das três forças armadas.

A evolução do pensamento militar brasileiro entre 1993 e 2017 é o tema de artigo do general Paulo Cé-





sar de Castro, que destaca a existência de uma doutrina militar própria empregada pelas forças armadas do Brasil nas operações militares e operações de paz, sob a égide da ONU.

No campo da geopolítica, o estudo *Rússia e China* analisa o papel dessas duas potências no cenário internacional, seja no âmbito bélico, seja no campo econômico.

Contemplando a História Militar brasileira, as pesquisas *Tiradentes e o exército Colonial* e *As residentes, traidoras e destinadas a lutarem e morrerem por Solano Lopez* evidenciam o passado histórico-militar do Brasil.

No bojo do celebrado filme de Hollywood *Homens de Coragem*, protagonizado pelo astro Nicholas Cage, o artigo *Reparando uma injustiça* analisa o processo que condenou, após o encerramento da 2ª Guerra Mundial, o comandante do cruzador *USS Indianapolis* por negligência, bem como sua reabilitação oficial, promovida muito tardiamente após a sua morte, por suicídio.

A crise contemporânea entre a Coreia do Norte e os EUA, alicerçada na mútua ameaça nuclear, inspirou a publicação de importante trabalho de pesquisa acerca da guerra atômica, com destaque para as possibilidades de sobrevivência do Brasil em um conflito desse espectro.

No campo do comemoracionismo uma data se destacou no corrente ano e foi merecedora de trabalho publicados em nossa revista. No ensejo do 90º aniversário do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, o Prof. Israel Blajberg, ele próprio um oficial da reserva do Exército Brasileiro, revisita as origens da formação dos oficiais da reserva e descortina a importância desses militares, evidenciada por ocasião da organização da Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial.

A você, caro leitor, razão de ser da nossa revista, desejamos uma boa leitura!

O editor.

# “Atlântico Verde”: uma riqueza a proteger. Repensando a defesa do litoral Leste, o coração energético do Brasil

Márcio Tadeu Bettega Bergo<sup>a</sup>

**Resumo:** Neste artigo o Presidente do IGHMB analisa a importância estratégica do litoral Leste do Brasil, considerado o “coração estratégico” energético do país, e apresenta uma proposta estratégica inovadora para sua defesa, baseada em operações combinadas e integrando os meios disponíveis no Exército Brasileiro, na Marinha do Brasil e na Força Aérea Brasileira.

**Palavras-chave:** Defesa, estratégia, geopolítica

## MISSÃO: DEFENDER

As missões constitucionais das Forças Armadas são: a defesa da Pátria, a garantia dos poderes, da lei e da ordem, além de atividades complementares. São atribuições claras, cabendo a cada Força Singular a respectiva organização e o preparo específico que atenda a cada missão. Quando as tarefas envolvem

mais de uma Força, os planejamentos são combinados, prevendo-se estruturas e ações coordenadas, sob um comando designado.

Logicamente, a preparação para as tarefas de defesa externa, voltadas a ameaças oriundas de fora, adquire maior amplitude, dada às dimensões continentais do Brasil e a variada gama de ambientes operacionais existentes. No entanto, as

---

<sup>a</sup> General de Brigada. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



atribuições voltadas para o interior do País não podem merecer menor atenção, sendo preciso atingir um ponto ótimo de equilíbrio.

Para a Força Terrestre, o litoral fica “à retaguarda”, em relação à faixa das fronteiras terrestres, e é quase sempre lembrado como “o limite do interior”, uma região quase que isenta de ações externas.

## **HIPÓTESES EXISTENTES NA FAIXA LITORÂNEA**

Quando se trata de defesa externa, o litoral, por natureza uma porta de acesso para meios navais, é ambiente operacional prioritário para a Marinha de Guerra, pois a maior possibilidade é de hostilidades oriundas de embarcações. Ações terrestres nesses locais dependerão do estabelecimento, pelo agressor, de um acesso ao território nacional após conquista de uma porção litorânea ou de um aeródromo de grande capacidade, que permita o desembarque de tropas aerotransportadas.

Existem, ainda, as possibilidades de atuações de pequenas frações, de forças especiais ou sabotadores. Sendo o ecúmeno estatal brasileiro formado pelas áreas localizadas numa faixa de cerca de 500 km do litoral, principalmente no Sudeste, acrescidas de partes do Planalto Central, é natural que, para o Exército, estas regiões se constituam na “última linha a defender”, objetivo principal das ações que porventura ocorram nos teatros de operações terrestres (TOT) passíveis de serem ativados nas fronteiras Norte, Noroeste, Oeste e Sul.

Os exercícios combinados se baseiam em hipóteses de emprego e visam a preparar as atividades que se vislumbram necessárias para a neutralização das ameaças navais (Marinha), para a qual o litoral é a frente, e para a proteção territorial (Exército), quando o litoral é a retaguarda. A Aeronáutica permeia ambas, com ações de vigilância, defesa e patrulha aéreas, entre outras. Um eventual ataque naval ou desembarque anfíbio dependeriam das situações de superioridade ou de supremacia aérea.



O litoral poderá, portanto, em todo ou em parte, ou estar inserido num TO Marítimo (TOM) ou, em caso de não ativação deste, ser considerado Zona de Interior (ZI, designação dada às regiões não abrangidas pelos TO) para um TOT.

A doutrina vigente prega, para as ZI, a atuação de unidades de Defesa Territorial (proteção da infraestrutura local e dos órgãos governamentais). As tropas do Exército na área, assim, terão encargos desta Defesa Territorial, e, também, possibilidades de serem levadas aos TOT ou, ainda, empregadas como forças terrestres componentes do TOM, juntando-se às forças navais. A preparação correspondente deverá ser para todas essas hipóteses.

A área do litoral sob responsabilidade do Comando Militar do Leste (CML) tem a 1ª Divisão de Exército (DE) como gestora dos encargos operacionais, restando, quando do seu emprego, a 1ª Região Militar (RM) para a Defesa Territorial. Para esta, os recursos disponíveis são constituídos pelos Tiros-de-Guerra (TG) e por unidades mobilizadas. Os meios são poucos e os

exercícios de mobilização necessitariam maior ênfase. Há, pois, justificada apreensão quanto a real capacidade de proteção desta rica área, em caso de necessidade.

## UM NOVO ENFOQUE

Os planejamentos e exercícios têm sido efetuados de maneira basicamente similar ou análoga em toda a extensão do litoral Leste/Sudeste, que delimita o “coração” do Brasil. No entanto, há que se destacar, no caso do CML, alguns aspectos fundamentais:

- o mar dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo contém a maior jazida de petróleo do País, responsável por 80% da produção nacional, além de possuir depósitos ainda incalculáveis de gás natural; o litoral abriga refinarias, dutos (tanto de gás como de óleos) e depósitos de combustíveis, essenciais à vida da nação;

- também neste trecho situar-se-á o complexo petroquímico de Itaboraí, em início de construção, o



que aumentará significativamente a importância econômica da área;

- a região possui diversos centros de pesquisa e escolas, prontos, em construção ou planejados, liga-

percentual de movimentação do comércio exterior, portanto, as vias terrestres de acesso a esses terminais adquirem maior vulto, pelos bens que nelas circulam;



Na região existem quatro portos de grandes dimensões: Rio de Janeiro, Sepetiba (foto), Vitória e Tubarão, com intenso movimento de navios e alto percentual de movimentação do comércio exterior.

dos à tecnologia petrolífera, assim como grande parte da indústria voltada para o setor;

- existem quatro portos de grandes dimensões (Rio de Janeiro, Sepetiba, Vitória e Tubarão), com intenso movimento de navios e alto

- a indústria naval da região responde pela quase totalidade da produção do setor no Brasil;

- a área encerra toda a produção nuclear brasileira: são duas centrais em funcionamento e outras em construção ou planejadas; 7% da energia elétrica produzida no País



vêm deste setor e o percentual aumentará no futuro próximo; igualmente, está incluída na região toda a capacidade nacional de enriquecimento e empastilhamento de urânio; e

- pelas características geográficas,

considerados militarmente hegemônicos, pelo “paredão” da Serra do Mar, um considerável fator defensivo.

Tudo isso conduz à constatação de que este pedaço do Brasil, mesmo quando considerado ZI, é



Uma Brigada de Infantaria mecanizada seria a tropa mais adequada para guarnecer o “eixo energético” desde Angra dos Reis até Vitória

cas, as principais concentrações habitacionais e instalações industriais e de estrutura da região se localizam na planície litorânea; é uma situação diferente da de São Paulo, onde elas estão no planalto e protegidas, pelo menos em relação a agressores não

merecedor de elevada preocupação e de intensas medidas efetivas de proteção. Ele forma um conjunto com o oceano, porém se constitui, em grande parte, num ambiente operacional terrestre, com certeza.



Se para a Marinha o mar territorial e a plataforma continental são a “AMAZÔNIA AZUL”, em analogia à prioridade dada pela Força Terrestre à Região Norte, a planície litorânea do Rio de Janeiro e do Espírito Santo pode ser considerada como o “ATLÂNTICO VERDE”.

E assim se refere a ela o Comando Militar do Leste (CML), responsável pelo preparo e pelo emprego das tropas, quando menciona esta porção que, de toda a costa brasileira, é a mais aquinhoadada com riquezas estratégicas.

## **PROPOSTA A DISCUTIR**

É muito importante a constatação de que a tropa terrestre existente na área não é suficiente para uma efetiva proteção de todas as riquezas mencionadas, em caso de ameaça externa. Acresça-se a isso o fato de que é nas grandes concentrações urbanas que a hipótese de emprego de meios na garantia da lei e da ordem (GLO) se apresenta com maior intensidade.

Estas são duas missões distintas, ocorrerão em condições diferentes, vão requerer meios, organizações, doutrinas e preparos específicos e maior efetivo do que o disponível. Existem duas brigadas localizadas na área: uma delas (tropa paraquedista) não se destina ao emprego por parte do CML e a outra tem destinações específicas, pré-definidas – apoio ao Ensino e Missões de Paz.

Sobressai, em consequência, a necessidade da existência de mais uma Grande Unidade (GU), apta a guarnecer o “eixo energético”, desde Angra dos Reis até Vitória, e a tropa mais adequada, para este caso, é a Infantaria Mecanizada (Inf Mec).

Por esta razão, o CML formou, em recente simpósio sobre sua reorganização, a sugestão para que se instale na área uma brigada dessa natureza, posicionada na baixada litorânea ao longo das principais rotas do fluxo energético oriundo do petróleo e do ciclo nuclear. Com esta providência, seria possível se reorganizar a 1ª Divisão de Exército



(1ª DE), vocacionando a GU existente às missões de defesa da Pátria e de GLO, além dos encargos escolares já previstos para ela. Complementarmente, ambas atuariam, em caso de necessidade, sob o comando unificado da 1ª DE na proteção territorial, antecedendo, enquadrando ou coordenando as atividades dos diversos TG existentes e das unidades mobilizadas.

Esta “nova” 1ª DE, em coordenação com a Marinha na sua atuação no oceano e nos portos, proporcionará, com maior efetividade, a proteção que a parte terrestre da região, tão rica em recursos, merece.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A defesa da Nação é tarefa permanente. Os planejamentos devem ser realistas e considerar todas as hipóteses. No segmento Leste do litoral brasileiro, a geografia (tanto a física como a humana) impele a se pensar em meios complementares e interligados, voltados tanto para o mar – efetivos da Marinha – quanto

para a terra – tropas do Exército. Estas últimas, ao que parece, são, hoje, insuficientes para as necessidades da área, nas circunstâncias aventadas.

O equilíbrio pode ser atingido com uma reorganização das GU e OM do CML. Para a formação de uma Bda Inf Mec, as principais unidades de combate já existem, faltando o adequado aparelhamento e a formação das frações de apoio, seja por transformação ou por remanejamentos. Também existem aquartelamentos disponíveis, fruto das liberações ocorridas pelas transferências recentes de tropas da 1ª RM para outras áreas.

O Atlântico precisa ter mais “verde” nas planícies do litoral do Rio de Janeiro e do Espírito Santo!

# O pensamento militar brasileiro

Paulo Cesar de Castro<sup>a</sup>

**Resumo:** O pensamento militar brasileiro tem dado significativos passos rumo às operações conjuntas. Tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica operando sob comando único e doutrina similar atuam em operações de paz sob a égide da ONU e em operações de garantia da lei e da ordem. A criteriosa seleção das áreas estratégicas prioritárias e o emprego conjunto das Forças Armadas comprovam que o pensamento militar brasileiro evoluiu – e muito! – de 1993 a 2017. O presente artigo analisa sua evolução, destacando as mais significativas operações militares envolvendo as três forças singulares.

**Palavras-chave:** Pensamento militar, Amazônia

“O pensamento militar brasileiro? Não existe!”

Estupefato, ouvi essa afirmativa de um colega de turma na Escola de Guerra Naval em 1993. Éramos alunos do Curso de Política e Estratégia Marítima (C-PEM) e referia-se ele ao tema de minha monografia. Ao saber de sua opinião, fui tomado por dois sentimentos simultâneos: decepção e estímulo.

Decepção, pela crítica tão mordaz e desabonadora à cultura militar. Estímulo, para pesquisar, estudar, refletir, concluir e expressar o pensamento militar brasileiro e, além disso, demonstrar o erro grosseiro que aquele oficial cometera.

Pesquisas e estudos conduziram-me a abordar o tema segundo quatro vetores de pensamento: o naval, o militar terrestre, o aeroespacial e o da Escola Superior de

---

<sup>a</sup> General de Exército. Associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Guerra (ESG). Reflexões e conclusões permitiram-me afirmar que, no Brasil, havia consistente pensamento militar expresso nos planejamentos estratégicos da cada Força e em alentada produção intelectual de nossos marinheiros, soldados e aviadores.

Entretanto, tornou-se evidente, também, que cada Força desenvolvera, ao longo da história, pensamento próprio e isolado do das coirmãs. A ESG contribuía com sua doutrina básica, especialmente por intermédio de consolidada proposta de método de planejamento estratégico que, com ligeiras nuances, fora parcialmente adotado e adaptado pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

Restou patente que o pensamento era, pois, constituído de ilhas de excelência estratégica, isoladas, distantes, desconfiadas umas das outras e que temiam se identificar como um arquipélago. Naquelas ilhas nascera, crescera e sedimentava-se profícuo pensamento militar. Essas conclusões revigoraram-me a alma de soldado e ratificaram-

me plena confiança nas instituições armadas.

Desde então, tenho testemunhado a expansão crescente e de tendência agregadora das fronteiras do pensamento militar brasileiro. As ilhas de excelência estão cada vez mais próximas e seus habitantes têm aprendido a se comunicar no mesmo idioma, irmanados que são por ideais e valores comuns.

Assim, este artigo se propõe a identificar conquistas significativas do pensamento militar no período 1993-2017, notadamente as que o tornam progressivamente conjunto.

## **O PENSAMENTO MILITAR E A AMAZÔNIA**

Estudos político-estratégicos abriram os olhos das Forças Armadas para um imenso vazio demográfico, rico, cobiçado, invejado, inexplorado, abandonado pelo poder público e pontilhado de organizações não governamentais estrangeiras e nacionais (sic), sob as vistas complacentes de autoridades civis, malgrado o persistente assessoramento



e os insistentes alertas que recebiam das três Forças.

O General Beaufre<sup>1</sup>, em *Disuasión y Estrategia*, afirma que a estratégia total no modo indireto decorre de limitações como: liberdade de ação; nível de emprego da força; meios (em geral); e meios militares. Nessa obra, o autor estuda a manobra por lassidão que

[...] no campo militar não pretende ganhar, mas durar sem perder. Consiste em prova de força desenvolvida por longo tempo, em um ponto fraco do inimigo, num teatro de operações excêntrico para ele, constituindo uma zona de combate limitada<sup>2</sup>.

A lassidão encaixou-se como uma luva, isto é, a resposta militar adequada para enfrentar um inimigo cujo poder de combate fosse, incontestavelmente, superior ao nosso. O Exército Brasileiro adotou-a para combater na Amazônia e, por meio de experiências próprias, aprimorou

a ideia original e desenvolveu a estratégia e o combate de resistência. Selva!

Pioneiro, vanguarda histórica da ocupação do território brasileiro, o Exército transferiu brigadas e unidades de outras áreas para o Comando Militar da Amazônia e construiu quartéis e residências, ações que potencializaram sua contribuição para o desenvolvimento regional e apoio às populações locais.

Sob a mesma ótica, a Marinha criou, em 1994, o Comando Naval da Amazônia Ocidental, embrião do 9º Distrito Naval, ativado em 2005, em Manaus.<sup>3</sup>

Esse grande comando tem empregado seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais em prol da defesa da Pátria e, simultaneamente, apoiado às comunidades ribeirinhas. Lá estão homens e mulheres de branco da “Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando de nossa gente!”

Riscando os céus da Amazônia, “As asas que protegem o País” tornaram-se cada vez mais indispensáveis vitais mesmo para a



sobrevivência de populações desassistidas e indígenas, bem como dos guerreiros de selva e a seus familiares nos pelotões especiais de fronteira (PEF). A exemplo dos voos pioneiros do Correio Aéreo Nacional, a chegada de uma aeronave é, sempre, motivo de júbilo, festa e esperança para todos.

A fim de incrementar o poder aeroespacial na área, a FAB, nos anos noventa, ativou o 1º/3º Grupo de Aviação, Esquadrão Escorpião, sediado na, então, Base Aérea de Boa Vista, operando aeronaves de ataque AT-27 Tucano. Ativou, também, o 2º/3º Grupo de Aviação, Esquadrão Grifo, sediado na, então, Base Aérea de Porto Velho, que opera os modernos AT-29 Super Tucano.

Além do exposto, a FAB desativou gradativamente os famosos C-115 Búfalo, notabilizados por inescusáveis participações em operações militares e de apoio humanitário em áreas carentes só acessíveis por via aérea, como, por exemplo, o PEF de Surucucu, em Roraima. Quantos devem suas vidas e a de seus familiares aos militares da

FAB, heróis anônimos? E quantos já estão devendo aos que tripulam os recém incorporados C-105 Amazonas, aeronaves que substituíram os saudosos C-115?

Desde a década de noventa, portanto, Marinha, Exército e Aeronáutica já operavam de forma conjunta na Amazônia, sem necessidade de documentos normativos ou doutrinários. Esse testemunho pode ser recolhido dos marinheiros, soldados e aviadores que tiveram o privilégio de servir naquela área estratégica prioritária.

## **O PENSAMENTO MILITAR E AS AMAZÔNIAS VERDE E AZUL**

O pensamento militar evoluiu muito daqueles idos de 1993 até 2017. A floresta tropical e o Atlântico Sul emprestaram suas cores para distinguir duas áreas estratégicas de prioridade um, a “Amazônia Verde” e a “Amazônia Azul”.

Naquele período, a Amazônia (“Verde”) manteve-se como uma



das referências do pensamento militar de longo prazo. A Marinha do Brasil, por exemplo, propõe-se a fortalecer sua presença na região próxima à foz do Amazonas, razão porque prosseguem os estudos com

Amapá, Maranhão e, em parte, Tocantins, ou seja, a Amazônia Oriental. Em decorrência, há unidades subordinadas prontas para o combate e outras em fase de implantação.

Merece ser citado que Belém



Riscando os céus da Amazônia, "As asas que protegem o País" tornaram-se cada vez mais indispensáveis para a sobrevivência de populações desassistidas e indígenas, bem como dos guerreiros de selva e a seus familiares nos pelotões especiais de fronteira.

vistas à criação de uma 2ª Esquadra e de uma 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra<sup>4</sup>.

O Exército criou, em 2013, o Comando Militar do Norte (CMN), com sede em Belém. Sua área de jurisdição abrange os estados do Pará,

sedia, hoje, grandes comandos apenas de duas forças: o 4º Distrito Naval e o CMN. A Força Aérea, em curso de ousada reestruturação<sup>5</sup>, ativou em fevereiro de 2017, a Ala 9, em Belém. Foram ativadas, tam-



bém, as Alas 7 (Boa Vista), 8 (Manaus) e 6 (Porto Velho), organizações operacionais de nível tático subordinadas ao Comando de Preparo.

A Marinha tem buscado alertar a sociedade para os incalculáveis bens naturais, biodiversidade e vulnerabilidade de extensa área oceânica, adjacente ao continente, a “Amazônia Azul”, cuja área é pouco menor, porém em tudo comparável à “Amazônia Verde”.<sup>6</sup> A “Amazônia Azul”, por receber prioridade um, implica planejamento e preparo conjunto das forças componentes, naval, terrestre e aérea. Um desafio e tanto!

## **O PENSAMENTO MILITAR E AS OPERAÇÕES DE PAZ**

O pensamento militar brasileiro tem evidenciado evoluir em direção a um pensamento conjunto. Eis o que se pretende demonstrar por intermédio de breve apreciação sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MI-

NUSTAH) e sobre o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

A MINUSTAH foi criada por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em fevereiro de 2004. Sob o comando de um general brasileiro encontram-se capacetes azuis da Marinha, do Exército e da Força Aérea, além de tropas de outros quinze países.<sup>7</sup>

A par da missão atribuída pela ONU, a MINUSTAH tem aproximado as Forças Armadas e lhes permitido adquirir experiência em operações conjuntas. Uma das peças de manobra do Batalhão de Infantaria de Força de Paz Brasileiro (BRABAT) é o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais<sup>8</sup> e um pelotão de Infantaria da Aeronáutica integrada o próprio BRABAT. Eis uma primeira conquista do pensamento militar conjunto.

O CCOPAB é uma organização militar vinculada diretamente ao Ministério da Defesa (MD), porém subordinado ao Exército Brasileiro, através da 1ª Divisão de Exército. É vinculado, também, ao Comando de Operações Terrestres e ao



Departamento de Educação e Cultura do Exército.<sup>9</sup>

A história do CCOPAB passa pela criação, em 2005, do Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz). Em 2010, essa organização militar foi designada pelo MD para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e, simultaneamente, denominou-a CCOPAB.

Este Centro herdou a denominação histórica do antigo CI Op Paz, “Centro Sérgio Vieira de Mello”, atribuída em 2008 pelo Comandante do Exército. Atualmente, o CCOPAB assim expressa sua missão: “apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e desminagem humanitária.”<sup>10</sup> Como organização conjunta, seus quadros contemplam militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, segunda conquista do pensamento militar conjunto.

A próxima conquista são as operações conjuntas de garantia da lei e da ordem (Op GLO).

## **O PENSAMENTO MILITAR E AS OPERAÇÕES DE GLO**

O MD adotou, em janeiro de 2014, o manual MD33-M-10, “Operações de Garantia da Lei e da Ordem” (GLO). Esse documento conjunto conceitua GLO como

uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001).<sup>11</sup>

Também em janeiro de 2014, o Exército adotou o Manual de Fundamentos EB20-MF10.103 Operações<sup>12</sup>, necessária fonte de atualização doutrinária para planejar e exe-



cutar as operações em amplo espectro. Dentre as chamadas operações básicas encontram-se as de apoio a órgãos governamentais que, como as demais, tem formas de apoio e, estas, tarefas. Garantir a Lei e a Ordem é uma das cinco tarefas da forma de apoio<sup>13</sup> proteção integrada. Eis brevíssima síntese da doutrina em vigor no Exército sobre GLO.<sup>14</sup>

A doutrina, consolidada em ambas as fontes e transmitida pelos citados manuais, decorre de larga experiência acumulada por nossas forças em operações cada vez mais frequentes. Expressa pensamento militar genuinamente nacional.

Foram conduzidas, somente em 2017, as seguintes operações conjuntas de GLO: “Operação Capixaba”, no Espírito Santo; “Operação Carioca”, no Rio de Janeiro; e “Operação Potiguar II”, no Rio Grande do Norte. Chama a atenção a presença de tropas da Marinha, do Exército e da Força Aérea atuando sob o mesmo comando e doutrina, terceira e relevante conquista do pensamento militar brasileiro. Algo

impensável naqueles tempos em que tive a honra de cursar o C-PEM.

## CONCLUSÕES

O pensamento militar brasileiro em 1993, quando este autor teve a felicidade de cursar o C-PEM, era consistente e fruto de atualizados estudos político-estratégicos expressos nos mais elevados documentos orientadores da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, forças que observavam, segundo ótica própria, a doutrina básica da ESG. Constituía-se em ilhas de excelência isoladas, desconfiadas, irmanadas por ideais e valores, mas que temiam reunir-se em um arquipélago. Assemelhavam-se, também, a quatro vetores que não formavam um sistema de forças.

A evolução do pensamento militar levou o Exército a voltar-se para a imensidão amazônica. Estudos acurados da conjuntura mundial, do subcontinente sul-americano, do abandono a que estava relegada aquela área estratégica e de seu vazio demográfico assustador,



entre outros fatores, obrigaram o Exército a concluir sem pestanejar: Amazônia, prioridade número um! Resultado atual: em Manaus, o Comando Militar da Amazônia e, em Belém, o Comando Militar do Norte, tendo ambos recebido unidades transferidas de áreas distantes e outras unidades especialmente criadas para operar na região. Selva!

A Marinha, sem tirar os olhos das águas azuis, decidiu incrementar seu poder de combate e, em consequência, sua presença na região amazônica. Assim, surgiram o Comando Naval da Amazônia Ocidental e seu sucessor o 9º Distrito Naval, com sede em Manaus.

A Força Aérea, com aeronaves AT-27 Tucano, e AT-29 Super Tucano, ativou unidades de ataque na Amazônia Ocidental, a par de substituir os C-115 Búfalo pelos modernos C-105 Amazonas. Continuou, destarte, a proteger o espaço aéreo, além de amparar a vida de inúmeras populações isoladas, dos militares do Exército e familiares que servem e vivem nos PEF.

Operar de forma conjunta é o dia-a-dia das Forças Armadas na

Amazônia. Lá a doutrina aprende com os profissionais de branco, verde e azul. Por vezes é difícil distingui-los, posto que todos envergam uniformes camuflados.

A Amazônia influenciou de tal modo a evolução do pensamento militar que a Marinha, em decisão magistral, denominou de “Amazônia Azul” a extensa região oceânica adjacente ao litoral brasileiro que, de tão rica e cobiçada quanto sua irmã “Verde”, como esta recebeu prioridade estratégica máxima. A preparação das forças componentes para eventual teatro na “Amazônia Azul” é um desafio a mais para os que pensam as soluções para o problema militar brasileiro atual e futuro.

O pensamento militar tem dado significativos passos rumo às operações conjuntas. É gratificante testemunhar tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica operando sob comando único e doutrina similar em operações de paz sob a égide da ONU e em operações de garantia da lei e da ordem.

A criteriosa seleção das áreas estratégicas prioritárias e o emprego



conjunto das Forças Armadas comprovam que o pensamento militar brasileiro evoluiu e muito! de 1993 a 2017. A par da comunhão de valores e ideais, o pensamento contribui para que desfrutemos de elevados índices de credibilidade junto à população brasileira.

Rumo ao futuro, “ Sustentar o fogo que a vitória é nossa! ”

## BIBLIOGRAFIA

BEAUFRE, André. *Estrategia de la acción*. Buenos Aires: Pleamar, 1994.

BRASIL. Marinha do Brasil. *Amazônia Azul*. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-0> Acesso em: 12 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Centro Conjunto de Operações de Paz. *Subordinação*. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>. Acesso em: 12 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Centro Conjunto de Operações de Paz. *Sobre o CCO-PAB*. Disponível em:

<http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>. Acesso em: 12 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Estado-Maior do Exército. *Operações*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *O Brasil na MINUSTAH (Haiti)*. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>. Acesso em 12 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *Operações de Garantia da Lei e da Ordem*. Brasília: Diário Oficial da União, 3 de fevereiro de 2014. Disponível em: [http://defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33\\_m\\_10\\_glo\\_2ed\\_2014.pdf](http://defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf). Acesso em 13 de março de 2017.

MUTTI, Gersio. Marinha do Brasil: implantação e localização da Segunda Esquadra. In: *Nota do Plano Brasil*. Disponível em: <http://www.planobrazil.com/marinha-do-brasil-implantacao-e-localizacao-da-segunda-esquadra/>. Acesso em: 12 de março de 2017.



<sup>1</sup> General de Exército, francês, nascido em 25 de janeiro de 1902. Retirou-se do serviço ativo em 1962.

<sup>2</sup> BEAUFRE, André. *Estrategia de la acción*. Buenos Aires: Pleamar, 1994, p.138 e seguintes.

<sup>3</sup> BRASIL. Comando da Marinha. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com9dn/sobrenos>. Acesso em 9 de março de 2017.

<sup>4</sup> MUTTI, Gersio. Marinha do Brasil: implantação e localização da Segunda Esquadra. In: *Nota do Plano Brasil*. Disponível em: <http://www.planobrazil.com/marinha-do-brasil-implantacao-e-localizacao-da-segunda-esquadra/>. Acesso em: 12 de março de 2017.

<sup>5</sup> Todos os Comandos Aéreos Regionais (COMAR) foram desativados, no contexto do processo de reestruturação da FAB.

<sup>6</sup> BRASIL. Marinha do Brasil. *Amazônia Azul*. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-0>. Acesso em: 12 de março de 2017.

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. *O Brasil na MINUSTAH (Haiti)*. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>. Acesso em 12 de março de 2017.

<sup>8</sup> DEFESANET. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/ph/noticia/24470/GptOpFuzNav-tem-a-primeira-mulher-combatente-a-integrar-uma-tropa-da-ONU>. Acesso em 12 de março de 2017.

<sup>9</sup> BRASIL, Centro Conjunto de Operações de Paz. *Subordinação*. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>. Acesso em: 12 de março de 2017.

<sup>10</sup> BRASIL. Centro Conjunto de Operações de Paz. *Sobre o CCOPAB*. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>. Acesso em: 12 de março de 2017.

<sup>11</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. *Operações de Garantia da Lei e da Ordem*, p. 14-64. Brasília: Diário Oficial da União, 3 de fevereiro de 2014. Disponível em: [http://defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33\\_m\\_10\\_glo\\_2ed\\_2014.pdf](http://defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf). Acesso em 13 de março de 2017.

<sup>12</sup> BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Operações*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1994.

<sup>13</sup> Ibid, p.4-21.

<sup>14</sup> Ibid, p.4-22.

# Rússia e China: destacadas potências no tabuleiro do poder mundial

Manuel Cambeses Júnior <sup>a</sup>

**Resumo:** Nesta primeira quadra do século XXI novos atores vêm atuando no cenário geopolítico internacional, modificando alianças tradicionais e influenciando no equilíbrio do poder mundial. O presente artigo analisa a aproximação entre duas potências mundiais – Rússia e China –, particularmente no campo energético e no Conselho de Segurança da ONU, bem como suas implicações geopolíticas para as relações internacionais.

**Palavras-chave:** Geopolítica, relações internacionais, energia.

A formulação da recente aliança energética entre dois portentosos países, China e Rússia, tem acarretado, como corolário, uma grande inquietação no Ocidente. O acordo para fornecimento de gás aos chineses, que totaliza quatrocentos bilhões de dólares, indubitavelmente é o maior compromisso da história da Rússia e constitui uma impactante resposta estratégica às aspirações das duas nações.

Analisando o significativo fato em termos geopolíticos, este acordo

permite aos russos diminuir consideravelmente a dependência econômica da União Europeia, a cujas países é direcionada a maior parte de sua exportação de gás. Para os chineses, entretanto, significa satisfazer às necessidades básicas e crescentes de sua provisão energética, que seu fenomenal e acelerado desenvolvimento econômico demanda. A pretensão da República Popular da China é abandonar gradualmente a utilização do carvão, sua principal fonte de energia, em

---

<sup>a</sup> Coronel Aviador. Associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



favor de alternativas menos poluentes e, certamente, mais eficientes.

Recentemente, em reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os dois países impuseram seus vetos na resolução tendente a condenar o regime do presidente Bashar Al-Assad, por violações aos direitos humanos na guerra civil que vem ocorrendo na Síria. Os vetos russo e chinês foram contrários a que o governo de Damasco seja levado à Corte Penal Internacional, onde se pretende investigar as acusações concernentes a crimes de guerra, em um conflito que já consumiu aproximadamente 150.000 vidas, nos últimos três anos.

O crescente isolamento de Moscou, por parte do Ocidente, em contrapartida, parece encontrar amplo acolhimento pelo governo de Pequim. O acordo elaborado com a China tem lugar, precisamente, quando a Rússia é vista com preocupação pelos norte-americanos, e, de maneira análoga, com os europeus, devido à escalada da crise que vem ocorrendo na Ucrânia. Faz-se mister ressaltar que o representante chinês na ONU se absteve do votar

no pleito que buscava impugnar o referendo independentista que teve lugar na Crimeia e que determinou, por maioria, a anexação dessa região à Rússia. Enquanto isso, os chineses enfrentam o temor de seus vizinhos: o Japão, em especial, se inquieta com a vocação expansionista do regime de Pequim nos mares situados à Leste e Sul da China.

É muito provável que o mega-acordo firmado pelo presidente Vladimir Putin com a China não signifique o afastamento da Rússia de sua tradicional relação e histórica identidade (embora parcial), com a Europa. A Rússia, entendida como um gigante entre dois mundos, certamente continuará a ser brindada pelo mandatário chinês Xi Jinping com um maciço apoio à sua destacada estatura como proativa protagonista no concerto das nações. A ideia da Rússia inacabada, isto é, aberta a todos os progressos, parece ser uma constante na esteira de sua evolução histórica. Convém recordar que entre os russos convivem, desde sempre, duas tensões centrais em sua própria perspectiva em relação ao seu papel no mundo: trata-



se de um país europeu? Ou, em realidade, uma ponte entre a Europa e a Ásia?

Não menos relevante é outra evidência de sua história: lamentavelmente, a Rússia deixou escapar de suas mãos movimentos

como o Renascimento e a Reforma, quando diversas transformações, em uma multiplicidade de áreas da vida humana, as-

sinaram o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Daí, a imperiosa necessidade do surgimento do benfazejo “salto para adiante”, sabiamente preconizado por Pedro, “o Grande”, que abriu as janelas da Rússia para o mundo, tradicionalmente introvertida e autosuficiente, dando um passo gigante com a implementação de eficientes ações nas áreas política, econômica, social, e cultural do país.

Convém lembrarmos que a aliança russo-chinesa deve ser lida e entendida em perspectiva histórica.

Contrariamente ao que se costuma pensar, as duas superpotências comunistas estiveram muito próximas de uma confrontação militar direta. A fricção geopolítica ocorreu em 1969, com o surgimento de um conflito

fronteiriço, desbordando para uma série de confrontos armados entre a União Soviética e a República Popular da China, que ocorreu no zênite da ruptura sino-

soviética dos anos 1960, causada pela competição entre os dois modelos de comunismo. A posse de uma ilha existente no rio Ussuri, chamada Zhenbao pelos chineses e Damansky pelo soviéticos, quase levou os dois países a uma guerra de consequências imprevisíveis.

A liderança e a visão estratégica de estadistas norte-americanos do porte de Richard Nixon e Henry Kissinger permitiram compreender que a China, temerosa de ser engolida pelo poder do império soviético, constituía, em realidade, um



*Delegação chinesa na ONU.*



importante ator central no futuro e, desse modo, o governo estadunidense reativou as relações com Pequim, a partir de 1972. A aliança Richard Nixon/Henry Kissinger e Mao Tsé Tung/Chou En-Lai, obviamente, tinha por objetivo conter o expansionismo soviético e, felizmente, permitiu alcançar, ao longo da década de 1970, a *détente* entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Na atualidade, os permanentes interesses do Ocidente deveriam levar os seus próceres a pensar com realismo e buscar, a exemplo de Nixon e Kissinger, as oportunidades entre realidades existentes no novo cenário mundial.

Esta compreensão, deveria partir da constatação de uma realidade inapelável: Rússia e China são, em termos históricos, nações que assumem a si mesmas, como grandes potências e importantes protagonistas do processo político global. Tanto em Moscou como em Pequim, a cúpula dos poderes entendem, de forma obstinada, que o

papel principal de ambos os governos é devolver às suas nações a liderança mundial do passado.

A recuperação do orgulho nacional e a grandeza perdida constituem o ponto de partida da agenda estratégica dos próceres russos e chineses. O mundo ocidental deve compreender e aceitar o desejo de ambos, como potências históricas, e, em especial, entender que na atual etapa do capitalismo global, a Rússia e a China estão destinadas a desempenhar um papel decisivo no curso dos acontecimentos mundiais. Ou seja, terão obrigatoriamente de se acostumar ao regresso de ambas ao primeiro plano do cenário mundial.

Rigorosamente, em termos geopolíticos, o que mais deveria inquietar o Ocidente não é o impactante avanço das potências não-ocidentais, e sim o seu próprio retrocesso, em termos relativos, no tabuleiro do poder mundial. A História, sistematicamente, tende a penalizar os que não compreendem suas tendências mais profundas.

*“Historia Magistra Vitae”*

# Tiradentes no exército colonial

João Paulo da Silva Vieira<sup>a</sup>

**Resumo:** Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é conhecido na história do Brasil como o protomártir da independência, a principal vítima da repressão portuguesa em resposta ao movimento da Inconfidência Mineira. Seu perfil pessoal e sua trajetória no Exército Colonial português, no entanto, constituem-se uma página pouco conhecida. No presente artigo o autor discorre sobre a vida de Tiradentes, desde sua juventude até o seu ingresso na Companhia de Dragões das Minas, evidenciando seu papel na conjuração.

**Palavras-chave:** Tiradentes, Inconfidência Mineira, Período Colonial.

Joaquim José da Silva Xavier, que receberia a alcunha de Tiradentes, nasceu no Sítio do Pombal, à margem direita do Rio das Mortes, município de São João Del Rei, onde seu pai dedicava-se à mineração e culturas agrícolas, quarto filho de uma prole de sete. Seu pai não estava incluído no rol dos homens ricos, mas era o que podemos classificar de remediado.

Muito cedo, contudo, teve Joaquim José de lutar por conta própria, devido o óbito de sua mãe, em

1755 e, logo após, de seu genitor, em 1757. Tanto que, já aos quatorze anos, ele andava empregado no serviço de tropas de cargas que iam ao Rio de Janeiro e à Bahia. Anos depois o encontramos trabalhando como comissário comercial, conforme consta de valioso livro de assentamentos do próprio Tiradentes. Através dessas viagens, contatando com costumes e ideias diferentes às de sua terra natal, foi aprimorando seus conhecimentos,

---

<sup>a</sup> Coronel Farmacêutico.



mercê de seu temperamento indagativo e curioso.

Quanto à data de seu nascimento, o assento de batismo foi lavrado nos seguintes termos:

Aos doze dias do mês de novembro de mil setecentos e quarenta e seis, na Capela de São Sebastião do Rio Abaixo, o Reverendo Padre João Gonçalves Chaves, capelão da dita Capela batizou e pôs os Santos Óleos a Joaquim José, filho legítimo de Domingos da Silva dos Santos e de Antônia da Encarnação Xavier.

Tiradentes era pessoa de fácil comunicabilidade e dotado de grande poder de persuasão. Sem nunca ter frequentado uma universidade, era loquaz como poucos, conhecendo razoavelmente a língua portuguesa, o que pode ser atestado através dos escritos por ele deixados. “Era inteligente e ativo, de conversa agradável, tendo uma bela alma e excelente coração”, escreveu de certa feita o Padre Joaquim Viagas de Menezes, fundador da Imprensa em Minas Gerais. Era um homem muito estudioso e cheio de

curiosidades pelos conhecimentos humanos.

Vários depoimentos de pessoas que com ele conviveram relatam que “era uma inteligência viva e sagaz, respondendo com rapidez e firmeza a quaisquer perguntas, sempre com muita decisão e acerto”. Na prática da medicina, aprendizado adquirido com seu padrinho de batismo, obteve largo prestígio junto à população, mercê da habilidade com que exercia seu mister.

Tiradentes era um homem de coração bondoso e caritativo, paralelamente a rudez que lhe imprimia a vida, desde a sua infância difícil. Tinha temperamento simpático, expansivo, cativante e prestativo, o que lhe facilitava fazer novas amizades.

O cônego Soares de Araújo, que na época da malograda conjuração era professor no Seminário de Mariana, e conheceu o alferes ainda jovem, referindo-se a ele disse: “desde a infância revelou viveza intelectual”. Através da maneira escoceita de se expressar, dotado de timbre de voz agradável e penetrante, ele arrebatava adeptos para o



movimento libertador. Contudo, essa sua falta de “freio na língua”, o viria a perder.

Seu amigo e inconfidente, o padre Manoel Rodrigues da Costa, que retornou ao Brasil antes de falecer, em 1844, disse: “o que no Tiradentes mais se notava era a temeridade, que ele, embalde, tentou re-frear ponderando-lhe suas perigosas consequências”. E deixou ainda o importante depoimento, que “atribuía ao Alferes Joaquim José o principal papel na Conjuração”.

Seus rompantes em prol da Independência do Brasil eram contra as injustiças sociais clamantes ao vilipendiado povo brasileiro, e em particular ao povo mineiro. Comportamento típico de um líder, aquele que se alteia em defesa de seus semelhantes oprimidos pelos poderosos.

Seu amigo e também inconfidente, cónego Luiz Vieira, que retornou à pátria após o degredo, dizia sempre, “que se houvesse muitos como o Tiradentes, seria o Brasil uma República florescente”. O padre Rollim, também seu comparsa

na conjuração, considerava o Tiradentes como um herói. Basílio Me-deiros, um dos delatores do movimento ao Visconde de Barbacena, declarou “que era o Tiradentes quem concitava o levante”.

O padre Ignácio Nogueira, que o conheceu bem de perto, disse que “o alferes Tiradentes era um homem nobilíssimo, digno noutro país das atenções do governo. O único crime que tinha era amar a Pátria e querer vê-la livre do despotismo da metrópole [...] era um homem enérgico e obstinado em suas crenças, mas generoso até descuidar de si próprio, franco e leal”, assim deixou registrado nos fastos da história, seu amigo, o padre Martinho de Freitas, com quem teve estreito relacionamento.

Destarte, nenhuma razão assiste, portanto, aos que disseram e que ainda têm a ousadia e a petulância de dizer, que esse homem foi um ator secundário da trama, e que só serviu para perder seus companheiros. Desconhecem totalmente a relevância de sua participação, ou então não se deram ao cuidado de estudar o assunto com imparcialidade.



Estimado e prestigiado por todos os recantos das Minas Gerais e do Rio de Janeiro, era respeitado como homem digno e de conduta honesta. Tiradentes está muito acima e além da imagem que lhe tentaram maquirar alguns iconoclastas historiadores, embora raros, que trabalharam mais com as ferramentas da perversidade, do maquiavelismo e do antipatriotismo, do que com documentos históricos.

## **O COMERCIANTE E O DENTISTA**

É certo que não foi um homem de sorte no comércio que empreendia pelos sertões da Bahia ou pelos caminhos rumo ao Rio de Janeiro, e tampouco em suas fracassadas minerações tentadas em uma pequena propriedade que possuía. As atividades comerciais de Joaquim José lograram pouco sucesso.

As viagens longas e cansativas que empreendia pelos perigosos caminhos da Bahia, davam-lhe mais oportunidade para o exercício habilitíssimo de dentista do que para sua

malograda profissão de vendedor ambulante para a qual não apresentava nenhum pendor. Ficava tão penalizado de ver tanto sofrimento, tanta pobreza, que acabava dando as suas mercadorias àqueles infelizes, desprovidos de bens para reembolsá-lo.

Contudo, sua habilidade de dentista foi tão marcante em sua vida, e ele a exercia tão bem, que frei Raimundo da Anunciação Penafortte deixou para a posteridade este relato: “Tirava com efeito, dentes com a mais sutil ligeireza; e ornava a boca de novos dentes feitos por ele mesmo, que pareciam naturais”.

De certa feita, numa dessas viagens pelos sertões, deparou-se em uma estalagem com um comboieiro de negros, que infligia tratos cruéis a seus escravos, açoitando-os covardemente, quase os levando a morte, saindo o Tiradentes em defesa daqueles infelizes, e promovendo uma violenta luta corporal com o perverso indivíduo.

Preso, devido a um processo que lhe moveu o vil senhor, perdeu todos os bens que levava consigo,



os animais, as mercadorias que seriam comercializadas, o ferramental de dentista e os medicamentos, decidindo retornar então à Vila Rica, com a iniciativa de assentar praça na Companhia dos Dragões daquela cidade, por entender ser um serviço menos penoso e melhor remunerado do que aquele ao qual estava se dedicando. Contava na época vinte e três anos de idade.

## **O EXÉRCITO COLONIAL NO SÉCULO XVIII EM MINAS**

As lutas contra os holandeses no Nordeste e os franceses no Rio de Janeiro, bem como as guerras no Sul do País, deram ocasião a feitos bélicos que, a partir do início do século XVIII, influíram profundamente na organização militar da Força Terrestre.

Paralelamente, a descoberta de riquezas auríferas e diamantíferas em Minas Gerais, contribuiu grandemente para a ocupação e a incorporação desse novo e rico território à Colônia, até então desconhecido,

e também para o crescimento da organização militar terrestre, nessa primeira metade do referido século. Ampliaram-se as possibilidades de recrutamento e de criação de novas Unidades, gerando conseqüências que afetaram a estrutura militar vigente na época.

A infraestrutura colonial tinha predominantemente feição militar. É por essa razão que se diz que a história militar brasileira se confunde com a própria história Pátria. Nesse início do século, destacam-se as inovações na cadeia de comando introduzidas pelo Rei D. João V, como, por exemplo, a instituição de precedência por antiguidade, a transformação da denominação de mestre-de-campo para coronel, a premência de criação de novas unidades, o melhor adestramento da força militar, dentre outras.

As forças compunham-se, de modo geral, de tropas de primeira linha, de milícia e de corpos de ordenanças. De primeira linha eram as vindas da Metrópole, completadas por brasileiros se fosse necessário.



Mais instruídas, garantiam a autoridade militar dos capitães-generais e eram elos de ligação.

As milícias, ou tropas de segunda linha, tinham características mais civis que militares, não havendo uniformidade de critério de uma para outra Capitania; tinham os seus coronéis no comando.

As ordenanças, ou tropas de terceira linha, eram formadas com o restante da população não enquadrada nas categorias anteriores, estando toda ela automaticamente incluída neste último tipo de enquadramento militar. As ordenanças tinham para comandá-las os famosos capitães-mores, que eram os chefes civis e militares, residindo em cada vila ou aldeia, juntamente com a autoridade judiciária.

As milícias e as ordenanças formavam, em última análise, a base da ordem e da lei, porque garantiam a autoridade civil dos magistrados. Eram o sustentáculo da integridade territorial, pela sua presença efetiva, em todos os quadrantes, transformando-se assim em um instrumento de forte mobilidade social.

Enfim, a Força Terrestre incorporava toda a população da Colônia, através, sobretudo, da prestação do serviço militar nas ordenanças que, apesar da sua relativa fraqueza numérica, foi extremamente vigorosa para a manutenção do nosso território e poderoso fator de integração.

Em Minas Gerais, a organização militar desse início de século, era quase que totalmente formada por esse tipo de formação, as ordenanças. Representavam o povo em armas e, praticamente, a polícia do enorme território, a despeito da instrução militar insuficiente e precária. Assim, as primeiras gerações de brasileiros formaram-se sob os moldes desse tipo de organização militar; daí, até os dias atuais o Exército Brasileiro, por tradição, ser formado por gente do povo, das várias classes sociais e não de uma casta diferenciada.

Nesse princípio, o armamento era bastante precário e primitivo, de pequeno alcance e de pouca precisão. As unidades de infantaria, por exemplo, estavam armadas com mosquetões, espingardas, carabinas, espadas e baionetas; a artilharia



dispunha de canhões forjados em bronze e ferro.

Objetivando colocar ordem na região aurífera, criou-se em Minas Gerais, em 1709, por iniciativa do Governador da Capitania, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, o primeiro terço de ordenanças, a fim de acabar com a guerra entre paulistas e emboabas, sendo preciso mobilizar duas companhias.

Em seguida, em 1719, foram criadas duas Companhias de Dragões, ambas oriundas de Portugal, uma em Vila Rica e outra em Mariana, contando cada uma com pouco mais de quarenta homens, como solicitado pelo então Governador, o Conde de Assumar, que, se sentindo sem nenhum apoio militar adequado quando de sua ida a Minas Gerais, pediu à Metrópole que enviasse à região um corpo de tropa para ali ficar sob o seu comando. Nessa época, o Governador era comum às Capitânicas de São Paulo e Minas Gerais.

Fervilhava na ocasião a movimentação de forasteiros e aventureiros, na busca frenética pelo ouro e pelas pedras preciosas, cabendo às

autoridades controlar as extrações e cobrar o quinto, evitando-se o contrabando. Somente uma força militar bem equipada, adestrada e leal para exercer tal função. O padre jesuíta italiano de nome Antonil, que esteve na região nesse período, de tão horrorizado com o que viu, deixou esse depoimento: “Deus permitiu para castigo do Brasil, a descoberta de tais riquezas em suas Minas Gerais”.

E, graças à presença dessas duas Companhias, o Governador conseguiu debelar no ano seguinte, 1720, o levante liderado pelo português Felipe dos Santos, que se rebelara contra o pagamento da quinta parte devida ao governo de toda a riqueza extraída da terra.

Sentindo a necessidade de um controle mais rigoroso e estreito da região aurífera, foi daí expedido o Alvará de 2 de dezembro de 1720, por D. João V, no qual criava a Capitania de Minas Gerais, agora independente da Capitania de São Paulo. Somente em 1735 foi então criada uma terceira Companhia dos Dragões, com sede em Cachoeira do Campo.



O alferes Joaquim José da Silva Xavier trajando o uniforme dos Dragões Reais das Minas

Amplas eram as atividades do Exército Colonial naquela época, inclusive a de polícia, tendo, de maneira particular em Minas Gerais, a incumbência da difícil missão de fiscalizar a atividade extrativista; além do combate ao banditismo,

que proliferou de maneira assustadora por toda a região em face das riquezas que se acumulavam com rapidez nas mãos dos aventureiros. Pensou-se até mesmo no controle rigoroso de quem poderia ter uma licença para adentrar à Capitania para a atividade extrativista.

E foi dentro desse bosquejo de atividades das forças militares localizadas em área tão importante do território nacional, que Joaquim José da Silva Xavier foi admitido para incorporar-se na Companhia dos Dragões, no quartel de Vila Rica, no ano de 1769, galgando os postos inferiores até ser promovido a Alferes, em 1775, haja vista os relevantes serviços que vinha então prestando à corporação, e também pela sua lealdade, disciplina e coragem, virtudes inatas no bom militar.

Tiradentes era prestativo e operoso, e, concomitantemente à atividade castrense, à qual adaptou-se sem embaraço, continuou a aplicar-se no exercício da medicina, sempre solicitado, tratando a todos com atenção e cuidado, independentemente da posição social do necessi-



tado, suprindo dessa forma a ausência de um serviço sanitário na tropa naqueles tempos. Foi-se assim forjando a sua imagem de líder e estimado por todos, dentro e fora da caserna.

Com o açodado desenvolvimento da região, e a premência de asseverar-se da total segurança dos bens do subsolo que pertenciam a Coroa Portuguesa, em 1778, por Decreto Real, as três Companhias de Dragões, fundiram-se, transformando-se num Regimento de Linha, com o efetivo de cerca de 250 homens.

E em 1779, um ano depois, instalou-se definitivamente o Regimento de Cavalaria Regular de Minas Gerais, no aquartelamento de Cachoeira do Campo, construído para esse fim; vila onde também o Governador tinha uma residência, próximo à Vila Rica, na época considerado um dos melhores e mais modernos quartéis do Brasil e onde, atualmente, é a sede de um Colégio pertencente à Congregação dos Salesianos.

Pouco tempo depois o Regimento de Cavalaria, os Dragões de

Minas, já totalizava mais de 500 homens. Havia sido criadas também três Companhias de Tropa Irregular (a pé), vinculadas à Intendência dos Diamantes, com mais de 150 homens, e trinta e dois regimentos da força miliciana.

Militarmente, o alferes Joaquim José gozava da admiração e da total confiabilidade de seus superiores hierárquicos, tanto que, para as diligências mais arriscadas e difíceis, seu nome era lembrado de chofre. Fora escolhido de certa feita para servir de guia e segurança do Governador da Capitania, Luiz da Cunha Menezes, em viagem do mesmo pelos sertões de Minas, fim conhecer áreas de mineração, recebendo também daquela autoridade a tarefa de “tirar plantas e tirar configurações cosmográficas e geográficas do mesmo terreno”, pois o dito militar “tinha inteligência mineralógica”. Com dois soldados, fora designado para chefiar a escolta que conduzia o ouro dos “quintos”, remetidos para Portugal, através do porto da cidade de Paraty, dada a confiança nele depositada.



Outra missão de grande relevância que o alferes Joaquim José recebeu do Governador foi exterminar a “Quadrilha da Mantiqueira”, constituída por um grupo de facínoras que diariamente assaltava e matava os viajantes que iam do Rio de Janeiro para Minas, e vice-versa, dando cabo da missão em pouco tempo, e restabelecendo a ordem e a segurança. Por essa ação, Tiradentes recebeu uma interessante e importante carta assinada pela Rainha de Portugal, Dona Maria I, que o enalteceu, tratando-o como o “Comandante de Patrulha do Caminho Novo”.

## **O VISIONÁRIO E IDEALIZADOR DO MOVIMENTO DE INDEPENDÊNCIA.**

Lembramos que Tiradentes era um homem do povo, de origem simples, acostumado a uma vida rude e dificultosa. Acima disso, ele personificava a figura da gente sofrida das auríferas plagas das Minas Gerais. Encarnava os verdadeiros anseios de liberdade que pulsavam nos

corações oprimidos dos brasileiros. Era um autêntico idealista que levava ao povo a mensagem libertadora, indiferente aos perigos expostos por todos aqueles que ousavam clamar em benefício das causas populares.

O Doutor José Resende Costa Filho, inconfidente de 1789 que retornou ao Brasil após o degredo e falecido em 1841, em suas “Notas sobre a Inconfidência Mineira”, declarou que o “Tiradentes principiou a manifestar os seus princípios de liberdade, ainda no governo de Luís da Cunha Menezes, em Minas Gerais, que sendo denunciado, aquela autoridade os desprezou, como se declara no Acórdão da Alçada, e prosseguiu com vigor no ano de 1788, princípio do governo do Visconde de Barbacena”.

Tiradentes era um militar acostumado às vicissitudes e as durezas da vida da caserna. De uma sinceridade e coragem que assustava os mais céticos. O frei Raimundo da Anunciação Pennaforte, chefe dos confessores que assistiram aos inconfidentes durante os três anos em que estiveram recolhidos às prisões



do despotismo lusitano, e localizadas na cidade do Rio de Janeiro, tendo presenciado pessoalmente o enforcamento do alferes, deixou escrito para a posteridade importante relato intitulado "Os Últimos Momentos dos Inconfidentes de 1789", onde declara:

Este homem foi um daqueles indivíduos da espécie humana que põe em espanto a própria natureza. Entusiasta com o aferro de um Quaker; empreendedor, com o fogo de um Dom Quixote; habilidoso, com um desinteresse filosófico; afoito e destemido, sem prudência às vezes, e temeroso ao ruído da caída de uma folha. Mas seu coração era bem formado.

Devassaram a sua vida, principalmente sua situação de militar, como um integrante do Exército Colonial, mas nunca se encontrou o menor indício de desonestidade, desvio de dinheiro público, contrabando de ouro ou diamante, tão comuns na época. Suas ações foram sempre pautadas na correção de atitudes e na honestidade. Jamais compartilhou de negócios sórdidos.

Os juízes que o julgaram não conseguiram imputar ao Tiradentes, manchas que pudessem tisonar a sua condição de homem público civil e, em especial, a de militar, cumpridor fiel de suas missões.

Alguns opositores o classificam de louco. Louco, sim, de amor à sua Pátria, à sua gente. Louco de amor à liberdade, em uma época em que a nação era uma imensa senzala da tirania e da vexatória exploração da coroa portuguesa.

Possuía um coração fraternal, impregnado de cristianismo. Empolgou-se com os sofrimentos alheios, muitas vezes com sacrifício próprio. Foi antes de tudo um visionário, um iluminado; como bem o interpretou a poetisa Cecília Meireles, em sua poética obra "Romanceiro da Inconfidência":

Pobre de quem tem um filho  
Pela sorte assinalado!  
Vem galopando e sorrindo  
Como quem traz um recado.  
Não que o traga por escrito;  
Mas dentro de si – consumado.

Em conversa com um amigo, este o alertou do perigo que estava



correndo com as falas desenfreadas sobre a liberdade do Brasil, ao que o alferes retrucou: "Hei de armar uma meada que, em cem anos, se não há de desatar".

Seu grande amigo, conterrâneo e inconfidente, José Álvares Maciel, tinha pelo alferes Joaquim José uma enorme simpatia, tendo deixado o seguinte depoimento sobre sua pessoa: "Que nobre ansiedade tem ele pela grandeza do Brasil! Quando se refere à triste situação em nos encontramos, sua voz se transforma e seus olhos se enchem de lágrimas. Nunca vi tão perfeita encarnação de patriota".

Disse mais, que a primeira vez que ouviu falar na libertação do Brasil do jugo lusitano, foi através do Tiradentes, nesta cidade do Rio de Janeiro, quando recém-chegado da Europa, após concluir seus estudos em Coimbra; isso em 1788.

Alguns falsos historiadores querem dizer que o Tiradentes se ligara ao partido da conjuração. O que não é verossímil. Tiradentes, como está hoje amplamente corroborado, foi o autor da ideia.

Quando seus infortunados sócios da conjura abraçaram o movimento, já o encontraram com o seu ardente e incomensurável patriotismo, sendo por ele persuadidos. Isso aconteceu tanto em Minas quanto no Rio de Janeiro, onde havia vários comerciantes conhecedores e simpatizantes da ideia libertária, em face da espoliação que também sofriam.

E o próprio alferes Joaquim José à quarta inquirição a que foi submetido, sendo-lhe instado que declarasse a verdade acerca das pessoas que favoreciam ao movimento, ou premeditavam o dito levante, asseverou ao juiz:

Que é verdade que se premeditava o levante, que ele respondente confessa ter sido quem ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse, nem lhe inspirasse coisa alguma e que tendo projetado o dito levante, o que fizera desesperado por ter sido preterido quatro vezes em suas promoções.

O coronel Ignácio José de Alvarenga Peixoto, em um de seus depoimentos, declara: "Essas falas de



um levante são do Alferes Tiradentes, aquele oficial feio e de olhar espantado”. Nenhuma razão, portanto, assiste aos que disseram que esse homem foi um ator secundário no movimento e que só serviu para perder os outros. Foi ele sim, o líder, e pelos próprios depoimentos se conclui ter sido a alma de tudo.

Na nossa visão, reportando até mesmo a um aspecto filosófico, Tiradentes era antes de tudo um predestinado, aquele que veio com a motivação de estimular e acender a chama do patriotismo no povo brasileiro, no sentido de tornar esta Pátria continente, em uma das grandes nações do mundo, como presentemente já se nota, uma nação emergente, o celeiro capaz de saciar a fome do mundo, um país antibelicoso e que tem levado a vários países do mundo sua mensagem

de concórdia, harmonia e fraternidade, através das forças de paz.

## A PRISÃO E A EXECUÇÃO DE TIRADENTES

Estando Tiradentes na cidade do Rio de Janeiro e sabendo, por amigos, da perseguição que o Vice-Rei determinara à sua pessoa, pois o delator já havia denunciado às autoridades o sonho libertário que o grupo maquinava em Minas Gerais, sendo o alferes de Cavalaria Joaquim José o seu principal líder.

Sua prisão deu-se no dia 10 de maio de 1789, na rua dos Latoeiros (atual rua Gonçalves Dias), num domingo à noite, não esboçando nenhuma reação à voz de prisão dada pelo alferes Vidigal, do Regimento de Estremoz.



Relievo mostrando a execução de Tiradentes



Iniciar-se-ia aí o terrível processo que se arrastaria pelo longo período de três anos.

Mantido na prisão da Ilha das Cobras, foi submetido a onze inquirições, sem, contudo, denunciar nenhum comparsa do conluio. Sem o prestígio que alguns conjurados emprestavam à glória literária, a outros a riqueza, a outros a posição social, Tiradentes ergue-se no meio de todos como o chefe incontestável, não somente por ser o iniciador audaz do movimento, mas também pelo devotamento com se entregou a essa nobre causa.

E na prisão, contudo, onde a maioria se degrada, tomou o alferes consciência de seu valor e da verdade que alcançara, e ampliando os recursos de sua generosidade, ultrapassou em muito o que fora como homem livre.

E quem tem a oportunidade de analisar as peças dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, a maior e mais fidedigna fonte de informações daquela malograda sedição, sobressai sempre o papel admirável do Tiradentes. E ele, embora

fosse um dos mais humildes e modestos em posição social e cultural, se tornou graças às suas qualidades próprias que fascinavam e atraíam, o autêntico centro da conspiração.

Foi, portanto, a figura principal da Devassa. Mas, ao invés de fazer vítimas com acusações aos companheiros, foi a maior vítima. Maior e mais meritório foi o seu sacrifício, expondo-se a afrontar a morte sem hesitar, sem medo; mas com coragem e idealismo.

Foi deste modo um bravo, um autêntico herói e, por isso, resignou-se, desafiando as consequências de seu procedimento, sem direta ou indiretamente insinuar-se na piedade ou clemência dos juízes, como fizeram seus companheiros de infortúnio.

No dia 19 de abril de 1792, uma quinta-feira pela manhã, adentrou à sala do Oratório, onde se encontravam os onze conjurados, o juiz que leu a primeira sentença de morte para todos, assinada pela Rainha Dona Maria I, condenando-os à morte natural pela força, que já se encontrava levantada no Campo de São Domingos. Apagava-se então o



último lampejo de esperanças da comutação da pena máxima para aqueles infelizes.

Um suor mortal a todos ume-deceu o corpo; e tragaram a última gota do amargo fel. Prepararam-se, cada um dentro de seu estado de desesperança, para a morte que era iminente. Somente o alferes Tiradentes permanecia impassível, e num desabafo ao ver seus compar-sas em total desespero, tomados de choros convulsos, exclama:

Sempre disse aos Ministros, quando inúmeras vezes fui ao Tribunal, que só a mim fizessem justiça. Não quero levar atrás de mim tantos infelizes aos quais contaminei. Eu sou a causa de morte destes homens. Desejaria ter mais dez vidas e podê-las a todos eles. Se Deus me ouvira, só eu morreria e não eles.

No dia seguinte, sexta-feira, 20 de abril, retorna o juiz à sala do Oratório, a fim de fazer a leitura da segunda sentença, que já estava em mãos daquelas autoridades fazia muito tempo, na qual condenava à morte natural, pela força, apenas o

alferes de Cavalaria Regular de Minas Gerais, Joaquim José da Silva Xavier, tendo o frei Raimundo da Anunciação Pennaforte, registrado mais essa expressão gloriosa do Protomártir de nossa Independência, em seu "Últimos Momentos dos Inconfidentes de 1789":

Que agora morreria cheio de prazer, pois não levava após si tantos infelizes que arrastara; esse sempre foi o seu desejo, todas às vezes que fora à presença dos Ministros, pedindo que fizessem dele a única vítima da Lei.

Evidentemente, não era esse um homem banal, comum, como querem alguns raros detratores de sua imagem.

## EPÍLOGO

Era morto o Tiradentes! Pelo Caminho Novo que ligava Minas ao Rio, não mais ecoariam os brados de "Viva a Liberdade! Viva a Nova República!" - ensaiados por um ouvido e intrépido alferes de Cavalaria



das Minas Gerais. O sonho libertário de um povo sofrido, jazia balouçante pendurado em uma imensa força erguida em praça pública, nesta cidade do Rio de Janeiro.

E ainda hoje, quando visitamos o sítio histórico da prisão da Ilha das Cobras, onde Tiradentes ficou recolhido durante três anos, parece-nos que:

Véspera de 21 de abril de 1792.

De úmidas masmorras, inda ouço,  
O tilintar arrastado de correntes,  
Por um Alferes, antes iluminado,  
Agora, um prisioneiro malquerente.

Ah! Pusilânimes companheiros de conluio...  
Não importa se lhe assacaram acusação.  
Somente os fortes, bravos e destemidos  
Imortalizam-se nos fastos de uma nação.

Sofredor - aquele pelo destino assinalado;  
Neste mundo, não encontra guarida.  
Eterniza em pósteros dias suas façanhas,

Como um fanal, a nos guiar em vida.

Vá Tiradentes. Galgue o patíbulo da ignomínia.

Cumpra com galhardia sua missão final.

Mostre aos ostentadores do despotismo,

Que nesta terra se morre por um ideal.

E quando, atualmente, temos a ventura de retornar à Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, berço do ideário de liberdade no Brasil, em cada rua, dos frontispícios das igrejas, das sacadas floridas dos vetustos solares, a mística dos Inconfidentes nos traz de volta a lembrança ativa do loquaz alferes de Cavalaria Regular das Minas Gerais, o Tiradentes, fazendo-o ressurgir vivo, não na glória do seu martírio, mas na força de sua coragem e de seu incomensurável idealismo, como exemplo, para dele retirarmos lições que nos estimulam a mantermos inabaláveis os ideais de amor à Pátria e à liberdade.

# As residentas, traidoras e destinadas a lutarem e morrerem por Solano Lopez<sup>a</sup>

Cláudio Skora Rosty<sup>b</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo conhecer a saga das traidoras, residentas, destinadas e designadas e relembrar os 144 anos da punição às mulheres residentes no Paraguai, esposas dos estrangeiros mortos em São Fernando por conspiração. Como pena aplicada, elas foram empregadas na plantação de milho, mandioca e feijão, nos confins da cordilheira, com a finalidade de alimentar o segundo exército de Solano Lopez.

**Palavras-chave:** Guerra da Tríplice Aliança, mulheres na guerra

O general Francisco Isidoro Resquin, cumprindo ordens de Solano Lopez antes da batalha de Lomas Valentinas, no acampamento de Piquiciri, em 18 de dezembro de 1868 emitiu ao capitão Bernardo Amarilla a “Missão Fatal” para as destinadas. Este é o documento que certifica a destinação dessas mulheres.

Despachar 1.900 (mil e novecentas) mulheres, a cargo do alferes Ignacio Romero, com 30 (trinta) praças armadas para escolta-las até, o Serro de Aruay, dali a Paraguay e deste ponto até Caacupé, do outro lado da Cordilheira. Para que o Sr. chefe do distrito de Caacupé, as faça acomodar, nos partidos mais longínquos daquela parte da cordilheira, a fim de serem empregadas na plantação de milho, mandioca e feijão.<sup>1</sup>

---

<sup>a</sup> Trabalho apresentado no IV Encontro Internacional sobre a Guerra da Tríplice Aliança, realizado em Corrientes, Argentina, em novembro de 2012.

<sup>b</sup> Coronel de Infantaria. Associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Na cronologia da guerra elas aparecerem no cenário em fevereiro de 1868, no momento da passagem da Esquadra brasileira por Humaitá e quando se inicia a desocupação de Assunção, por medida de segurança, em 22 de fevereiro de 1868. O seu martírio termina no Natal de 1869, quando foram libertadas por tropas brasileiras.

O Teatro de Operações desta guerra vai desde a confluência dos rios Paraná e Paraguai, passando por Itapiru, Passo da Pátria, Estero Belaco, Tuiuti, Curuzu, Curupaiti, Humaitá, Pilar até o Corte do rio Tebiquari, e São Fernando, onde foram realizados os Conselhos de Inquéritos e os Tribunais de Sangue, ceifando a vida de inúmeras autoridades tidas como conspiradoras.

Os ambientes operacionais são: o entorno de Assunção e os confins das Cordilheiras, até a Serra de Maracaju em território brasileiro.

Estão enquadradas neste tema: as traidoras, as residentas, as destinadas e as designadas.

As “Traidoras” são as que foram julgadas e condenadas pelos

Tribunais de Sangue e Comissões de Inquéritos e conduzidas à morte pelo general Resquin.

Em documentação paraguaia encontramos que, denominava-se “Residentas”, as mulheres que, depois da evacuação da capital (Assunção), acompanharam o exército de Lopez até Cerro Corá, deslocando-se para o interior pelos altos da Cordilheira, ocupando residências especiais. Também, são aquelas que deram suas joias em 24 de fevereiro de 1867, para cobrir o esforço de guerra.

As “Destinadas” eram as mulheres acusadas de algum delito próprio, de seus maridos ou parentes, julgadas pelo marechal Lopez de inimigas do governo. Elas foram empregadas no plantio de “milho, mandioca e feijão”, a fim de produzirem alimentos para as tropas de Solano López.

As “Designadas” eram as “destinadas estrangeiras”.

O nosso trabalho está fundamentado nas *Memórias da Madame Dorothea Duprat de Lasserre* – esposa de comerciante francês e educadora colegial, que nos descreve



detalhadamente, em seu diário, os assombrosos e martírios por que passou e passaram milhares de delicadas senhoras da melhor sociedade (estrangeiras). E no relato de Concepción Domecq de Decoud, esposa do coronel João Francisco Decoud, um dos organizadores da Legião Paraguaia<sup>2</sup> e mãe de José Segundo Decoud, fundador do Partido Colorado, e de Héctor Decout, historiador. Elas foram designadas pelo presidente paraguaio para morrerem de fome nos inóspitos desertos do Iguatemi, até serem salvas pelo Exército Brasileiro no Natal de 1869.

Elas caminhavam a pé, quase sem roupas, carregando sobre a cabeça o que podiam salvar de seus pertences, e no pescoço, conduziam um pequeno crucifixo.

## **A CONQUISTA E A OCUPAÇÃO DE HUMAITÁ – O MASSACRE DE SÃO FERNANDO**

Em consequência dos reconhecimentos em força e do cerco realizado à fortaleza de Humaitá pelo

exército aliado, em 16 de julho de 1868, os paraguaios foram obrigados pela crítica situação a evacuarem Humaitá pelo chaco argentino. O Exército Aliado, em 5 de agosto, ocupou Humaitá, que passou a ser base de apoio para as operações futuras. Caxias, procurando manter contato com López, que ocupou o corte do rio Tebiquari e São Fernando, em 19 de agosto, iniciou o deslocamento de suas tropas para o Norte.

Lopez ficou em São Fernando cinco meses, tempo suficiente para a preparação das posições defensivas do corte do rio Piquissiri, em Angustura.

Senhores da mais alta categoria social, a par de simples burgueses, ministros, generais, oficiais superiores, subalternos, funcionários civis de todas as graduações, artistas, negociantes, lavradores, operários foram arrastados ao acampamento de São Fernando, submetidos a Conselho de Guerra, sob pretexto de urdirem conspirações contra o governo e fuzilados como réus de alta traição ou mortos nos cepos de laço.



O coronel oriental Francisco Laguna, que ao declarar-se a guerra fora oferecer sua espada em defesa de Lopez; Don Rodrigo Larreta, secretário da delegação uruguaia e o antigo cônsul dessa nacionalidade Antônio Niu Reys, foram fuzilados pelo mesmo crime (traição), aquele a 22 e estes a 26 de agosto de 1868.<sup>3</sup>

Os generais: Robles - o invasor de Corrientes; Barrios - o herói de Mato Grosso; Bruguez – ministro; Saturnino Bedoya - cunhado de Lopez; José Borges - ministro das Relações Exteriores; Venâncio e Benigno Lopez - irmãos do ditador; Bispo Palácios; Coronel Martinez e milhares de cidadãos de todas as classes foram lanceados em São Fernando, durante o planejamento da retirada daquele lugar.

O coronel paraguaio Mathias Goiburu, aprisionado em Aquidaban, declarou que o número dos vitimados sob pretexto de conspirações elevou-se a mais de quatro mil e quinhentas pessoas. A própria mãe e irmãs, milagrosamente salvas pelo Exército Brasileiro em Cerro Corá, já tinham sido condenadas a pena

última, depois de serem espaldeiradas pelos juízes, por ordem de seu próprio filho – Solano López.

Estes são alguns personagens importantes do relacionamento da família Duprat:

- Aristides Duprat - irmão de Dorothea era quem despachava no armazém de negócios da família. Jovem querido de todos os que o conhecia. Ele recebia a confiança de uma porção de mulheres, que não sabiam ler e nem escrever. Para fazê-lo, elas se valiam dele, escrevendo-lhes as cartas, que enviavam para o exército e respondia as que vinham. Serviço esse que fazia com paciência e desinteresse, de modo que, sem pretendê-lo passou a ser sabedor de uma infinidade de tramas da frente de batalha. Foi o que, o levou a morte.

- M. Laurent Cochelet<sup>4</sup> - Cônsul da França, dedicado aos presos estrangeiros: visitava-os, alimentava-os e ia e vinha ao ministério para averiguar suas causas e pedir seu julgamento, mostrando sempre um empenho digno de um agente consular. Distinguindo-se, além disso, pela humanidade com que



amparava os desgraçados e por ter feito ponto de honra, salvar o direito dos abandonados pela mão de Deus. Foi o único cônsul que se fez respeitar por Lopez;

- M. Peralt de Coraliere du Cuverville, substituto de Cochelet - As desgraças dos estrangeiros residentes no Paraguai começaram na data da mudança do cônsul francês.

Lopez deu ordem de desocupação da capital de Assunção para Luque e a mudança do Arsenal de Guerra de Ybicuí para Caacupé, como medida de segurança, após a passagem da Esquadra aliada por Humaitá. A data de desocupação foi até às 12:00 h do dia 22 de fevereiro de 1868.

Todos os estrangeiros deviam se apresentar ao juiz para receberem o destino a ser seguido. O irmão de Dorotheá recebeu passaporte para Piribebuy, depois de interpelar para não se separar da família. O juiz retificou para que todos da família seguissem para Valenzuela. Mas, por interferência do cônsul foram designados para a vila de Límpio, onde tinham amigos. Se-

guiram juntos com a família Gutierrez, onde ficaram até sexta-feira Santa. Por falta de estrutura comercial mudaram para uma quinta (casa de campo) em uma coxilhazinha próxima a cidade de Luque. Vive-ram afastados da sociedade, trabalhando na destilação de cana, porém, satisfeitos por ter toda a família reunida. Já se ouvia falar de prisões de estrangeiros.

O dia fatal para a família Duprat foi 6 de julho de 1868, quando às 21:00 h chegou um soldado na casa dos Duprat, dizendo que o chefe de polícia queria falar urgentemente com Don Francisco Lasserre. O marido de Dorotheá partiu para nunca mais voltar.

Em 12 de julho de 1868, ela recebeu de seu marido um saco de roupa suja para lavar e encontrou nos bolsos e costuras dois bilhetes escritos: um com sumo de laranja e o outro com o lápis, que ela havia mandado escondido entre a roupa limpa.<sup>5</sup> O primeiro bilhete dizia: “encerraram-me aqui sem me dizer nada, não me permitiram ainda ver o chefe de polícia”; o outro: “nada sei, ainda não me interrogaram.”<sup>6</sup>



Na segunda metade de julho de 1868, Dorothea soube pelo cônsul, que seu marido já não se encontrava mais em Luque, tinha partido para a capital.

Os cônsules da França e da Itália foram chamados ao Ministério das Relações Exteriores, onde receberam ordem de entregarem, como presos, toda a gente estrangeira. Se não o fizessem por vontade própria, seriam obrigados pela força. Assim, o pai de Dorothea, também fora levado preso.

Às 02:00 h da madrugada de 19 de julho de 1868, levaram Aristides Duprat, o irmão de Dorothea, da forma mais violenta. Arrombaram a porta e o arrastaram para fora. Até o dia 22 de julho, Dorothea ficou sem notícias e foi ao

consulado para consultar, se não seria uma boa ideia, no dia do aniversário natalício de Lopez (24 de julho), pedir pela liberdade dos seus presos. O cônsul gostou muito da ideia e fazendo muito mistério disse: “que havia um assunto muito grave e de muita importância, ao qual se referiam as prisões que ocorreram naqueles dias”.

Em 12 de agosto despediu-se de Dorothea, o compatriota Mr. Theophilo Iante, que embarcava para a França, oferecendo-lhe dinheiro e farinha de trigo, que chegou a muita boa hora. No mesmo dia o chefe de polícia

mandou confiscar todos os cavalos, pois os fornecedores do exército, dias antes haviam tomado todas as suas mulas. Só ficou com a carroça,



Monumento em homenagem às resistentes localizado em Luque



da qual, só poderia fazer uso se alguém lhe emprestasse a tração animal.

Sobre a existência da tal conspiração, Dorothea achava que tudo era uma comédia ou uma horrível tragédia. Inventada para justificar o roubo do tesouro e confundir a todos, sobre a perda segura dessa guerra injusta. Guerra esta que Lopez movia contra os aliados, demonstrando enfim, ser ocasionada por traições.

A 2 de dezembro, Dorothea acompanhada pela senhora Gutierrez, foi visitar a esposa do cônsul italiano. Tomou conhecimento do documento, que ordenava a todos os estrangeiros e nacionais, que fossem à capital retirar de suas casas, tudo o que quisessem. Porque, depois do dia 6 do mesmo mês em diante, ficava proibida a entrada.<sup>7</sup>

A senhora Gutierrez foi à capital saqueada e encontrou as fechaduras trocadas e todos os depósitos e armazéns inteiramente vazios. Os móveis de seu quarto arrabados, um armário e uma escrivaninha des-

pedaçada. Não havia a quem recorrer, pois tudo fora feito por determinação do governo.

Após elas terem resgatado o que sobrou de valor, voltaram para a quinta próximo de Luque, no dia 6 de dezembro. A evacuação definitiva de Assunção já tinha começado, devido à presença de tropa aliada nos arredores da capital guarani.

### **MANOBRA DO PIQUISSIRI, A DEZEMBRADA E A EVACUAÇÃO DA CAPITAL**

As forças paraguaias, durante cinco meses prepararam as posições fortificadas de Angustura, Ita-Ivaté e Lomas Valentinas. Caxias e Inhaúma subiram o rio Paraguai até Angustura e constataram que o corte do rio Piquissiri era um obstáculo de difícil transposição. Caxias decidiu novamente empregar a manobra de envolvimento.

Os aliados atacaram com o esforço principal as posições de defesa paraguaias, contornando as fortificações de Angustura – Piquissiri



pelo chaco argentino. Isolou a capital pelo Norte e atacou de surpresa a retaguarda das posições defensivas inimigas. O esforço secundário foi responsável pela manutenção da fisionomia da frente e pela dissimulação do ataque principal.

O apoio da Esquadra brasileira foi de vital importância, tanto no transporte de tropas, quanto no apoio de fogo e logístico. Foi decisivo o papel de Caxias na ponte de Itororó. A perseguição ao inimigo, não foi realizada devido à fadiga da tropa e a cavalaria brasileira, não ter chegado a tempo.

Seguiu-se a batalha do Avaí. O ataque a Piquissiri, Ita-Ivaté e Angustura.

Após a junção das tropas que estavam em Palmas, com as do Norte, foi possível conquistar Ita-Ivaté e Lomas Valentinas. Solano Lopez, logo que pressentiu a sua derrota em Lomas Valentinas, fugiu para Cerro Leon, passando por Paraguary e depois para Ascurra. Bernardino Caballero reuniu tão depressa quanto pode um novo exército, de jovens e idosos, a fim de se opor aos aliados.

Terminada a jornada das Lomas Valentinas e de Angustura, a Esquadra brasileira transportou uma pequena expedição de 1.700 homens, sob o comando do coronel Hermes Ernesto da Fonseca, em 1º de janeiro de 1869, para Assunção, onde desembarcou sem resistência, tomando conta da cidade, que já se encontrava abandonada. No dia anterior o Exército Aliado havia iniciado a sua marcha para Assunção e somente no dia 5, pela manhã, Caxias entrou na cidade fantasma, sem ter encontrado nenhum obstáculo.

No dia 6, Caxias deu nova organização ao seu exército, compondo-o somente com dois corpos: o 1º Corpo de Exército sob o comando de Osório e o 2º Corpo de Exército sob o comando de Argolo, que estariam respectivamente comandados, por José Luiz Mena Barreto e Jacinto Machado Bitencourt.

Com sua saúde profundamente abalada, Caxias sentia necessidade de um repouso, não suportava mais esforços contínuos. Durante um *te-deum* na catedral de Assunção foi acometido de uma síncope, que o prostrou bastante. Depois de passar



o comando do exército ao marechal Guilherme Xavier de Sousa, Caxias retirou-se para Montevidéu. Logo, em seguida afastou-se também de Assunção e do comando da nossa Esquadra, o Visconde de Inhaúma, pelos mesmos motivos de moléstia. O seu sucessor Barão da Passagem (16 de janeiro de 1869) assumiu interinamente o comando até a vinda do almirante Elisiário Antônio dos Santos. Por sua vez, retiraram-se também Osório, e Argolo. Outras figuras de relevo militar, além de Andrade Neves Gurjão, Jacinto Machado Bitencourt e outros que faleceram na própria capital inimiga.

Os aliados tiveram que suspender suas operações, a fim de reorganizar a tropa. Várias incursões foram realizadas: para as cidades de Rosário; São Pedro e Vila-Rica, e sobretudo a tentativa da destruição dos restantes navios paraguaios internados no rio Manduvirá – vapor *Cuê* (18 de abril) –, a destruição da fundição de Lopez no Ibicuí (8 de maio) e a conseqüente exploração do contorno da cordilheira e seus caminhos de acesso.

Todos esses movimentos foram realizados durante o comando do general Guilherme Xavier de Sousa substituto de Caxias, de janeiro a abril de 1869, e os restantes já no comando do marechal Gastão do Orleans, Conde d'Eu, genro do Imperador.

No dia 1º de janeiro de 1869, às 12 horas, apresentaram-se dois sargentos paraguaios trazendo ordens para que todos os homens, que se encontrassem nas redondezas fossem incontinenti, se apresentar na comandância militar de Luque.

A senhora Gutierrez habitava na casa dos Duprat, com toda a sua família, de maneira que nesse último momento existiam três homens nesse domicílio: o criado Luiz Rabieré, que era francês; o da senhora Gutierrez, Juan Benitez, que era argentino; e o cozinheiro Antonio Camban espanhol. Poucas horas depois regressaram, trazendo uma ordem na qual intimava a todos, que seguissem no menor prazo possível, para as cordilheiras.

Às 14:00 h do dia seguinte, 2 de janeiro de 1869, foi concluído o



interrogatório. O comandante escreveu um passe e entregou a um velho sargento da guarda com ordens de escoltar os Duprat e os Gutierrez até Piribebuy e apresentá-los ao chefe de polícia. As destinadas foram pernoitar em uma casinha abandonada. Pela manhã foi dada a ordem de marcha. Dorothea mandou prontamente encilhar os cavalos e seguiu viagem no meio da soldadesca meio embriagada, que as cercava por todos os lados. Assim foram andando até a estação de Areguá, onde param para descansar. Essa vila foi ocupada a 4 de maio de 1869, por uma coluna brasileira das três armas sob o mando do coronel João Nunes da Silva Tavares.

O comandante dos exércitos aliados, general Guilherme de Sousa que tinha o grosso de sua força em Assunção, com a sua vanguarda em Luque, determinou que se restabelesse a linha férrea e as ligações telegráficas. Primeiramente entre Assunção e Luque, depois daí ao rio Juquerí, e se construiu uma ponte sobre esse rio. O 2º Corpo de Exército que se achava em

Assunção, no dia 5 de abril, marchou para Luque.

## **OS DESLOCAMENTOS DAS DESTINADAS**

No trajeto para Piribebuy, as destinadas passaram pelo povoado de Caacupé e tiveram uma horrível impressão. Nunca pensaram ver tanta miséria, nem tão espantoso conjunto de desgraças. O ambiente estava saturado de feridos, que a cada momento, elas eram obrigadas a taparem o nariz. Desde o início da picada até a cidade de Piribebuy, onde chegaram a 11 de janeiro, a estrada estava coberta de cadáveres de gente e animais putreficados.

No deslocamento para São José, disse o juiz: “você pagará oito pesos pelo aluguel da carreta da chefatura até o lugar do seu destino”. Os criados foram colocados no mesmo passe acompanhando as destinadas até Yhú. Em 14 de janeiro ao meio dia chegaram em São José.

As Chiñuelas<sup>8</sup> sem grandes embaraços escolhiam para marchar,



de preferência, as horas em que o sol era o mais abrasador. Todas foram recebidas pelo juiz do partido, que as atendeu com muita amabilidade, e as acomodou de baixo de um galpão. No dia seguinte, às 11 horas da manhã, partiram para Ajós, onde chegaram ao cair da tarde, sendo por ordem do juiz, recolhidas a uma casinha abandonada.

Dolorosa surpresa teve Dorothea, ao encontrar ali, com uma porção de senhoras da melhor sociedade da capital, atiradas como ela, nos confins do país. Perguntou a todas o que faziam naqueles desertos, que crime haviam cometido, para merecer tão cruel provação. Responderam, que tinham sido destinadas para Yhú, que seus esposos, pais e irmãos haviam desaparecido, seus bens confiscados ou arrancados sob diversos pretextos.

As destinadas chegaram à margem do rio Tisatiny, que passaram em canoas com alguma dificuldade devido à forte correnteza. Na margem oposta, já se achava a espera delas, o juiz de Carayaó, que lhes distribuiu por uns ranchinhos de pa-

lha próximo ao rio. Enquanto esperavam as carretas, que as devia conduzir para a povoação, a duas léguas dali. O juiz recomendou aos donos das casinhas, que as tratassem muito bem. No dia seguinte, seis carretas as conduziram ao povoado.

A senhora Gutierrez recebeu uma encomenda da madame Lynch acompanhada de uma carta que não quis mostrar a Dorothea. Mais tarde, estando ela doente, Dorothea teve que examinar seus papéis e vendo seu nome em um deles, leu o seguinte:

Fazeis muito mal falando em vossas cartas das senhoras de Duprat e Lasserre. Não é minha intenção influir sobre vossas amizades, porém, não posso deixar de dizer-vos o mal que fazeis pronunciando seus nomes. Quero crer que estas senhoras ignoram a parte ativa que seus maridos tomaram na conspiração, porém vos direi por alto e ligeiramente o resultado da declaração destes criminosos. O Sr. Duprat, pai, foi um dos mais ativos conspiradores espião brasileiro em correspondência com o Barão de Villa Maria; encontraram-se cartas escritas por ele



muito comprometedoras, porém, S.Exa quis cerrar os olhos sobre isso e deixou-o em liberdade. O Sr. Lasserre agente perigoso da conspiração, recebeu uma grande quantidade de dinheiro do tesouro para sustentar vários conspiradores e remeteu para baixo (Argentina) uma forte soma. O Sr. Aristides Duprat foi o escolhido entre os conspiradores para cravar o punhal assassino no coração da augusta pessoa de Sua Excelência. Podeis compreender então o mal que fazeis a si própria continuando a intimidade com ela: se não fosse isto estarias agora ao lado do vosso esposo.<sup>9</sup>

As Destinadas deslocaram-se para Yhú, onde chegaram em 21 de março de 1869.

O Conde d'Eu saiu no vapor *Alice* do Rio de Janeiro, em 30 de março, passando respectivamente por Montevideú e Buenos Aires em 5 e 7 de abril. No dia 14, Sua Alteza Real chegou a Assunção e aos 16 assumiu em Luque as suas funções de comandante-chefe dos exércitos aliados. Seguiu para Lambaré, a fim de inspecionar o 1º Corpo de Exército e daí a Jquirí, onde se achava a vanguarda.

Em Yhú, as Destinadas foram hospedadas nas casas das senhoras Rolandi e Susini, que as tinham precedido. O juiz concedeu licença para poderem caminhar até uma légua em volta da povoação à procura de um local para prepararem as suas roças (capoeira), construir suas casas





e comecem a plantar feijão, mandioca, milho, melancias, repolhos<sup>10</sup>, etc... Receberam também a missão de um sargento para cortar paus na mata a fim de fazerem lanças para os cinco soldados de cavalaria que as guarneciam. Elas, depois da missão cumprida, solicitaram dispensa, devido ao estado debilitado pelos 140 quilômetros percorridos em menos de dois meses e as doenças que contraíram pelas fortes chuvas.

Dorothea voluntariamente ajudava a dona da casa Maria Anna Paredes de Villagra onde as receberam. Ela e sua mãe cuidavam de quatro crianças e das lides domésticas. Dorothea afirmou que jamais esquecerá esta campesina de maneiras nobres e bondosas, reunindo em si, todos os predicados de uma mulher exemplar e mãe de família. Essa bondosa mulher fez Dorothea e sua mãe passarem 5 meses em sua casa, tempo necessário para se restabelecerem e suportarem o que estava por vir.

O Conde D'Eu determinou que fossem realizadas duas explorações ao Sul, partindo de Luque para Itá,

passando por São Lourenço. E outra, com a missão de dirigir-se até Patinho-Cué. Constatou não haver inimigo algum ao Sul dos aliados e a Este da linha Patinho-Cué e Itá.

No dia 15 de maio, o coronel Oliveira Bueno, que se achava em Rosário, teve conhecimento de que o inimigo, com cerca de 1.200 homens, se achava localizado entre Sargento Lamas e S. Pedro, ao Norte do rio Jejuí. Ele se incorporou às tropas do general Câmara, e seguiram para a povoação de S. Pedro, por via fluvial.

O Conde d'Eu, em 25 de maio, estacionou em Piraju e mandou para frente uma vanguarda sob o comando do general Mena Barreto, com a missão de ocupar a estação de Cerro Leon, em frente ao acampamento paraguaio e apossar-se da ponte sobre o rio Piraju.

No início de junho o general Osório voltou ao teatro da guerra. De acordo com Lobo Viana,

a chegada do ínclito soldado a Piraju foi um verdadeiro triunfo. "(R. Pombo)." Às duas horas da tarde de 6 de junho de 1869, (Domingo) chegou à estação de



Piraju o general-Visconde do Herval, a quem. S. A foi receber. O General assumiu o comando do 1º Corpo de Exército, que debaixo das ordens do seu comandante interino o brigadeiro José Luiz Mena Barreto, se achava formado em revista. Quando o vulto varonil do notável guerreiro surgiu nas dobras do acampamento, um entusiasmo, quase delírio, quase loucura, apoderou-se de todo o Exército.

Os soldados, infringindo as severas regras da disciplina, saíram de forma, à carreira, em tropel, e cercaram o valente cabode-guerra. Vivas, hurras, tirar de bonés, agitar de braços, causando-se aos sons das bandas marciais, tal foi a recepção nos campos de Piraju. Os mais exaltados, os mais entusiastas apoderaram-se das rédeas do cavalo, e Osório, exausto de comoção, pedia, suplicava que o deixassem passar e o herói passou entre alas de soldados, que benziavam a chegada do mensageiro da vitória.<sup>11</sup>

Lopez se retira para Caraguataí e no dia 8, pela manhã, o Exército Aliado marchou para Piribebugui. Objetivo de grande importância, pois se tratava da 3ª capital de Lopez.

Esta cidade estava construída na encosta de uma colina, cercada de outras mais altas, e bastante fortificada e defendida por 19 bocas de fogo, com cerca de 3.000 homens decididos ao combate até o último alento. A sua povoação era quase formada de palhoças, ao pé da qual corre o arroio que deu nome à vila. Várias estradas dali partiam: para Barreiro-Grande e Caraguataí ao Norte; para Itacuruí e S. José a Leste; para Valenzuela a Sudeste; para Mobicuá ao Sul; para Cerro-Leon e Paraguari a Sudoeste; e para Ascurra e Caacupé a Oeste.

Às 6 horas da manhã de 12 de agosto iniciou-se o ataque a Piribebugui. Os paraguaios tiveram cerca de 120 mortos e mais de 1.100 prisioneiros e as nossas perdas teriam sido mínimas (25 mortos e 192 feridos), se o bravo general João Manuel Mena Barreto não tivesse caído morto na contra-escarpa duma trincheira inimiga. Depois da nossa vitória de Piribebugui, a situação do ditador Lopez tornou-se ainda mais precária nas cordilheiras.

O Conde não quis perder tempo e determinou que o 2º Corpo



de Exército contra-marchasse para Piribebuy e daí seguisse para Barreiro-Grande, enquanto ele, junto com o 1º Corpo de Exército, partiram em direção a Caacupé, onde chegou à uma hora e meia da tarde do dia 15. Ele pouco se demorou em Caacupé. Já no dia 16 de agosto de 1869 seguiu pela mesma estrada que Lopez tinha ido de Caacupé à Caraguataí. O Conde d'Eu mandou que a infantaria arriasse as mochilas, avançou em acelerado e desembocou em um vasto campo denominado Acosta-ñu, pelos paraguaios, ou Campo-Grande.

A batalha durou cinco horas e meia e custou-nos 450 baixas, mas o campo ficou juncado de mais de 2.000 cadáveres e fizemos 500 prisioneiros além de 800 feridos que se recolheram aos hospitais.

Em Yhú – cinco meses depois, 2 de setembro de 1869, apareceu no acampamento de Yhú, uma dúzia de homens bem vestidos, vindos de Vila Rica, parte de um grupo de 500 homens a procura do acampamento de Lopez. Receberam um guia e seguiram em sua jornada. Acreditava-se que eram da Legião Paraguaia -

grupos de reconhecimento da tropa aliada.

O Comandante de Yhú convocou uma conferência popular, onde todos puderam dar suas ideias. Ficou decidido que, amigo ou inimigo, todos seriam recebidos com bandeiras brancas. Dois dias depois, todos os homens as abandonaram, ficaram sem autoridade que as orientasse, muitas senhoras seguiram para Curuguaty, distante 78 km. Disse Dorothéa: nós fomos às últimas. Dias depois, o capitão Aquino aconselhou que voltássemos a Yhú, onde seria mais seguro.

Em Yhú, as Destinadas presenciaram bailes em homenagem ao capitão Aquino e a seus homens e não mais se ouviu vivas a Lopez. As partidas volantes faziam a descoberta, aprisionavam-se mutuamente, e até se matavam, considerando-se espiões. Soldados levam nos bolsos fitas com as cores do império para usar em caso de necessidade. Uma semana depois, reuniram todos no alpendre da igreja sob o pretexto de eleger novo juiz, mas na realidade era para relacionar todas as famílias.



Tocaram chamada geral para as Destinadas formarem no centro da praça, onde foram separadas em velhas, ½ idade, moças, meninas, formando grupos distintos de casadas, solteiras e estrangeiras. Cinquenta velhas foram para um ponto afastado da povoação. Reuniu as estrangeiras e disse que tinha particular prevenção contra Dorothéa. E um grupo seguiu para S. Joaquim, a fim de serem apresentadas ao general Delgado e irem para Santo Antônio.

Em Yhú a 19 de setembro de 1869, alguma coisa de grave passava-se, pois os espões iam e vinham, invadiam as casas e levavam toda a comida e, nesse dia, levaram todos os animais que encontraram. Às dez da noite chegou uma partida de cavalaria com ordem de escoltar as destinadas até Curuguaty, por picada estreita e matosa. Ao amanhecer estavam as Destinadas no passo do rio Ibicuí. Atravessaram por uma pinguela feita de tronco de árvore, onde muitas perderam o equilíbrio e a vida.

De Yhú para Curuguaty o que as movia era o chicote, a lança e

vontade de viver. Até que gritaram: “os inimigos nos perseguem, caminhem...” serviu de alarme para que os guardas as abandonassem e seguissem em debandada, foi uma desordem geral. Dorothéa aproveitou para fazer um complô com a senhora Leite Pereira, fingiram de enfermas para fugirem para a mata. Foram encontradas e seguiram o destino de designadas à morte. O alvoroço era porque Lopez estava em Curuguaty, vindo de São Estanislau (4ª Capital) e as tropas aliadas se aproximavam de Yhú.

As Destinadas chegaram em Curuguaty em 28 setembro. As contaram como se fossem ovelhas e as alimentaram com muito boa carne. Dorothéa descobriu que Lopez partira daquele lugar na noite anterior. Fizeram-nas marcharem para Igatemi e dois dias depois chegaram ao rio Jejuí. Mais tarde encontraram o comandante Paulo Urbietta que passou em revista o exército de mais de 3 mil cadáveres ambulantes, parecendo Napoleão passando em revista seus granadeiros de Marengo.



Em Igatemi (1 de outubro de 1869) Urbietta trouxe até as Destinadas o padre Cantero, que depois de as nominarem, as colocaram em semicírculo para ouvirem a homilia do religioso ridículo, que trepou na árvore e fez de um galho, púlpito para sua pregação. Enalteceu Lopez e disse: “que era o destino das Destinadas plantarem para obterem o sustento”. Na realidade era para suprirem o exército de Lopez.

Neste acampamento Dorotheá, encontrou a amiga Eugênia e suas filhinhas. Logo adoeceu e a senhora Leite Pereira a socorreu. Nem bem começaram a escolher lugar para plantarem um sargento veio a galope e deu ordem de marcha, e as conduziu a um cerrado para lavrarem a terra. Elas foram organizadas em duas turmas, enquanto uma trabalhava a outra descansava e o rodízio ocorria diariamente.

Dorotheá era encarregada de tirar as faltas e conduzir a companhia munida de facas amarradas em paus para cortar o mato, fazer buracos e plantar milho, mandioca e feijão. Não tinham mais de 3 arados de ferro e 4 de madeiras. A senhora

Carmem Goiburú propôs que se fizesse uma suplica para habitarmos uma povoação próximo dali 8 léguas. Foi brutalmente amarrada em um tronco e punida exemplarmente. Em seguida veio a ordem para construir ranchos.

Após a construção dos ranchos e as roças feitas, as Destinadas receberam ordem de marcha, em 23 de outubro. A todo instante eram feitas chamadas das 4.028 mulheres que saíram de Piribebuy, só restava metade (2.014) vítimas da fome, maus tratos, sede e das intempéries. Dorotheá e a senhora Leite Pereira estavam sempre sendo observadas, com certeza era recomendação da harpia irlandesa. As Destinadas gastaram sete dias para chegarem ao Espadim.

O deslocamento lento era proposital, a fim de debilitar ainda mais as destinadas. Todas estavam debilitadas no mais alto grau de inanição. Quando uma mula deu à luz, também deu esperança, seu burrico serviu de alimento.<sup>12</sup> Ali elas deveriam construir seus ranchos e iniciar o plantio de milho, mandioca e feijão. A mãe de Dorotheá estava



muito fraca. Ela conseguiu colher alguns cocos e laranjas azedas, que muito animaram a sua velha mãe.

As Destinadas em Espadim (1 de novembro de 1869) - Nesse dia foi encontrado nas proximidades um grande laranjal. A mãe de Dorothea afinal comeu carne de jumenta era a única forma de salvá-la. Acabaram-se os animais e morria diariamente muita gente, estava-se cumprindo efetivamente, as ordens de Lopez. Próximo a choupana de Dorothea na margem do rio estabeleceu-se o cemitério e ela testemunhou todo aquele infortúnio. Acabaram-se as laranjas e algumas comeram cães, cobras e lagartos.

Em Espadim, na manhã de 28 de novembro, um grande alvoroço percorreu o acampamento. Eram índios Caiuás que apareceram para vender alimentos. Logo foram cercados pela multidão de senhoras famintas. Isto as deu um pouco mais de alento. Os índios foram proibidos de comercializarem no rancho, mas foi permitido elas irem até o acampamento deles, o que tornava a situação mais difícil. Certo dia eles trouxeram carne fresca. Era carne

humana da jovem Felícia Jimenez de 18 anos que saiu do acampamento em busca de frutas e não mais voltou.<sup>13</sup>

Os preços despropositados dos índios Caiuás eram: Sapos e rãs – 2 a 3 patações; Cãezinhos - 50; Asnos magros e feridos – 1.000; trocas diversas. Aquelas que mais conseguiam eram as que menos precisavam.

No amanhecer de 2 de dezembro, para a surpresa de todos faltavam três das principais famílias (Suzana Cespedes, Gil, Haedo, Dentella, Burguez,...) fugiram guiadas pelo índio Galiano.

Decisão: ficar e morrer de fome ou lanceadas pelos soldados de Lopez ou entregar-nos aos índios e aventurar-se nos desertos. Foram organizados grupos de 5 a 6 famílias, 600 senhoras. O único alimento que restava (laranjas azedas) que acabara.

Em Espadim - 14 de dezembro de 1869 - A senhora Leite Pereira ao negociar carne e mel com os índios desconfiou de suas atitudes. As Destinadas resolveram permanecer no rancho, com aproximadamente



200 senhoras. Duas semanas depois, negociaram o resto do que tinham com os índios (roupas, ponchos e redes) e empreenderam penosa fuga pelas queimadas, atoleiros e matagais. Dois dias de marcha foi o suficiente para atingir os altos da serra de Maracajú e voltar ao ponto inicial, por estar guarnecida sua passagem.

Em Espadim (22 de dezembro de 1869) Dorothea não ocupou a sua cabana no centro armou sua tenda na periferia, próximo ao bosque, facilitando a fuga caso as viessem buscar para Panadero. A mãe de Dorothea e a senhora Leite Pereira adoeceram vitimadas pela malograda fuga. Vários planos elas fizeram, mas faltou-lhes coragem depois das tentativas frustradas.

Em 22 Dez, elas foram avisadas que a serra estava livre e os soldados de Lopez haviam se retirado. Na noite de 23 Dez, elas partiram com cinco famílias para o acampamento indígena.



Dorothea vendeu sua última colher de prata em troca de um pedaço de couro, que assou para sua mãe e logo, tiveram que voltar apressadamente para o rancho pela segunda vez. Na volta em busca de alimento Dorothea se perdeu nos bosques e passou sozinha, a noite mais horrível de sua vida. No dia seguinte ficou de cama e a tarde, todas regressaram para o Espadim.

Na madrugada de 24 de dezembro, uma voz despertou-as: “sigam o quanto antes para o passo, que as outras senhoras vão já partir”. A ansiedade de encontrar a liberdade era tão grande, que todas as



senhoras quiseram atravessar a pinguela ao mesmo tempo e muitas morreram no Ibicuí, atenuando seus sofrimentos. A mãe de Dorothea perguntou! Quem veio nos buscar? E ela respondeu que não sabia, mas pressentia que o fim estava próximo.

### **AÇÃO DO TENENTE-CORONEL ANTÔNIO JOSÉ DE MOURA**

Os brasileiros fizeram grande empenho em libertar as famílias que vagavam pelos desertos das Cordilheiras, sendo salvas aproximadamente 20 mil pessoas. O tenente-coronel Moura chegou a Iguatemi em 3 de dezembro e a 14 recebeu as primeiras famílias que conseguiram fugir sozinhas do Espadim: Cespedes, Urdapilleta, Bedoya, Aramburú, Gil Davalos estava a procura de sua irmã<sup>14</sup> e duas sobrinhas e só encontrou com vida as menores, sua mana falecera quatro dias antes de sua chegada em Espadim.<sup>15</sup>

O tenente-coronel Moura, a 22 de dezembro, seguiu para Igatemi e

a 24, antes de atravessar a serra de Maracaju, em uma encruzilhada que dava para Panadero, encontrou cadáveres de mulheres, velhos e crianças degolados dias antes. Às 23 horas de 24 de dezembro, encontrou três ranchos entulhados de mulheres desterradas, que o guiaram até o acampamento do Espadim distante a sete léguas da serra de Maracaju.

O tenente-coronel Moura, às 4 horas da madrugada do dia de Natal, salvou 1.200 pessoas. A alegria das destinadas foi indescritível. Mulheres com fachos acesos corriam de um lado para outro, dando gritos descompassados, muitas caíram de delírio, outras espirram de emoção e por todos os pontos erguiam-se preces e cânticos de grupos ajoelhados, agradecendo à Deus sua providencial salvação.

Em Espadim - 25 de dezembro de 1869 - as destinadas chorando marcharam ao encontro de seus salvadores. Passaram mais um rio e desapareceram, na margem oposta, com a ordenança do Tenente Coronel Moura, que as esperava com palavras de conforto. □ Elas ouviram



pela primeira vez desde que estavam no Paraguai, a voz de um homem civilizado. Foi o melhor presente de Natal que receberam em todas as suas vidas: a proteção humanitária dos soldados do Brasil.

Ao chegarem aos postos avançados dos brasileiros em Curuguaty, a primeira notícia que as abalou foi de que todos os acusados da suposta conspiração tinham sido fuzilados. O irmão de Dorothéa a 9 e seu pai e marido a 22 de agosto 1868. A 28 de dezembro elas se apresentaram a S.A. o Conde d'Eu, que as recebeu com o seu estado-maior, com as demonstrações do mais vivo interesse, manifestando sensível e delicada compaixão pelo estado de miséria.

Dois franceses ofereceram a Dorothéa a sua casa que aceitou agradecida, pois órfã e viúva se encontrava tão só, tão desamparada, que o seu regresso à vida e à liberdade lhe fazia derramar lágrimas de sangue. Dorothéa dedicou as suas tristes recordações e desventuras, mal e palidamente descritas sobre o degredo do Espadim, ao coronel Pinheiro Guimarães, quem lhe fez esquecer destas agonias e infortúnios,

nos dias em que teve a ventura de passar sob a proteção de seu teto hospitaleiro.

Foram concedidas a Antônio José de Moura as honras de coronel do Exército, por seus relevantes serviços prestados à Pátria na Guerra do Paraguai. Nos últimos dias do mês de janeiro de 1893 foi encontrada sua cabeça separada do corpo, em um capão próximo de Cacequi-RS, por pertencer ao Partido Federalista e atuar contra o Dr. Júlio de Castilho. O mandatário deste bárbaro crime foi o Governador do Rio Grande do Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lopez seguiu seu itinerário de fuga para o Norte, carregando consigo o que restava de sua tropa. Foi cercado e lanceado pelas tropas do general Câmara em Cerro Corá, no dia primeiro de março de 1870. Seu algoz foi o Chico Diabo, que fez cumprir o lema de Francisco Solano López: “Vencer ou Morrer”.

Como conclusão, tudo o que foi mostrado é confirmado pelo testemunho do Capitão Domingo A.



Ortiz, combatente da Grande Guerra que, como membro de uma comissão de limites paraguaia-brasileira, voltou a visitar o acampamento de Espadim em 1873 disse: que em 1º de outubro chegou na cabeceira do arroio Espadim. No dia 9 encontrou inúmeros crânios e ossos humanos a beira do caminho e no dia 22 visitou o antigo acampamento e encontrou vestígios das vítimas infelizes que ali morreram de fome e sofreram os maiores padecimentos.<sup>16</sup>

Esta foi a saga das Destinadas, não para plantarem milho, mandioca ou feijão para as tropas de Solano Lopez, mas sim, destinadas a morrerem de fome nos confins das Cordilheiras e foram salvas pelas tropas brasileiras, como presente de Natal.

## BIBLIOGRAFIA

ALCALA, Guido Rodríguez. *Destinadas y Traidoras* – Testemunho de mujeres de la Triple Alianza. Servilibro. 3ª Edición. Assunción – Paraguay. 2007.

CASTRO, Leite de. *Dicionário das Campanhas do Uruguai e Paraguai*.

MASTERMAM. *Sete Anos de Aventuras no Paraguai*.

MONTENEGRO, J. Arthur. *Memórias da Mme Dorothea Duprat de Lasserre*. Rio Grande: Livraria Americana.

MOSSÉ, Benjamim. *D. Pedro II*. Paris, 1889.

Papeles de López o el tirano pintado por si mismo y sus publicaciones. Buenos Aires, Argentina, Imprensa Americana, 1871 (Aventuras y padecimientos de madame Dorothea Duprat Lasserre, p 79 a 102).

Revista do Instituto Histórico Brasileiro – 1870.

RUBIANI, Jorge. *La Guerra de la Triple Alianza* (abc/color). El Diario de Mayor Circulacion de la República.

TAUNAY, Visconde de. *Campanha das Cordilheiras, Diário de Guerra*.

VIANA, Lobo. *História do General Osório por Fernando Osório*.

VILLAMIL, Manuel Penã. *Memórias de Silvia Cordal*.



---

<sup>1</sup> MONTENEGRO, J. Arthur. *Memórias da Mme Dorothéa Duprat de Lasserre*. Rio Grande: Livraria Americana, p.20.

<sup>2</sup> ALCALA, Guido Rodríguez. *Destinadas y Traidoras* – Testemunho de mujeres de la Triple Alianza, p.39.

<sup>3</sup> MONTENEGRO, op.cit., p.2.

<sup>4</sup> Ibid, p.5 e 6.

<sup>5</sup> ALCALA, op.cit., p.87.

<sup>6</sup> MONTENEGRO, op.cit., p.7.

<sup>7</sup> Ibid., p. 9

<sup>8</sup> ALCALA, op.cit., p.56. Vocábulo que identifica as guias do grupo, que marchavam na frente da coluna. Estavam em condições superiores às destinadas.

<sup>9</sup> MONTENEGRO, op.cit., p.26 e 27.

<sup>10</sup> ALCALA, op.cit., p.51.

<sup>11</sup> VIANA, Lobo. *História do General Osório por Fernando Osório*.

<sup>12</sup> ALCALA, op.cit., p.10.

<sup>13</sup> Ibid, p.67.

<sup>14</sup> VISCONDE DE TAUNAY. *Campanha das Cordilheiras* — Diário de Guerra, p.311.

<sup>15</sup> MONTENEGRO, op.cit., p.45. Irmã natural do Rio Grande do Sul casou com um português de Villa Rica, após a morte de seu marido Lopez mandou que fosse colocada junto das destinadas.

<sup>16</sup> ALCALA, op.cit., p.9.

# Reparando uma injustiça: a trágica história do capitão do USS Indianapolis

Carlos Roberto Carvalho Daróz<sup>a</sup>

**Resumo:** Durante a Segunda Guerra Mundial, o capitão Charles Butler McVay III, interpretado por Nicolas Cage no filme *Homens de Coragem*, comanda o cruzador USS *Indianapolis*, que cruza o Pacífico em dez dias, até a ilha de Tinian, no arquipélago das Marianas. Sua missão era transportar componentes da bomba de urânio que seria lançada em Hiroshima, uma semana mais tarde. No retorno, o navio foi atacado por um torpedo de um submarino japonês e boa parte da tripulação morreu no ataque. O restante tentou sobreviver ao frio, a fome e a um cardume de tubarões. O artigo destaca o processo de reabilitação do capitão McVay, que tirou sua vida devido ao sentimento de culpa e à pressão exercida pelos familiares dos tripulantes mortos no episódio.

**Palavras-chave:** 2ª Guerra Mundial, guerra no mar.

Na fria manhã de 6 de novembro de 1968, o barulho de um tiro ecoou na pequena cidade de Litchfield, Connecticut. Estendido no gramado do jardim de sua casa estava o corpo sem vida do contra-almirante Charles McVay III, veterano da 2ª Guerra Mundial, de 70 anos de idade, e comandante do cruzador

pesado USS *Indianapolis* (indicativo de casco CA-35), quando de seu afundamento, em 1944. Em uma mão estava um revólver e, na outra, um pequeno marinheiro de brinquedo, que havia ganhado de presente de seu pai, muitos anos antes. Movido pelo sentimento de

---

<sup>a</sup> Coronel de Artilharia. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



culpa, o almirante tirara sua própria vida.

## UMA VIDA NO MAR

Charles Butler McVay III nasceu em Ephrata, Pennsylvania, no dia 30 de julho de 1898, em uma família de forte tradição naval. Seu pai, Charles Butler McVay Jr. era o comandante do tênder *USS Yankton* durante o cruzeiro de circunavegação da Grande Esquadra Branca (1907-1909), serviu como almirante durante a 1ª Guerra Mundial e foi comandante-em-chefe da Esquadra Asiática, no início da década de 1930. Charles III graduou-se na Academia Naval de Anápolis em 1920. Antes de assumir o comando do *USS Indianapolis*, em novembro de 1944, o Capitão McVay serviu como oficial de inteligência na Junta dos Chefes de Estado-Maior, em Washington. No princípio da 2ª Guerra Mundial, foi agraciado com a medalha Silver Star, por sua coragem em combate.

Já no comando do cruzador *USS Indianapolis*, liderou seu navio

na invasão de Iwo Jima e no bombardeio naval contra Okinawa, na primavera de 1945, durante a qual o *Indianapolis* abateu sete aviões japoneses, antes de ser atingido por um ataque *kamikaze*, em 31 de março. Na oportunidade, a tripulação sofreu severas baixas, inclusive 13 mortos, e o navio foi avariado com gravidade. Apesar disso, McVay conseguiu levar o navio em segurança até o estaleiro de Mare Island, na Califórnia, para ser reparado.

Mais tarde, já recuperado, o *USS Indianapolis* recebeu ordens para transportar para o arquipélago de Tinian partes das bombas atômicas que, mais tarde, seriam lançadas contra Hiroshima e Nagasaki. Depois de entregar sua carga secreta no destino, o navio partiu na direção de Leyte, nas Filipinas, onde receberia nova missão.

Nas primeiras horas da manhã de 30 de julho de 1945, o *Indianapolis* foi atacado pelo submarino japonês *I-58*, comandado pelo tenente-comandante Mochitsura Hashimoto. O comandante Hashimoto disparou seis torpedos, dois



dos quais atingiram o cruzador. O primeiro impacto arrancou cerca de 40 pés da quilha do navio e o segundo atingiu a meia-nau, abaixo da linha d'água<sup>1</sup>. O *Indianapolis* adernou 15° imediatamente e afundou em 12 minutos. De uma tripulação de 1.196 homens, 879 morreram, sendo este o pior desastre no mar da Marinha dos EUA durante a 2ª Guerra Mundial.

## RESGATE TARDIO

Cerca de 300 dos 1.196 homens perderam a vida no momento do ataque e quando o navio afundou. O restante da tripulação, mais de 880 homens, permaneceu boiando no mar, sem botes salva-vidas, até que o resgate fosse completado quatro dias mais tarde (100 horas).

Devido ao protocolo da Marinha para salvaguardas as missões secretas, o navio não foi classificado como “atrasado” quando não chegou ao porto na data prevista, e o resgate somente teve início quando um voo de patrulha de ro-

tina localizou os sobreviventes flutuando na imensidão do oceano. Tornou-se parte do folclore afirmar que a maioria das mortes nesses quatro dias foram provocadas por ataques de tubarões, mas, embora estes tenham ocorrido, as maiores causas de mortes foram os ferimentos recebidos no ataque, a desidratação, a exaustão e a ingestão de água salgada.

Quando foi atingido, o *Indianapolis* navegava a uma velocidade de 15 nós, o mar estava calmo, mas a visibilidade era limitada. Quando o cruzador não chegou a Leyte no dia 31, conforme estava previsto, nenhum alerta foi emitido em função do atraso. A omissão foi oficialmente classificada como “um malentendido do Sistema de Relatórios de Movimento”.

## CONTROVÉRSIAS

McVay foi ferido, mas sobreviveu e estava entre os resgatados. Ele pediu repetidamente explicações à Marinha por ter demorado quase cinco dias para resgatar seus



homens, mas nunca recebeu uma resposta. Mais tarde, a Marinha alegou que as mensagens SOS nunca foram recebidas porque o navio estava operando sob silêncio rádio. Registros desclassificados posteriormente, no entanto, mostram que três mensagens SOS foram recebidas separadamente, mas nenhuma foi considerada, pois os analistas acreditaram se tratar de um artilheiro japonês.

Houve muita controvérsia sobre o incidente. Em novembro de 1945, McVay foi submetido à corte marcial e condenado por "arrisgando seu navio ao não navegar em ziguezague." Hashimoto, o comandante do submarino japonês que tinha afundado o Indianapolis, em seus registros, descreveu a visibilidade na ocasião como baixa. Especialistas em submarinos americanos

testemunharam que "ziguezague" era uma técnica de valor insignificante para iludir submarinos inimigos. Hashimoto também testemunhou confirmando essa impressão. Apesar desse testemunho, a decisão oficial foi de que a visibilidade era boa, e o tribunal considerou McVay

responsável por falhar ao não navegar em ziguezague.<sup>2</sup>

Um ponto adicional da controvérsia são as evidências de que os almirantes da Marinha dos Estados Unidos foram os principais responsáveis pela colocação do navio em perigo. Por

exemplo, o Capitão McVay solicitou uma escolta para o Indianapolis, mas seu pedido foi negado porque a prioridade para os destróieres, na época, era escoltar transportes para Okinawa e resgatar pilotos de B-29 abatidos por ocasião de seus reides contra o Japão.<sup>3</sup>



Capitão Charles McVay III, comandante do USS indianapolis em sua fatídica viagem



Além disso, o comando naval assumiu que a rota de McVay seria segura nesse estágio da guerra. Muitos navios, incluindo a maioria dos destróieres, foram equipados com equipamento de detecção de submarinos, mas o *Indianapolis* não foi as-

No entanto McVay não foi informado deste evento e vários outros, em parte devido a questões de inteligência classificada. McVay foi avisado da presença potencial de submarinos japoneses, mas não da real atividade confirmada.



O cruzador pesado *USS Indianapolis* (CA-35)

sim equipado, o que torna a decisão de recusar o pedido de McVay para uma escolta como um erro trágico.

Em 24 de julho de 1945, apenas seis dias antes do naufrágio do *Indianapolis*, o destróier *USS Underhill* tinha sido atacado e afundado na área por submarinos japoneses.

## **A ÚLTIMA VÍTIMA DO USS *INDIANAPOLIS***

O Almirante Chester Nimitz, comandante-em-chefe da Marinha dos EUA, revogou a sentença de McVay e reintegrou-o ao serviço



ativo. McVay se aposentou em 1949 no posto de contra-almirante.

Enquanto muitos dos sobreviventes do *Indianapolis* afirmavam que McVay não era o culpado pelo afundamento, as famílias de alguns dos homens que morreram pensavam o contrário:

– "Feliz Natal! O feriado de nossa família seria muito mais alegre se você não tivesse matado meu filho", dizia uma das correspondências recebidas, com frequência, por McVay.

A culpa que foi colocada sobre seus ombros foi crescendo, até que ele se suicidou em 1968, usando seu revólver da Marinha. McVay foi encontrado em seu gramado, na frente de casa, com um marinheiro de brinquedo que havia sido apresentado por seu pai em uma das mãos. McVay tinha 70 anos. No dia do afundamento do Indianápolis, ele comemorava o seu 47º aniversário.<sup>4</sup>

## **REPARANDO UMA INJUSTIÇA - ISENTADO DA CULPA**

Os sobreviventes do *USS Indianapolis* se organizaram, e, durante muitos anos, passaram a tentar limpar o nome de seu capitão. Muitas pessoas, desde seu filho Charles McVay IV (1925-2012), o autor Dan Kurzman, que relatou o incidente do *Indianapolis* na crônica *Fatal Voyage*, e membros do Congresso, que acreditavam ter o Capitão McVay sido injustamente condenado.<sup>5</sup>

Paul Murphy, presidente da Organização dos Sobreviventes do *USS Indianapolis*, afirmou que "a corte marcial do capitão McVay era simplesmente para desviar a atenção da terrível perda de vidas causada por erros de procedimentos, que não alertaram ninguém sobre a falta do navio."

Mais de 50 anos após o incidente, um estudante de 12 anos de idade, de Pensacola-Flórida, Hunter Scott, foi fundamental na sensibilização para corrigir a injustiça feita com o capitão na corte marcial. Como parte de um projeto escolar



para o programa de Dia da História Nacional, o jovem entrevistou cerca de 150 sobreviventes do naufrágio do Indianapolis e avaliou 800 documentos. Seu depoimento perante o Congresso dos Estados Unidos atraiu a atenção nacional para a situação.<sup>6</sup>

Em outubro de 2000, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma resolução na qual que os assentamentos do capitão McVay deviam constar que "ele é isentado pela perda do *USS Indianapolis*." O presidente Bill Clinton sancionou a legislação. A resolução observou que, embora várias centenas de navios da Marinha dos EUA tivessem sido perdidos em combate na 2ª Guerra Mundial, McVay foi o único capitão a ser submetido à corte marcial pelo naufrágio de seu navio.<sup>7</sup>

Em julho de 2001, o Secretário da Marinha Gordon R. England ordenou a retificação dos assentamentos de McVay, inocentando-o de todas as acusações pela perda do cruzador.<sup>8</sup>

## BIBLIOGRAFIA

CAPTAIN McVay, *USS Indianapolis.org*. Disponível em <http://www.ussindianapolis.org/mcvay.htm>. Acesso em 9 out. 2017.

DOUG, Stanton. *In Harm's Way: The Sinking of the USS Indianapolis and the extraordinary story of its survivors*. Nova York: H. Holt, 2001.

JANIS, Magin. Navy exonerates WWII captain. *The Argus-Press*. Owosso, Michigan. Disponível em <https://news.google.com/newspapers?id=5k0iAAAAI-BAJ&sjid=W6wFAAAAI-BAJ&pg=3676,966443>. Acesso em 8 out. 2017.

KAKESAKO, Gregg K. Navy 'scapegoat' may be absolved. *Honolulu Star-Bulletin*. Nov 1997. Disponível em <http://archives.starbulletin.com/97/11/10/news/story3.htm>. Acesso em mai. 2017.

KURZMAN, Dan. *Fatal Voyage: The Sinking of the USS Indianapolis*. Nova York: Broadway Books, 1990.



LAST, Alex. USS Indianapolis sinking: 'You could see sharks circling'. *BBC News*, 29 jul. 2013. Disponível em <http://www.bbc.com/news/magazine-23455951>. Acesso em 07 out. 2017.

SEEKING Justice: A Victory in Congress. *USS Indianapolis Survivors Organization*. Disponível em

<http://www.ussindianapolis.org/resolution.htm>. Acesso em 7 out.2017.

TOTI, Willian. *The Legacy of USS Indianapolis*, USNI News, disponível em <https://news.usni.org/2014/07/30/legacy-uss-indianapolis>. Acesso em 9 Out. 2017.

---

<sup>1</sup> DOUG, Stanton. *In Harm's Way: The Sinking of the USS Indianapolis and the extraordinary story of its survivors*. Nova York: H. Holt, 2001.

<sup>2</sup> Ver TOTI, Willian. *The Legacy of USS Indianapolis*, USNI News, disponível em <https://news.usni.org/2014/07/30/legacy-uss-indianapolis>. Acesso em 9 out. 2017; e CAPTAIN McVay, USS Indianapolis.org. Disponível em <http://www.ussindianapolis.org/mcvay.htm>. Acesso em 9 out. 2017.

<sup>3</sup> LAST, Alex. USS Indianapolis sinking: 'You could see sharks circling'. *BBC News*, 29 jul. 2013. Disponível em <http://www.bbc.com/news/magazine-23455951>. Acesso em 07 out. 2017.

<sup>4</sup> CAPTAIN McVay, *USS Indianapolis.org*. Disponível em <http://www.ussindianapolis.org/mcvay.htm>, Acesso em 9 Out. 2017.

<sup>5</sup> Ver KURZMAN, Dan. *Fatal Voyage: The Sinking of the USS Indianapolis*. Nova York: Broadway Books, 1990.

<sup>6</sup> KAKESAKO, Gregg K. Navy 'scapegoat' may be absolved. *Honolulu Star-Bulletin*. Nov 1997. Acesso em <http://archives.starbulletin.com/97/11/10/news/story3.html>. Disponível em Acesso em mai. 2017.

<sup>7</sup> SEEKING Justice: A Victory in Congress. *USS Indianapolis Survivors Organization*. Disponível em <http://www.ussindianapolis.org/resolution.htm>. Acesso em 7 out.2017.

<sup>8</sup> JANIS, Magin. Navy exonerates WWII captain. *The Argus-Press*. Owosso, Michigan. Disponível em <https://news.google.com/newspapers?id=5k0iAAAAI-BAJ&sjid=W6wFAAAAI-BAJ&pg=3676,966443>. Acesso em 8 out. 2017.

# A Guerra Nuclear: um fantasma do passado ou um pesadelo para o futuro?

Guilherme Antônio Dias Pereira<sup>a</sup>

**Resumo:** O presente estudo, desenvolvido originalmente em 1985, revisado e expandido em 2012, trata de uma análise das possíveis consequências para o Brasil de um conflito nuclear global e de uma proposta para criação de um núcleo de sobrevivência nacional na área apontada por modelos de simulação como a que seria menos afetada no caso da ocorrência de um cenário químico, bacteriológico e nuclear (QBN) com mais de 3 mil megatons.

**Palavras-chave:** Guerra nuclear, defesa QBN.

A ameaça da guerra nuclear assombrou o mundo de 1947 a 1992. Durante estes 45 anos, vivemos sob um estado de polarização entre o capitalismo ocidental, dirigido e manipulado pelos Estados Unidos da América (EUA), autointitulado “Campeão da Democracia” e o comunismo soviético ou Marxismo-Leninismo, comandado a ferro e fogo pela hoje extinta União Soviética (URSS).

Na realidade, uma nova Guerra Mundial não seria uma guerra nuclear, mas uma guerra NBC (*Nuclear, Biological & Chemical Warfare*), hoje conhecida nos meios militares brasileiros como guerra QBN (Química, Biológica e Nuclear – compreendendo artefatos atômicos, termonucleares e as assim chamadas “bombas sujas”, armas convencionais envoltas por uma capa de substâncias radioativas

---

<sup>a</sup> Analista de sistemas. Associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



como Urânio, Plutônio, Césio, Tório, Rádio, Cobalto e outras, muitas de acesso razoavelmente fácil, utilizadas rotineiramente em equipamentos médicos para exames radiológicos e radioterapia), além de todo o arsenal de gases venenosos estocados (Sarin, Soman, Tabun – desenvolvidos a partir da 1ª Guerra Mundial, e o mais mortal de todos, VX, uma contribuição inglesa ao “clube dos horrores”), ainda temos que lidar com a Peste, o Antraz, a Varíola em sua forma mais virulenta, o Ebola, o HIV modificado para outras formas de disseminação, as gripes aviárias de ampla e rápida disseminação e por aí vai. A imaginação humana não tem, realmente, limites, seja para o bem ou para o mal.

O foco de um possível confronto nuclear sempre se concentrou no hemisfério norte, no qual se localizavam as chamadas “superpotências” (EUA e URSS) e seus países satélites, integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN - NATO) ocidental e do Pacto de Varsóvia oriental.

Com o tempo, outros países, além de EUA e URSS, adquiriram potencial nuclear; Inglaterra, França e China, passando esses cinco países a integrarem o Conselho Permanente de Segurança das Organizações das Nações Unidas (ONU), com direito a veto das Resoluções tomadas por aquela instituição mundial, direito este baseado na FORÇA de seu poderio nuclear. Igualmente esses cinco países desenvolveram, em paralelo, os já citados arsenais químicos e biológicos de poderio assustador, em que pese o fato de tais armas serem banidas pela Convenção de Genebra e das lembranças terríveis de seu emprego em passado recente, em especial durante a 1ª Guerra Mundial ou “Grande Guerra” (Cloro, Fosgênio, Gás de Mostarda e os menos daninhos, mas ainda assim incapacitantes Gás Lacrimogêneo e Gás de Pimenta).

Ao longo do Século XX, novos países se juntaram ao bloco nuclear, ou “Clube Atômico”, Índia e Paquistão (por motivações, em especial, de caráter religioso e confrontação de fronteiras), Israel, com



apoio dos EUA, para garantir a própria sobrevivência no conturbado Oriente Médio do qual é um fator de permanente desestabilização e Coreia do Norte, o proverbial “rato que ruge”, num desafio ostensivo e permanente aos EUA e aos seus aliados no extremo oriente como a Coreia do Sul e o Japão. Em todos estes países e em muitos outros, entidades de governo e da iniciativa privada trabalham em conjunto e sigilo na produção dos dois outros componentes da Tríade NBC.

O conturbado século XX assistiu aos esforços de outros países para atingirem a capacitação nuclear. No Cone Sul, Argentina e Brasil (que pode ter chegado à produção da “Bomba A”, mas que não chegou a testá-la, talvez apenas por falta de oportunidade e de disponibilidade de um cenário não comprometedor). Na África, a África do Sul (que, suspeita-se, tenha testado, é quase certo). No Oriente Médio, Iraque e Irã que não avançaram muito, boicotados eficientemente pela CIA (EUA) e pelo *Mossad* (Israel).

Em finais do século XX, os países do Cone Sul assinaram o Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares, assumindo, “oficialmente”, a posição de utilizarem a Energia Nuclear apenas para fins pacíficos.

Cumprir abrir um pequeno parêntese. A construção de um artefato atômico está hoje ao alcance de qualquer país que possua reatores nucleares alimentados a Urânio cuja “queima” produz Plutônio. As técnicas e materiais para construção de um artefato desta natureza estão, hoje, disponíveis na própria internet. Já a geração de um artefato termonuclear ainda é uma tecnologia disponível a muito poucos. No que se refere às “bombas sujas”, sua fabricação está à disposição de qualquer um que tenha acesso a algum tipo de material radioativo.

Com o desmantelamento da URSS e do assim chamado Bloco Soviético, em 1992, deu-se por encerrada a denominada “Guerra Fria” na qual se confrontaram ao longo de quase cinco décadas EUA, URSS e seus aliados da NATO e do Pacto de Varsóvia, promovendo



confrontos localizados em todo o mundo como a Guerra da Coreia, a Crise de Cuba, A Guerra do Vietnã, as Guerras do Oriente Médio (Seis Dias, Dia do Perdão, Irã-Iraque) e a Guerra do Afeganistão, além dos confrontos na África e na Ásia.

Como consequência das questões mal resolvidas deste conturbado período, restaram os conflitos do Oriente Médio (Guerra do Golfo, Iraque, Líbano, Líbia, Síria, etc...) que explodiram no início do século XXI.

Hoje vivemos um período de estranho e instável equilíbrio com os EUA no papel de “Xerife do Planeta”, última superpotência dominante em um mundo política, ideológica e economicamente desgastado no qual o Capitalismo e suas vertentes mais agressivas como o neoliberalismo e a globalização sobrevivem em seu processo de exploração do homem pelo homem por falta de uma alternativa viável, de, por exemplo, uma forma mais aperfeiçoada de social-democracia que seja aplicável a nações subdesenvolvidas. Já o comunismo em todas as suas vertentes, em especial o

Marxismo-Leninismo, mostrou-se uma aventura sangrenta e fracassada, um funesto ciclo que custou a vida de mais de 165 milhões de almas.

Em meio ao caos diário da luta pela sobrevivência em um planeta superpovoado do qual não cessamos de vilipendiar os recursos naturais, um ponto tem insistentemente passado despercebido, o fato de que o fim da Guerra Fria não significou o fim dos imensos arsenais NBC estocados. Hoje, as grandes potências Nucleares (EUA e Rússia, herdeira da URSS) e outras potências menores (Inglaterra, França, China, Israel, Índia, Paquistão e Coreia do Norte) possuem um arsenal nuclear muito maior, preciso e potente do que o existente no auge da 2ª etapa da Guerra Fria pelos idos de 1984. São 18 mil ogivas operacionais (de 30 mil em estoques) disponíveis em mais de 10 mil vetores de lançamento, o suficiente para matar cada um dos 7,2 bilhões de habitantes Humanos do planeta Terra 2,57 vezes!



E nessa imensa trapalhada, em meio a esta enorme loucura nuclear, como fica o Brasil?

Curiosa a visão média do brasileiro, não apenas da população em geral, mas dos próprios políticos e de muitos dos nossos militares. A visão de que o Brasil se encontra a salvo no caso de um confronto NBC. Não temos armas nucleares, temos um bom relacionamento com os possíveis contendores a quem fornecemos comida e *comodities*, vivemos no Cone Sul, temos problemas muito mais urgentes e graves de infraestrutura, saúde, educação, para que esquentar a cabeça com possibilidades tão remotas?

Ledo engano, pois é justamente aí que mora o perigo...

Achar que algum país, ainda mais com a extensão territorial do Brasil, com suas reservas minerais, aquíferas e potencial agropecuário com seu parque industrial, seus portos e aeroportos de grande capacidade, em especial no Sul e Sudeste, com suas reservas de petróleo, em especial no litoral do combalido e mal administrado Estado do Rio de Janeiro, vai, simplesmente, assistir

de cadeira ao aniquilamento dos grandes contendores para depois, talvez, assumir sem esforço um papel preponderante na reconstrução da civilização é, no mínimo, uma ilusão, na prática uma total infantilidade!

Nas décadas de 1970 e 1980 quando o Brasil perseguia do sonho da hegemonia nuclear no Cone Sul e vivia o *boom* de sua recém-nascida indústria bélica, vários estudos foram encomendados a Universidades como a UFRJ, a UERJ e a USP sobre as consequências de um eventual, ainda que improvável, ataque nuclear às nossas principais metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo. Muitos destes estudos exageravam o potencial das bombas que seriam utilizadas. Jamais Rio de Janeiro e São Paulo serão alvos de artefatos termonucleares de 10 ou, mesmo, 50 megatons como preconizaram alguns estudos. Seremos alvos de mísseis de múltiplas ogivas (MIRV), lançados por submarinos (SLBMs) com cabeças nucleares de 10 quilotons a 1 megaton que bem distribuídas potencializarão seus resultados por efeito da sinergia. A



função de um ataque nuclear às metrópoles brasileiras não é arrasar, é incapacitar.

Em junho de 1985, numa iniciativa pessoal, interessado e estudioso do tema desde a adolescência, escrevi uma carta ao então Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil – EMFA, almirante José Maria do Amaral, propondo a utilização de ferramentas de Modelagem e Simulação Matemática, com as quais já acumulava uma experiência de 8 anos em apli-

cações civis, na análise de Cenários de Guerra NBC e nas suas eventuais consequências para o Brasil. Esta manifestação, para minha surpresa, deu rapidamente origem a uma produtiva parceria que só veio a ser interrompida com o advento do Governo Collor, de triste lembrança em tantos aspectos da vida nacional.



Artefato termonuclear explodindo durante um teste: poder destrutivo capaz de devolver a civilização à Idade da Pedra.

A ideia em tela não se referia à construção de artefatos nucleares, mas ao estudo das condições de sobrevivência do Brasil como Nação no caso de ser deflagrada uma Guerra NBC de caráter global.

Os estudos preliminares mostraram, de forma clara, que, mesmo que o Brasil não sofresse um só ataque com artefatos NBC, uma im-

possibilidade que será demonstrada adiante, as alterações climáticas fruto de um confronto nuclear em que fossem detonados mais de 3 mil megatons,

mesmo concentrados no Hemisfério Norte (outra impossibilidade) seriam catastróficas! Estes estudos foram levados avante na época dos relatórios do TTAPS sobre o “Inverno Nuclear” e, já naquela época, apontaram para o fato de que as consequências sobre o clima do planeta estariam mais para um “Outono” do que para um “Inverno” Nuclear, em



especial se o confronto NBC se desse no inverno do hemisfério norte. Contudo, as consequências no que se refere às condições de sobrevivência das populações metropolitanas seriam aterradoras, simplesmente inimagináveis!

Na prática, os estudos demonstraram que nenhuma cidade do mundo com mais de 200 mil habitantes (no Brasil pouco mais de 300) escaparia de ser alvo de artefatos nucleares. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo cessariam de existir entre 24 e 72 horas após o início dos confrontos, independentemente de o Brasil ser ou não um país neutro (pelo contrário, sua neutralidade incentivaria ataques preventivos de ambos os lados).

A proposta básica por mim submetida ao EMFA em 1985, acompanhada dos respectivos estudos e simulações (na época utilizávamos, em especial, o GPSS – *General Purpose Simulation System* da IBM), sugeria o aproveitamento do Projeto “Calha Norte”, transformando os Postos de Fronteira a serem estabelecidos e suas bases de

apoio, em especial no Sul da Amazônia e no Norte do Cerrado, em núcleos de sobrevivência, os quais poderiam, no caso de um confronto generalizado, abrigar, com boas chances de sobrevivência, uma população pré-selecionada em torno de 1 milhão de pessoas entre civis e militares. Isso, levando-se em conta uma população total, à época, de 146 milhões de habitantes (os números envolvidos em uma Guerra NBC são inimagináveis quando os comparamos com as guerras mais devastadoras de nossa história recente, a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais).

Em meados dos anos 1980, para um conflito NBC com mais de 3 mil megatons disparados sobre alvos de Contraforça e Contravalor<sup>1</sup> estimava-se a sobrevivência de 500 milhões de pessoas (em condições extremamente precárias que serão tratadas em detalhes mais adiante) de uma população total de 3,5 Bilhões de habitantes do planeta, caso em que a hipótese de extinção da raça humana num prazo de 100 anos por falta de diversidade genética e de condições de procriação como



efeito da radiação residual e da contaminação química e biológica não poderia ser totalmente excluída.

Em síntese, a Proposta de 1985 era a seguinte: aproveitar os assentamentos militares do “Projeto Cacha Norte”, em especial no que se refere ao Cerrado Brasileiro, para a criação de Células de Sobrevivência Nacional, dotadas não apenas de recursos militares, mas igualmente de recursos médicos, odontológicos, ambulatoriais e sanitários básicos (aproveitando uma parceria com o Projeto Rondon), criação de bibliotecas convencionais e em meios eletrônicos contendo o fundamental para a preservação de nossa atual cultura e de nossas técnicas (por exemplo, fabrico de papel...), assim como salas e professores qualificados para o Ensino Fundamental, Médio e Técnico especializado, voltado para a construção e manutenção de tecnologias simples de engenharia civil, de geração de energia, manutenção mecânica, primeiros socorros, agricultura e criação. Todo este aparato não permaneceria inativo, mas seria utilizado rotinei-

ramente para atendimento às populações próximas na prestação de serviços de saúde, saneamento básico, transportes, construção civil e educação, aumentando os laços de integração entre as populações do campo e as Forças Armadas.

Estas diversas Células de sobrevivência deveriam ser criadas como elementos autossuficientes tendo um grupamento militar por base, ainda que interligadas a um Comando Central.

Deveria ser dada prioridade a elementos de baixa tecnologia, de mais fácil operação e manutenção. Em termos militares, à estocagem de armas leves para Defesa (Pistolas, revólveres, fuzis, metralhadoras, canhões sem recuo...), de armas de pressão para caça de subsistência, assim como o adestramento no uso e fabricação de armas não tecnológicas manuais (arcos, bestas, atiradeiras?...), com igual fim. Deveria ser dada prioridade ao uso de veículos mecanizados de manutenção simples (na época pensou-se em Fuscas e Buggys baseado em uma experiência pessoal como praticante de Off Road, jipes e veículos 4x4



tem manutenções caras e complicadas) multicombustíveis (gasolina, álcool, gás GNV, diesel, gasogênio...) que poderiam, ainda, atuar como geradores de eletricidade quando necessário.

Dar, ainda, prioridade à geração e estocagem de energia elétrica eólica com o uso de pequenos moinhos de vento (que não atraíssem a atenção como as enormes estruturas dos parques eólicos que temos hoje. Os velhos moinhos de fazenda do tempo da vovó que não chamavam a atenção.), acoplados a dínamos e/ou alternadores e baterias de acumulação convencionais não-descartáveis 12/24 volts, além da geração de eletricidade por energia hidráulica, aproveitando o potencial de rios e riachos próximos.

Em termos militares, dar treinamento aos aquartelados em sobrevivência no teatro de operações local. Recrutar entre a população, os jovens em idade de serviço militar e treiná-los regionalmente nestas técnicas, aproveitando a experiência local em sobrevivência e mantendo-os aptos a uma rápida reconvocação

durante seu período de aproveitamento militar, além de qualificá-los como técnicos nas diversas áreas necessárias.

Priorizar a estocagem de sementes resistentes para plantio, estocagem de animais resistentes à radiação como ovinos, suínos e caprinos, além de aves, e ensinar as melhores técnicas de plantio, cultivo e criação aos aquartelados, às suas famílias e às famílias das povoações em redor, criando uma cultura de troca e escambo entre as populações assentadas na região.

Criar e manter estruturas simples de radiocomunicação (telégrafo sem fio, radioamador, rádios de ondas curtas). Lembrar que a PEM (Pulsção Eletromagnética) destrói, danifica e anula todos os sistemas de telecomunicação sofisticados que possuímos como satélites e celulares, além de destruir tudo o que estiver armazenado em meios magnéticos que não esteja devidamente protegido de sua influência.

Desenvolver e manter uma estrutura de controle de radiação (uso de contadores gêiser de fácil manu-



tenção e longa durabilidade), contemplando planos de evacuação, caso a região habitada se torne “quente” (radioativa) por influência de fatores sazonais não previstos.

Manter estoques de alimentos enlatados e água potável para, pelo menos três meses, estoques de vacinas, antibióticos e analgésicos para o maior período possível e desenvolver o estudo de fitoterápicos locais ou que possam ser transplantados e que possam substituir os manufaturados a longo prazo (os egípcios, já é comprovado, usavam emplastros de pão mofado como antibióticos locais). Lembrar, não haverá reposição de estoques disponível por longo prazo.

Manter estoques de aparatos básicos para o dia a dia. pratos e talheres resistentes, papel, lápis, cadernos, borrachas, produtos de higiene pessoal (parece ridículo, mas, após uma Guerra NBC a produção de tudo isso irá cessar e, na melhor das hipóteses, levará séculos até voltarmos a ter as facilidades com que nos habituamos em nosso dia a dia).

Pode parecer loucura ou ficção científica, mas os países que tomarem este tipo de providências elementares (e muitos já as estão tomando) poderão acordar no proverbial DIA SEGUINTE com uma estrutura, em termos tecnológicos, equivalente à existente nos anos 1930-1940 e utilizá-la como base para o longo regresso às condições atuais. Quem não o fizer, vai, simplesmente, acordar na IDADE DA PEDRA.

Quem seriam os privilegiados sobreviventes? Os aquartelados e suas famílias que, no momento do cataclísmico evento estivessem de serviço nos locais certos e as populações locais de seu entorno. A nata científica, política e militar do país, previamente selecionada, que para estes aquartelamentos seria transplantada quando os primeiros sinais de uma crise mundial que marchasse rumo a um conflito NBC fossem detectados. Isso não é crueldade, é sobrevivência! Não esquecer que, até o fim do século XIX, a quase totalidade da população mundial era rural. As pessoas plantavam



e colhiam seu próprio alimento, criavam seu próprio gado de leite e corte. Complementavam sua dieta caçando e pescando.

Hoje, a imensa maioria da população tornou-se urbana, concentrando-se em aglomerados que chegam a ultrapassar 30 milhões de habitantes. Estas populações não sabem, em sua quase totalidade, de onde vem a água que bebem e os alimentos que consomem. Nunca plantaram, nunca criaram uma simples galinha, nunca caçaram, nunca pescaram, nunca prestaram um serviço militar, nunca usaram uma arma. Suas chances de sobrevivência a médio e longo prazos, mesmo se escaparem incólumes aos efeitos imediatos de uma Guerra NBC são ZERO!

Por isso que, à época dos estudos de 1985, era estimado que de uma população de 3,5 bilhões de habitantes, pouco mais de 500 milhões sobreviveriam no dia seguinte, a maioria debilitada por radiação, ataques químicos e biológicos, sem atendimento médico, sem comida, sem água, sem organização ou go-

verno, conseqüentemente, perecendo, em sua maior parte, ao longo do século seguinte.

Tirando-se os grupos previamente organizados em sistemas como o sugerido na proposta de 1985 descrita acima, a maioria dos sobreviventes, esgotados os parques recursos manufaturados, cairia, rapidamente, no canibalismo, um passo seguro para seu próprio fim (alguns cientistas defensores de teorias alternativas quanto à história humana, defendem que o canibalismo disseminado no mundo pré e proto-histórico deveu-se a uma involução e não a uma barbárie inicial. Para estes pesquisadores existem fortes indícios de que não somos a primeira civilização humana que atingiu o atual estado tecnológico e se autodestruuiu...).

Bem, este foi um cenário traçado em função do poder de destruição de uma Guerra NBC que fosse travada nos anos 1980. O problema é que, em comparação com os cenários estudados nas décadas de 1980 e 1990, a situação piorou e muito! Senão, vejamos:



Na segunda metade dos anos 1980, no auge da segunda etapa da Guerra Fria com o desenvolvimento do Projeto Guerra nas Estrelas do governo Reagan, os arsenais nucleares mundiais se concentravam nos EUA e na URSS com um total aproximado de 18.500 ogivas Táticas e Estratégicas (9.700 dos EUA e 8.800 da URSS), o que tornava um cenário NBC de mais de 3 mil megatons totalmente plausível. A grosso modo podemos considerar um número estimado de 1 bilhão de baixas para cada mil megatons detonados em alvos de Contravalor.

Em 2005, já passados 13 anos do fim da Guerra Fria, estes arsenais haviam atingido a casa de aproximadamente 27.700 ogivas estratégicas e táticas (11 mil dos EUA, 16 mil da Rússia ex-URSS e 710 ogivas divididas entre as potências nucleares menores). Colocando-se uma média de 500 quilotons por ogiva (seu poder de destruição varia entre 1 quiloton e 50 megatons), teríamos um total estimado de 13.850 megatons estocados à época, o sufi-

ciente para exterminar uma população de 13,85 Bilhões de habitantes em 2005!

O último grande censo nuclear (de 2010) acusou uma significativa redução dos arsenais operacionais dos EUA (5.068 ogivas) e da Rússia (11.900 ogivas). No caso dos EUA devido ao aumento significativo da precisão dos sistemas guia de seus Balísticos (ICBM e SLBM) e Cruise, no caso da Rússia pelas dificuldades econômicas de manter tão grande arsenal em prontidão. Por outro lado, os arsenais nucleares das potências menores continuam a crescer, ano após ano, a exceção do da Inglaterra que se estabilizou em torno de 200 ogivas desde 2005. De qualquer forma, entre 2005 e 2010 este arsenal secundário aumentou de 710 para 1.112 ogivas nucleares.

Com tantos mísseis agora disseminados entre potências menores, um confronto NBC torna-se apenas uma questão de tempo. Já não se trata de SE haverá uma Guerra NBC, mas de QUANDO?

Por isso, iniciativas como a proposta em 1985 por este autor se



tornam cruciais para a sobrevivência nacional de países como o Brasil.

Como se inicia um confronto NBC? Já de muito estudado e analisado por especialistas, com uma escalada. Isso pode começar como um confronto convencional menor em que um contendor dotado de armamento nuclear e incapaz de deter seu inimigo (o caso, por exemplo, de Israel frente aos países árabes num futuro, que Deus o permita, distante.) resolva “morrer matando”. Este raciocínio é aplicável, igualmente, à Coreia do Norte. Tratam-se de países de diminuta extensão territorial. Não há espaço para ceder e depois recuperar.

Infelizmente, estes países encontram-se, como no caso de Israel, na encruzilhada do mundo, ao lado dos maiores suprimentos mundiais de petróleo. No caso da Coreia do Norte, na fronteira com a China que, embora dotada de pequeno arsenal nuclear é um gigante populacional com quase 2 bilhões de habitantes sob um regime ainda totalitário que apenas tolera os EUA e a Rússia

(sua vizinha) por motivos econômicos e ambas, China e Coreia, têm contas históricas a ajustar com o maior aliado dos EUA no extremo oriente, o Japão.

Um ataque nuclear da Coreia do Norte ao Japão, seguido de uma invasão convencional à Coreia do Sul, com toda a certeza provocaria uma reação Nuclear dos EUA. Os efeitos da radiação (que não reconhece fronteiras internacionais), mesmo contidos a poucos mísseis, acabaria forçando a China a uma reação por questões meramente políticas de supremacia regional. O contragolpe dos EUA seria devastador e suas consequências inevitavelmente atingiriam a região fronteira da Rússia e, aí sim, teríamos um grande problema:

Um confronto Rússia x EUA atingiria, rapidamente, proporções globais. Infelizmente, a Guerra NBC entre dois contendores tão poderosos resume-se em; “Quem atacar o oponente com tudo antes que ele possa reagir, ganha! Simples assim!...”



É neste cenário que a Guerra NBC sobra para todo mundo! Vejamos o caso específico do Brasil:

Por décadas fomos alinhados com a política dos EUA. Hoje seguimos um caminho mais ou menos independente de livre comércio com os EUA, Rússia e China. O que isso significa em termos práticos? Fornecemos insumos, *comodities* e comida para os três, somos “amigos” de todos e “aliados” de ninguém. Assim, num cenário de conflagração total, os dois lados vão querer nos neutralizar como estrutura nacional para impedir que nos aliemos no momento mais proveitoso a um ou ao outro, ou seja, vão sobrar bombas em nossas cabeças vindas dos dois lados e ambos os lados tem arsenais suficientes para se arrasarem entre si e levarem consigo o resto do mundo se assim o desejarem.

Estudos dos meados da década de 1980 demonstravam que os EUA tinham potencial nuclear para destruir cada cidade da URSS com mais de 100 mil habitantes 36 vezes. Já a URSS, por seu lado, só tinha capacidade para destruir cada

cidade dos EUA com mais de 100 mil habitantes, apenas, 12 vezes, como se fosse consolo!...

O Brasil possui, hoje, pouco mais de 200 milhões de habitantes. Estes se concentram em grandes metrópoles e em cidades com mais de 200 mil habitantes (Menos de 300) como já citado. Temos cerca de 19 grandes regiões metropolitanas nas quais se concentra 32% de nossa população (~65 milhões de habitantes), incluindo São Paulo (21 milhões) e Rio de Janeiro (12,5 milhões) e toda a nossa infraestrutura de transportes e logística, todos os nossos centros de estudo e pesquisa, nossos principais hospitais e, conseqüentemente nossos profissionais mais qualificados. Tudo isso será arrasado num intervalo entre 24 e 72 horas após iniciados os ataques NBC. É inevitável!...

No mundo como um todo, as principais concentrações metropolitanas são cerca de 25 (incluindo Rio de Janeiro e São Paulo no Brasil). Elas somam ~380 milhões de habitantes e concentram toda a cultura e conhecimento de nossa civilização. Seu destino é deixar de existir de 24



a 72 horas após o início de uma Guerra NBC. Mesmo que só elas fossem destruídas, seria o fim de nossa atual civilização e de todo o conhecimento acumulado.

Em 2016, o General Nery apresentou no IGHMB – Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, sua brilhante palestra sobre os motivos que levam tantas potências mundiais a cobiçarem a Amazônia. Como comentado na época, meus estudos de 1985 e suas revisões de 2012 a 2015 podem acrescentar mais um; O Brasil possui a maior extensão territorial dentro da área de Fallout mínimo à exceção da Antártida (precipitação radioativa) e de Resfriamento Climático mínimo (Efeitos ligados à teoria do Inverno Nuclear). Justamente a área que se localiza na zona situada entre o Sul da Amazônia e o Norte do Cerrado, objeto da Proposta de 1985.

Ao mesmo tempo, esta é uma área que possui poucos alvos de valor estratégico para um eventual conflito NBC generalizado espalhados por toda a circunferência do mundo, assim, é bem provável que

os danos nesta região sejam menos graves do que no resto do planeta.

No período compreendido entre 2012 e 2015, os estudos de 1985 foram revistos à luz de modernas ferramentas de simulação. Estas ferramentas têm sua utilidade prática comprovada em análises de gestão de riscos de projetos civis e militares e são utilizadas há mais de 40 anos no Brasil, poupando bilhões de dólares em investimentos ao detectar e corrigir antecipadamente eventuais falhas em projetos e processos complexos.

Independentemente de todas as nossas dificuldades de ordem econômica e política, este é um projeto de simples sobrevivência nacional e que pode ser desenvolvido paulatinamente com recursos mínimos. Ou nos preparamos ou não sobreviveremos como nação! A escolha é unicamente nossa.

De 1985 até o presente momento, as ferramentas de Modelagem e Simulação Matemática, assim como as de representação gráfica 2D e 3D evoluíram de forma surpreendente. O velho GPSS da IBM veio a ser substituído pelo



GPSS/PC da Minuteman Software e da Wolverine a partir dos anos 1990 e superado pelo ARENA, pelo PROMODEL, pelo SIMUL8 e pelo ANYLOGIC entre outros.

Como demonstrado nos estudos experimentais desenvolvidos por este autor entre 2012 e 2015, o custo de aplicação destas ferramentas na gestão de riscos de projetos civis e/ou militares é insignificante quando comparado aos custos de sua execução. Trata-se de uma ferramenta de planejamento imbatível, ainda que muito pouco utilizada no Brasil, em que pesem os mais de 40 anos em que já lhe temos acesso.

Essencialmente o projeto proposto em 1985 acrescenta um custo proporcionalmente mínimo aos já previstos para programas como o Calha Norte e o Projeto Rondon, incrementando-os e tornando-os mais abrangentes na prestação de serviços às populações da Amazônia e do Cerrado, deixando o Governo Fede-

ral (através das comunidades militares de fronteira) mais ativo e presente, contribuindo claramente no processo de integração nacional, ao mesmo tempo em que mantém o país preparado para a eventualidade de ter que enfrentar um conflito NBC. Além disso, é um projeto de defesa aparentemente passiva que divulgado sob a égide de ajuda humanitária e integração nacional dificilmente atrairá retaliações. Seria uma resposta perfeita e sutil, mas de grande eficiência ao que as ONGs estrangeiras e grupos religiosos dos mais diversos matizes hoje estão praticando na Amazônia brasileira.

É preciso pesquisar para conhecer, conhecer para compreender, compreender para solucionar! Ou nos preparamos para ocuparmos nosso lugar na história das nações ou continuaremos a ser o “Eterno país do Futuro”, sujeito à dominação das “Potências do Presente”. Não há outro caminho.

---

<sup>1</sup> Na maioria das vezes, ambos se confundem. A maioria dos alvos de Contratorça – bases militares e indústrias

estratégicas, se situa perto ou dentro dos limites das grandes cidades – alvos de Contravalor.

# Os 90 anos da criação dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva

Israel Blajberg<sup>a</sup>

**Resumo:** O texto versa sobre a área da História Contemporânea, com enfoque na obra do Ten Cel Correia Lima, criador dos CPOR. Seu descortino para a época era incrível. A ideia de reunir estudantes das faculdades para construir uma reserva de alto nível para o Exército trouxe notável aporte para a Força Terrestre, como se confirmou por ocasião da 2ª Guerra Mundial, quando os Oficiais R/2 foram chamados a compor expressivamente os efetivos da gloriosa FEB - Força Expedicionária Brasileira. O trabalho aborda o histórico da evolução dos órgãos de formação da Reserva, desde o período anterior à 2ª Guerra Mundial, com especial detalhamento da atuação dos Oficiais R/2, líderes de fração de tropa nos combates da Itália, até os dias que correm. São apresentados ainda breves resumos biográficos dos Oficiais da Reserva, sejam os que tombaram no cumprimento do dever, seja os que se destacaram mercê de bravura excepcional demonstrada em combate e após a guerra preservando a memória da FEB. Ex-alunos e antigos instrutores proeminentes são apresentados, bem assim um retrospecto das atividades associativas e a atual estrutura da carreira temporária.

**Palavras-chave:** Oficiais da Reserva, CPOR, NPOR, sociedade.

*“Ao ser declarado Aspirante a Oficial da Reserva, assumo o compromisso de cumprir, na paz e na guerra, os deveres que me competem, para segurança e grandeza do Brasil, cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida.”*

Juramento do Aspirante a Oficial da Reserva do Exército Brasileiro

É com grande satisfação que venho apresentar um breve relato sobre rica vertente da nossa História Contemporânea, com enfoque nos conhecidos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPORs),

---

<sup>a</sup> Engenheiro e professor. Associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



criados ao início do século passado: a notável obra do tenente-coronel Correia Lima.

Abordaremos, portanto, a missão de seus bravos discípulos, da universidade ao front, dos quais o expoente e seu maior herói foi o legendário tenente Apollo Miguel Resk, que os inspira até hoje no cumprimento do dever.

O presente trabalho busca fundamentos na jornada que Correia Lima iniciou, e que prosseguiu pelo esforço de milhares de outros dedicados brasileiros que ajudaram a construir os CPORs e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPORs) pelo Brasil afora.

Sem a pretensão de exaurir o assunto, se não mais o fosse, dada a grandiosidade e complexidade do tema, o trabalho apresenta os principais marcos dessa fantástica história, bem como breves perfis biográficos de alguns dos dedicados ex-alunos que vieram a se constituir em ícones dos Oficiais da Reserva.

Destarte, submetemos assim a nossa singela contribuição à documentação historiográfica da luta daqueles Soldados da Reserva que,

junto a seus pares da Ativa, reconhecidamente nos legaram seu pioneirismo, não devendo, por isso, serem esquecidos.

É preciso que a História faça justiça também a eles, que trabalharam desinteressadamente, mas com muito entusiasmo, dando ao país o vigor da sua juventude.

## **TENENTE-CORONEL CORREIA LIMA - FUNDADOR E PATRONO**

Corria o ano de 1891. Uma criança nascia em Porto Alegre aos 4 de novembro. Teria uma vida curta, mas esta data passaria à história do Exército e do Brasil como o Dia do Oficial R/2, consagrando o dia do nascimento daquele que viria a ser o idealizador do CPOR, o bravo Correia Lima, no dizer da nossa canção “exemplo de soldado e cidadão”.

O jovem, vocacionado para a carreira das armas sentou praça como voluntário em 1907 no 17º. Batalhão de Infantaria de Porto Alegre, daí prestando concurso para a Escola de Guerra em Porto Alegre,



no Casarão da Várzea, e, em seguida, no Realengo. Ainda tenente estudou os mecanismos de mobilização e recrutamento na Europa da 1ª Guerra Mundial, época em que foi extinta a Guarda Nacional, adotado o conceito das Polícias Militares como Reserva do Exército e instituído o Serviço Militar Obrigatório.

Nos idos da década de 1920 teve ele uma ideia avançada para o Brasil da época, que iria se provar acertada até hoje, revelando-se em toda a sua magnitude durante a 2ª Guerra Mundial, quando metade dos 800 tenentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi R/2, a mocidade do CPOR.

Lançou a ideia pioneira, convocar alunos das faculdades para cursar um centro de preparação, dos quais saíam como oficiais da reserva.



Tenente-coronel Correia Lima,  
fundador e patrono dos  
CPOR/NPOR

Os esforços do então Capitão de Artilharia Correia Lima frutificaram, e, aos 22 de abril de 1927, viu triunfar seu ideal quando, por despacho ministerial, foi criado o , do qual foi o primeiro comandante, no Rio de Janeiro. Quis o destino que o bravo Correia Lima não pudesse viver o bastante para aferir a dimensão da sua obra.

Como major servia em Curitiba, comandando o 1º Grupo do 9º Regimento de Artilharia Montada, quando irrompeu a revolução de 1930, sendo morto na sublevação, para que a unidade, aderindo ao movimento, arrastasse consigo a Guarnição de Curitiba. Era o dia 5 de setembro, quando faleceu com apenas 39 anos. Ele que tão jovem chegara a integrar a Missão Indígena, ainda poderia ter prestado relevantes serviços para o Exército e para o Brasil.

Promovido *post-mortem* ao posto de tenente-coronel por ato de



bravura, entrou para a História Militar como o Patrono por tradição do CPOR, e sua data de nascimento, 4 de novembro, passou a ser comemorada como o Dia do Oficial R/2, a ele prestando uma justa e merecida homenagem.<sup>1</sup>

## **PRIMÓRDIOS EM SÃO CRISTÓVÃO**

Aos 22 de abril de 1927 o CPOR/RJ iniciou a formação de oficiais da Reserva, provisoriamente instalado no Quartel do 1º Grupo de Artilharia Pesada (GAP), em São Cristóvão, na caserna destruída para que a FIFA instalasse no local bizarras tendas brancas e estacionamentos para a Copa do Mundo, até há alguns anos ocupada pelo Grupo Monte Bastione, 21º Grupo de Artilharia de Campanha, transferido para o Imbuhy.

Em 24 de janeiro de 1931 foi desmembrado do 1º GAP e transferido para o quartel próximo, também em São Cristóvão, na Avenida Pedro II nº 383, ao lado da QBV –

Quinta da Boa Vista, hoje o magnífico Museu Militar Conde de Linhares (MMCL).

Houve um breve lapso quando, a 8 de maio de 1935, o Comando e as Seções de Infantaria e Cavalaria foram transferidos para o Colégio Militar na Rua São Francisco Xavier, permanecendo no antigo bairro imperial o Contingente e a Seção de Artilharia. Os Instrutores-Chefes dos Cursos eram oficiais-alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Aos 19 de outubro de 1936 houve o retorno a São Cristóvão do Comando e das Seções de Infantaria e Cavalaria, unindo-se ao restante da tropa e reiniciando as atividades profissionais, agora como um todo.

É interessante recordar a sua primeira iniciativa, anterior à criação do CPOR: um Curso de Preparação de Sargentos Comandantes de Peça, cujos alunos eram estudantes da tradicional Escola Polytechnica.

A instrução era conduzida em uma pequena sala sobre o depósito de forragem do 1º GAP. Com a Revolução de 1924, quando a unidade



foi empregada no combate aos revoltosos, o curso foi interrompido, até que mais tarde o Ministro Nestor Sezefredo dos Passos expediu Mensagem criando de fato o CPOR. Cabe ressaltar que Correia Lima, desde logo, havia obtido a adesão dos professores e estudantes da Escola Polytechnica. Era como se o espírito da pioneira Real Academia Militar de Fortificação, Artilharia e Desenho, na antiga Casa do Trem da Artilharia, onde hoje se encontra o Museu Histórico Nacional, vivo estivesse nos corações dos estudantes do Largo de São Francisco.

Tratava-se da Escola precursora do ensino militar no Brasil, sucessora da Casa do Trem instalada no Largo por D João VI em 1810, a Academia Real Militar, da qual descendem hoje em linha direta a Escola Politécnica na Ilha do Fundão e a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Com efeito, uma placa comemorativa mandada fundir pelo Exército em 1960, ano do sesquicentenário, foi aposta no Largo de São Francisco, na Praia Vermelha, no Realengo e na AMAN.

Menos não se poderia esperar da tradição nacionalista e patriótica da Polytechnica, ao lado da Cruz de São Francisco, cujos estudantes 15 anos depois saíam às ruas para exigir de Getúlio que declarasse guerra à Alemanha, em vista da afrontosa agressão nazista aos nossos navios mercantes. E a confirmar estes desígnios, da Polytechnica partiram nove expedicionários para a FEB, fato até hoje ali lembrado em uma placa e estatueta do Estudante de Engenharia Expedicionário, ao lado da Bandeira Nacional na sede da Associação dos Antigos Alunos da Politécnica.

Correia Lima contou com o apoio de diversos civis, como os Professores da Polytechnica Dulcídio Pereira e Ignácio Azevedo do Amaral, que viria a ser reitor da Universidade do Brasil, além de oficiais como o general João de Deus Menna Barretto

Também na fundação e nos primeiros tempos do CPOR contou com apoios decididos, entre os quais os capitães Zeno Estillac Leal, Antônio José de Lima Câmara, tenentes Mario Travassos, Manoel



Lebrão e Rodolfo Augusto Jourdan, oficiais de destaque que iriam ocupar importantes comissões na carreira.

## MODELOS DE FORMAÇÃO

### a) 1927 - 1965

A princípio o curso era de 3 anos, época em que as declarações de aspirante eram prestigiadas pelos Presidentes da República, e realizadas no estádio de São Januário, o maior da época, onde o Presidente Vargas comemorava o Dia da Raça e tantas outras importantes solenidades.

- 1927 – 1941 → 3 anos
- 1942 – 1965 → 2 anos

Um engenhoso esquema prático foi adotado para incentivar os estudantes e conciliar a instrução com as aulas. Deu certo, possibilitando a acumulação com o serviço militar com um mínimo de interferência.

O curso era realizado nas férias escolares, de dezembro a fevereiro e em julho. No primeiro semestre a

instrução era apenas aos domingos, de 7 às 13 horas, e, no segundo, não havia instrução para que os estudantes pudessem preparar-se para os difíceis exames finais, mormente os da Polytechnica, cujos lentes eram conhecidos pelo rigor nos exames orais.

Já na década de 1940 foram formados os primeiros NPORs. Em 1946 foi realizado no CPOR/RJ o Curso de Oficiais da Reserva (COR), para que os Oficiais R/2 que integraram a FEB pudessem permanecer na ativa. Participaram 181 oficiais e 42 aspirantes-a-oficial.

De 1953 a 1964 o CPOR manteve o Curso de Saúde em apenas um ano, formando 3º sargentos de Saúde, o que não deu certo, pois os alunos eram via de regra acadêmicos de medicina, sendo extinto com o advento do Serviço Militar para médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários.

### b) 1966 – 1998

Em 1965 um grupo de trabalho empreendeu a modernização do sistema de formação, que a partir de



1966 passou a ser realizado em apenas um ano. Com o tempo, o 1º Uniforme foi substituído pelo 3º nas Declarações de Aspirante, agora realizadas nos próprios quartéis.

Em meados de 1966, o Estado-Maior do Exército criou os Cursos de Comunicações e Material Bélico e autorizou a mudança do aquartelamento para a Avenida D. Pedro I nº 138, dada a transferência dos Dragões da Independência para Brasília, ocorrendo a ocupação em 5 de outubro de 1968.

Em 1966, com a adaptação ao novo modelo foram formadas duas turmas, em março saindo a última do curso de dois anos, e em dezembro saindo a primeira do curso de um ano. Com a modernização do ensino, que passou ao regime de um ano, e os novos Cursos de Material Bélico e Comunicações, os efetivos tornaram-se menores, 250 alunos em média.

O Brasil já não era mais aquele país rural que corajosamente havia enviado tropas expedicionárias para combater na Europa conflagrada. O quartel da Quinta da Boa Vista se

tornara pequeno para as modernas necessidades de formação de oficiais da reserva. A Casa de Correia Lima passou a sediar então a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada. Mas a mudança para o igualmente histórico aquartelamento dos Dragões da Independência mais adiante, na mesma Avenida D. Pedro I, também não iria ser definitiva.

Os remanejamentos de unidades para atender a novas hipóteses de emprego da Força Terrestre determinaram a transferência de diversas unidades sediadas na Guarnição do Rio de Janeiro para outros destinos. Assim, o 1º Regimento de Carros de Combate deixou o aquartelamento da Avenida Brasil, em Bonsucesso. Ao final de 1997 para lá realocou-se O CPOR/RJ, encontrando-se até hoje onde, um dia, pontificou a mais poderosa unidade blindada da América Latina, orgulho da Arma Ligeira, dotada na época de carros de combate M-4 Sherman e, posteriormente, M-41.

Liberado o quartel dos Dragões, para este se deslocou o 1º Batalhão de Guardas, o Batalhão do Imperador, cujo quartel em frente



foi cedido para a Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

## **OS 90 ANOS DO CPOR/RJ (1927–2017)**

Tudo começou naquele distante 22 de abril de 1927. Em 2007, a festa dos 80 anos do CPOR/RJ comemorou também os 15 anos da Associação dos Ex-Alunos do CPOR/RJ e o décimo aniversário do Conselho Nacional dos Oficiais da Reserva (CNOR), assim como, em 2017, somados mais dez anos às respectivas efemérides.

Ativo até meados da década de 1960, o histórico quartel da QBV é hoje um ícone da comunidade R/2. Prédio neoclássico construído em 1920 no Governo Epiácio Pessoa pelo então General Rondon, Diretor de Engenharia do Exército, onde tantos cursaram, e de onde bravos Oficiais R/2, em um dia já distante do ano de 1944, partiram rumo ao desconhecido para, sob a bandeira brasileira, defender a democracia e a liberdade mundial nas montanhas

geladas da Itália. No histórico quartel que hoje abriga o MMCL, ao longo de 36 anos, de 1931 a 1966, o Exército Brasileiro formou a sua Reserva atenta e forte.

CPOR/RJ, 36 turmas da tradicional Casa de Correia Lima, verdadeira corporificação em cimento e tijolos do sonho do então capitão, o idealizador do CPOR, atualmente recebendo justo e merecido destaque, reavivando aquela época emblemática de espíritos heroicos, paradigma para as novas gerações, e em cujo pátio podemos ler os nomes do Patrono tenente-coronel Correia Lima e do herói major Apollo.

36 gerações de ex-alunos oriundos desta Casa mantêm viva a verdadeira odisseia que foram os primeiros anos do CPOR/RJ, cultuados no mesmo local onde tantos, muitos como voluntários, prestaram o seu serviço a Pátria com a dedicação que caracteriza os verdadeiros patriotas.

Cerca de 10 milhares de Oficiais R/2 passaram pelos portões deste vetusto casarão bem ao lado Quinta da Boa Vista, passando a integrar a “Reserva Atenta e Forte”,



honrando o bravo Correa Lima, “exemplo de soldado e cidadão”, como bem exalta a Canção do CPOR.

Pelo corredor estreito e acolhedor por onde se adentra o atual museu, passaram tantos brasileiros dos mais ilustres, de Presidentes a profissionais liberais, professores a industriais, artistas a políticos, enfim toda a variada gama que compõe o espectro social brasileiro esteve representada naqueles jovens alunos, que com o coração pleno de esperança, um dia tiveram o privilégio de ser um aluno do CPOR, vestindo a honrosa farda verde-oliva.

O CPOR/RJ, vem ao longo destes 90 anos cumprindo com dedicação e alto espírito de patriotismo a árdua missão de formar os Oficiais da Reserva do Exército. Desde então a comunidade R/2 tem escrito páginas gloriosas da história

do nosso Exército, presente em todas as guarnições, seja integrando a gloriosa FEB e na defesa do litoral, seja formando em tropas de paz, na selva, na montanha, na caatinga, onde quer que haja uma unidade do EB, certamente por lá estarão os tenentes R/2 neste imenso Brasil, realizando na prática o projeto do bravo tenente-coronel Correa Lima.

Os 80 Anos do CPOR/RJ foram comemorados condignamente em 22 de abril de 2007 com desfile na Quinta da Boa Vista bem pró-

xima, onde por décadas os alunos tiveram instrução, dadas as pequenas dimensões do tradicional aquartelamento da Avenida Pedro I, onde hoje se encontra instalado o magnífico MMCL

A cerimônia foi presidida pelo então chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, general-de-exército Ivan de Mendonça Bastos, com





o desfile de 200 integrantes da Associação de Ex-alunos do Rio, uma representação dos antigos alunos do NPOR de Petrópolis seguindo-se os 200 alunos do CPOR/RJ e 300 aspirantes do EAS/EST de 2007. Após o desfile realizou-se uma confraternização no MMCL, e o lançamento pelos Correios do selo comemorativo dos 80 Anos.

## **CPORs E NPORs PELO BRASIL**

O Sistema CPOR/NPOR é amplo, estendendo-se por todo Brasil. Alguns foram desativados, como os CPORs de Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, e os NPORs de Petrópolis e São Gonçalo. Estima-se que no CPOR/RJ foram formados até hoje 23 mil aspirantes, número este que em todo o Brasil possivelmente atinge a casa de 100 mil.

Atualmente encontram-se em funcionamento cinco CPORs – Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte - que se

somam a 49 NPORs assim distribuídos:

| <b>CPOR/NPOR<br/>Arma</b> | <b>Quantidade</b> |
|---------------------------|-------------------|
| Infantaria                | 25                |
| Cavalaria                 | 5                 |
| Artilharia                | 6                 |
| Engenharia                | 2                 |
| Intendência               | 5                 |
| Comunicações              | 3                 |
| Material Bélico           | 3                 |
| <b>Total</b>              | <b>49</b>         |

### a) São Paulo

Com o sucesso do CPOR/RJ, o Ministro da Guerra autorizou a 2ª Região Militar a criar um centro similar, que, a princípio, funcionou no 4º Esquadrão do 2º Regimento de Cavalaria Divisionário de Quitaúna. A primeira declaração de aspirantes ocorreu em 14 de julho de 1930.

Em março de 1948 o CPOR/SP foi instalado no Solar dos Andradas, antigo sítio da Fazenda e Capela de Santana, dos Jesuítas, por ocasião da desativação do 4º Batalhão de Caçadores (BC). Trinta e



nove tenentes Febianos eram oriundos do CPOR/SP, entre os quais o Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, que morreu heroicamente em combate.

#### b) Petrópolis

De 1964 a 1998, o famoso NPOR de Petrópolis formou quase mil Aspirantes R/2, no aquartelamento cercado pelo verde da Mata Atlântica, a Caserna General Eurico Gaspar Dutra. Da primeira turma do NPOR lá formada, 4 décadas transcorreram desde o tradicional 1º Batalhão de Caçadores, hoje uma unidade de montanha, o 32º Batalhão de Infantaria de Montanha, Batalhão Pedro II, enquadrado pela 4ª Brigada de Infantaria de Juiz de Fora.

Unidade histórica, combateu em Canudos (1897), no 5 de julho de 1922 (18 do Forte), e em Santana dos Tocos-SP (Revolução Constitucionalista de 1932), digna sucessora do 1º BC, 26º Batalhão de Infantaria e 55º BC, sediada no Bingen, em prédio construído em 1942 para o então 1º BC.

Fica a esperança de que já passados 20 anos de sua desativação, um dia o NPOR venha a ser reativado, para o que suas instalações ainda permanecem intactas, mobilizadas e prontas no 3º andar do prédio do batalhão, exatamente como estavam em 1998, aguardando decisão superior. Segundo o planejamento da Força Terrestre, o 32º não sairá do Bingen, ainda que as brigadas de Petrópolis e de Niterói tenham se deslocado para a Amazônia.

Na cidade funciona a Associação dos ex-alunos do NPOR, congregando seus ex-integrantes. Petrópolis é um importante centro universitário, onde se destaca a Universidade Católica de Petrópolis, cujo próprio cargo de Reitor foi ocupado anos atrás por ex-aluno do CPOR/RJ. Sendo o espírito de Correia Lima aproximar o Exército da universidade, nada mais justo que a cidade tenha de volta o seu tradicional NPOR.



## OFICIAIS R/2 NA 2ª GUERRA MUNDIAL

O descortino do capitão Correia Lima na sua época foi providencial. A ideia de reunir estudantes das faculdades para construir uma reserva de alto nível para o Exército trouxe importante aporte para a Força Terrestre, como se confirmou por ocasião da 2ª Guerra Mundial, quando os Oficiais R/2 foram chamados a compor expressivamente os efetivos da gloriosa FEB - Força Expedicionária Brasileira, como líderes de fração de tropa nos combates na Itália.

Do CPOR/RJ somaram-se os oriundos de outros estados, sendo 452 Oficiais R/2 a integrar a FEB, 433 tenentes, 12 capitães, seis maiores e um tenente-coronel.

Nos campos da Itália, entre tantos soldados brasileiros tombados no cumprimento do dever, 12 jovens tenentes honraram o juramento de defender a Pátria se necessário com o sacrifício da própria vida, dos quais meia dúzia eram oriundos dos quadros dos CPORs, os tenentes

- Amaro Felicíssimo da Silveira, morto em combate nas encostas do Belvedere aos 20 de novembro de 1944, no comando de uma patrulha do 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado. Uma avenida em Vila Maria, São Paulo, leva seu nome.

- Ari Rauen, morto em combate aos 14 de abril de 1945. Natural de Canoinhas-PR, comandava um pelotão de fuzileiros da 2ª Companhia no ataque do I Batalhão do 11º Regimento de Infantaria (RI) à Montese, a mais sangrenta batalha da campanha da FEB. Seu nome foi dado a ruas e escolas das cidades-irmãs de Mafra-SC e Rio Negro-PR.

- José Belfort de Arantes Filho, morto em combate aos 6 de fevereiro de 1945 em Gabba. Era do 11º Regimento de Infantaria, natural de Bicas-MG, nascido em 1923. Sob más condições climáticas perdeu a vida em um campo de minas anti-pessoal.

- José Jerônimo de Mesquita, natural de Niterói, onde cursou o NPOR. Comandante do 2º Pelotão da 7ª Companhia do 6º RI. Morto em combate aos 2 de novembro de



1944, as vésperas de completar 21 anos.

- Márcio Pinto, faleceu em consequência de explosão de mina terrestre por ocasião da instrução do Curso de Minas que frequentava, no dia 30 de outubro de 1944 em Cate-rate. Uma rua em Guarulhos leva seu nome.

- Rui Lopes Ribeiro, morto em combate, pertencia ao 11º RI. Seu nome foi dado a uma rua no Centro de Macaé-RJ.

Junto com quase meia-centena de soldados brasileiros, repousam no Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial, tendo seguido os passos do patrono, honrando o legado deixado por Correia Lima.

Dentre os oficiais R/2 tombados no cumprimento do dever, dois tiveram seu nome consagrado em denominações históricas de Unidades do Exército Brasileiro:

    ) Amaro Felicíssimo da Silveira - 1º Esquadrão de Cavalaria Leve, “Esquadrão Tenente Amaro”, com sede em Valença-RJ e

    ) Ary Rauen - 5º Regimento de Carros de Combate, “Regimento

Tenente Ary Rauen”, baseado em Rio Negro-PR.

Dos mais de 400 Oficiais R/2, muitos outros se destacaram mercê de bravura excepcional demonstrada em combate, como o legendário Major Apolo Miguel Rezk, herói maior dentre os ex-alunos do CPOR. Durante longos anos a pá-tina do tempo obscureceu a figura humana e discreta deste verdadeiro soldado. Em vida, o filho de imigrantes sírio-libaneses da turma de Infantaria de 1939 do CPOR/RJ foi quase esquecido. Em 1995, ao comparecer a cerimônia dos 50 anos do término da 2ª Guerra Mundial, que reuniu no CPOR/RJ cerca de 40 veteranos ex-alunos daquele Centro, o major Apolo foi apresentado ao então Presidente da Associação dos Ex-Alunos, o tenente R/2 Sergio Pinto Monteiro, como sendo um dos maiores expoentes da FEB, pela coragem e determinação demonstrada em combate.

Àquela altura, com 80 anos já quase não enxergava e mal podia locomover-se, ostentando ao peito todas as Medalhas da FEB, além de 2



americanas, a Silver Star e a única *Distinguished Service Cross* (DSC) concedida a um brasileiro. Após o encontro no CPOR o major Apollo ainda estaria apenas mais três anos neste mundo, período em que ocorreu a recuperação da memória dos feitos deste grande soldado, até seu falecimento em 1999.

A família tornou o tenente Monteiro depositário do seu acervo histórico e militar, o qual, em 2006, lançou, em parceria com o tenente Orlando Frizzanco e sob os auspícios do

CNOR, o livro *Resgate do Tenente Apollo*.<sup>2</sup> Hoje o acervo está sob a guarda do Museu do Oficial R/2, mantido pela Associação dos Ex-Alunos no quartel do CPOR/RJ da Avenida Brasil, onde se encontra exposto a visitação. O Museu foi inaugurado em 19 de novembro de 2006 pela filha do major Apollo, D. Nadia, quando da primeira ocasião

em que se comemorou o Dia do Oficial R/2.

Integrando o Regimento Sampaio, o tenente Apollo participou nos combates de 12 de dezembro de 1944 em Monte Castelo e 24 de fevereiro de 1945 em La Serra, onde demonstrou grande bravura em ação, tendo sido ferido na em La

Serra na Cota 958, atos estes que determinaram a concessão da *Silver Star*, da DSC e da Medalha Sangue do Brasil, respectivamente. Foi alvo de extensos e diversos elo-

gios de Comandantes e do próprio general Mascarenhas de Moraes.

Retornando ao Brasil, Apollo foi matriculado no COR – Curso para Oficiais da Reserva, com duração de três anos, no quartel do CPOR/RJ, que não chegou a concluir, prosseguindo a carreira como convocado e posteriormente no Quadro Auxiliar de Oficiais até o



O tenente Apollo Miguel Rezk sendo condecorado na Itália.



posto de Capitão. Problemas de saúde determinaram a sua reforma em 1957, no como major. Aos 39 anos encerrava sua carreira militar, coincidentemente a mesma idade com que o patrono tenente-coronel Correia Lima faleceu no cumprimento do dever.

Através de irmãos de armas veio o reconhecimento ao herói que em vida foi quase esquecido pelas autoridades. Hoje o busto do major Apollo ocupa lugar de destaque no Pátio do CPOR/RJ, onde uma guarda de honra, composta por ex-alunos, sempre está presente nas formaturas solenes e nas cerimônias de declaração de aspirante-a-oficial da Reserva. Trata-se de uma singela homenagem, sempre a renovar-se, de imenso significado para o Corpo de Alunos formado no Pátio.

Diversos outros oficiais da reserva também se destacaram nos quadros da FEB.

- Cel Sérgio Gomes Pereira - O coronel Sérgio presidiu a Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB) e, quando de seu falecimento, aos 29 de setembro de 2007,

era presidente do Conselho Deliberativo, tendo sido sepultado no Mausoléu da FEB, no Cemitério São João Baptista no Rio de Janeiro.

Natural do Rio de Janeiro, RJ era da turma de 1942 do CPOR/RJ, onde realizou também o Curso de Infantaria (Regulamento de 1945), de 1946 a 1949. O então tenente do 11º RI, com apenas 21 anos demonstrou a sua vocação de soldado, confirmada sob o fogo inimigo em inúmeras missões; retornando da guerra faz por opção o COR, chegando ao posto de coronel do Quadro de Estado Maior, tendo sido instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior e da Escola Superior de Guerra, e incansavelmente presidindo a associação, onde tanto contribuiu para o apoio a ex-combatentes e familiares, e para a preservação da memória dos feitos heroicos da FEB

Na FEB foi Comandante do 2º Pelotão da 8ª Companhia do III/11º Regimento de Infantaria, “Regimento Tiradentes”. De dezembro de 1960 a fevereiro de 1962, serviu no III/2º RI (Batalhão Suez), no Oriente Médio. Entre 1969 e 1971, foi



instrutor-chefe do Curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Comandou, entre 1973 e 1975, o 14º Regimento de Infantaria (Regimento Guararapes), sediado em Jaboatão-PE, quando foi promovido ao posto de coronel. Nos anos de 1976-77, exerceu as funções de Chefe do Estado-Maior do 1º Grupamento de Fronteiras, em Santo Ângelo-RS. De 1980 a 1982, foi membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Passou para a reserva em 1982. O estande de tiro do CPOR/RJ leva seu nome.

- Maj Joaquim Thiago da Fonseca - O então aspirante Joaquim Thiago da Fonseca formado no CPOR/SP substituiu o heroico aspirante Mega, que, ao ser ferido na conquista de Fornovo, pronunciou a célebre frase: “Minha vida nada vale, minha morte nada significa, diante do que vocês ainda têm a fazer, prossigam na luta”. O major Thiago era, ao falecer, 1º Vice-Presidente da ANVFEB. Em sua honra foi criada pela Associação a Medalha Major Thiago.

- Ten Israel Rosenthal – O Dr. Israel Rosenthal formou-se pelo CPOR/RJ em 1942 Infantaria, mas, como dentista recém-formado, foi requisitado para o Serviço de Saúde da FEB. Rosenthal comentou sobre sua experiência na Itália

[...] fui para Livorno e chegar lá foi um pesadelo. O mar revoltado, ninguém ficou de pé. Assumi logo o serviço junto a um hospital de campanha em Staffoli. Acredito ter feito mais de cinco mil cirurgias. Não tínhamos energia elétrica nem água. Lembro que daquela localidade vinha um médico italiano que me pedia o anestésico porque ele não tinha mais [...]

A 19 de dezembro de 1944, o aspirante-a-oficial R/2 Israel foi convocado para o serviço ativo, apresentando-se no Centro de Re-completamento de Pessoal (CRP/FEB), tendo sido classificado no 2º RI e designado subalterno da Companhia de Metralhadoras do III Batalhão. No dia 8 de fevereiro de 1945 embarcou no transporte de tropas americano *USS General Meighs*, com destino ao Teatro de Operações da Itália. Sendo dentista



formado, foi requisitado para trabalhar no Serviço de Saúde. Atualmente preside o Conselho Deliberativo da ANVFEB.

- Ten Cel Mário Vanuttelli – O coronel Vanuteli serviu no II Grupo, que disparou o primeiro tiro da Artilharia brasileira na Itália. Seu nome foi consagrado em um obuseiro 105 mm da Bateria do CPOR/RJ. Residia em Brasília e, anualmente, viajava ao Rio para a solenidade do 1º Tiro da Artilharia Brasileira na Itália, que se realiza no 21º GAC, Grupo Monte Bastione, transmitindo novamente os históricos comandos de tiros para a peça original. Faleceu aos 5 de abril de 2017.

- Ten Marcos Galper - O então tenente Galper foi observador avançado da artilharia. Retornou da Itália comandando a pequena guarnição embarcada no navio que trouxe para o Brasil o material capturado dos nazistas, inclusive canhões e demais armamentos. Um obuseiro 105 mm do Curso de Artilharia do CPOR/RJ leva também o seu nome.

O CPOR/RJ homenageou 4 de seus ex-alunos do Curso de Artilha-

ria inscrevendo seus nomes nas peças de 105 mm da Bateria do Curso: Ten Marcos Galper, Ten Antonio Vanuttelli, Ten Mario Vanuttelli e Ten Alfredo Nicolau.

Para avaliar a importância da participação do Oficial R/2 na FEB, nada melhor que conhecer a opinião do seu chefe máximo, o general João Baptista Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB. Em relatório secreto por ele elaborado, temos às págs. 388 a 390, no Capítulo 6 – Apreciação Sobre o Oficial da Reserva, um importante relato que passaremos a transcrever, dada a sua relevância para a compreensão do papel do Oficial da Reserva na Campanha da Itália, o melhor depoimento possível, da fonte mais abalizada, o próprio Comandante.

Cabe aqui um agradecimento a pessoa do ilustre Confrade da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHIMTB, coronel de Artilharia R/1 Roberto Mascarenhas de Moraes, detentor do acervo pessoal do seu avô, o marechal Mascarenhas, e que gentilmente nos forneceu cópia das referidas páginas do citado Relatório, precioso



documento extraído do original cujas páginas todas contem a rubrica do marechal. Vale ressaltar que o coronel Mascarenhas, entre outras importantes comissões, foi em 1970 o último Comandante da 1ª Bateria de Canhões 305mm do Forte Copacabana, e comandou também um NPOR no Sul do país.

Assim se manifestou o comandante da FEB em seu relatório:

#### Apreciação Sobre o Oficial da Reserva

As necessidades de estado de guerra obrigaram, pelo desdobramento do Exército, a convocação de grande número de Oficiais da Reserva de 2ª Classe, na sua quase totalidade dos postos de 1º e 2º tenentes.

Os Oficiais da Reserva de 2ª Classe (R/2), oriundos do meio civil, com uma formação militar em geral insuficiente devido aos seus afazeres privados, seguiram para além-mar sob cuidadosa atenção de seus chefes imediatos, a fim de ajudá-los a vencer a longa fase de adaptação.

Possuindo, em geral, sólida base intelectual, aprenderam com facilidade os novos conhecimentos, e souberam explorar ao máximo tudo quanto a experiência lhes ditava. No Teatro de Operações foram enviados, por turmas, a cursarem a “*Leadership and Battle School*” (para os

de Infantaria e Cavalaria), a “*Bridge School*” (para os de Engenharia), e a “*Mines School*” (para os especialistas de todas as Armas), onde num curso rápido, de um mês, curso eminentemente prático, dava-se ao oficial subalterno um revisão do comando em combate da fração que lhe competia, conhecimento perfeitamente atualizado de acordo com os conhecimentos adquiridos na guerra e, particularmente, no Teatro de Operações.

De posse desse novo cabedal de conhecimentos, foram os oficiais da reserva excelentes comandantes de suas frações, cumprindo cabalmente suas obrigações, com êxito e capacidade profissional.

Na tropa, especialmente no comando de pelotão, os oficiais da reserva foram excelentes chefes, bravos e decididos, tendo conquistado muitas condecorações por bravura diante do inimigo, inclusive a única “*Distinguished Service Cross*”, norte-americana, com que foi galaradoado um oficial brasileiro<sup>3</sup>.

Em determinadas funções ligadas ao Estado-Maior, tiveram ação brilhante pela capacidade intelectual, cooperando apreciavelmente com os oficiais da ativa. Alguns, pelos conhecimentos ou habilidades particulares que possuíam, como desenhistas hábeis, conhecedores seguros da língua inglesa e italiana, ou experimentados em certos ramos da



vida civil, cooperaram com excelentes resultados em determinadas funções para as quais estavam particularmente indicados.

O Oficial da Reserva veio, na guerra, completar o da ativa. Este possuindo um enquadramento melhor, com conhecimentos militares mais sólidos, inclusive na sua parte administrativa, e sabendo mais tratar seus homens. Aquele possuindo diferentes valores intelectuais, capacidades particulares, conhecimentos diversos e habituado a outros métodos e hábitos de trabalho. Na luta comum, deram, um ao outro, aquilo que lhe era mais familiar; entenderam-se completamente, de tal maneira, que não se fazia distinção entre ambos, e provaram a importância que se deve dar ao recrutamento dos quadros de oficiais da reserva.

Quanto maior base intelectual tiver o oficial da reserva, mais fácil e completamente poderá satisfazer suas funções. E que instrução significa educação; e educação importa em preparo moral, já que habitua o homem a refrear seus desejos e instintos, e a enfrentar todas as situações com calma e domínio de si mesmo.

Desta maneira, fazendo esta ligeira apreciação, é importante, além de destacar o valor do meio de onde é recrutado o Oficial da Reserva, para que os melhores resultados sejam obtidos, dizer que seu trabalho foi

magnífico, honrando o Exército Brasileiro e, mais que isso, afirmando o valor de nossa gente.<sup>4</sup>

## NA SOCIEDADE

Ao longo de 90 anos passaram pelos bancos escolares dos órgãos de formação de oficiais da Reserva jovens que mais tarde viriam a ser personalidades de destaque no cenário nacional. Em maio de 2008 o general-de-exército Paulo César de Castro, então chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, aprovou um projeto no âmbito do Programa de História Oral do Exército que visava entrevistar cerca de 150 destes ex-alunos para publicar uma coletânea de seus depoimentos, em 4 ou 5 volumes, através da Biblioteca do Exército Editora, já tendo sido lançado o primeiro volume da série.

Apenas para citar alguns, temos como exemplos:

a) Advogado

- Américo Chaves, ex-presidente da ADESG 2005-2006.



b) Ciência, cultura e magistério

- Antonio Renato Aragão, humorista (CPOR/Fortaleza - 1955);

- Jayme Tiomno, físico teórico, descobriu o Meson-K, fundador do CBPF;

- Murillo Melo Filho, acadêmico da Academia Brasileira de Letras;

- Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro;

- Celso Lafer, acadêmico da Academia Brasileira de Letras e ex-Ministro das Relações Exteriores;

- Alexandre Garcia, jornalista;

- Professor Rangel, reitor da Universidade Católica de Petrópolis; e

- Isaac Kerstenetzky, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

c) Empresários

- Rudolf Hohn, ex-presidente da IBM;

- Israel Klabin, diretor Indústrias Klabin, ex-presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro e ex-prefeito do Rio de Janeiro;

- Sérgio Franklin Quintela, ex-diretor da Montreal Engenharia;

- Jayme Magrassi de Sá, conselheiro da ESG e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social;

- Paulo Antônio Skaf, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo;

- Manoel Pio Corrêa, embaixador, ex-presidente da Siemens;

- Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Grupo Gerdau;

- David Feffer, presidente da holding Companhia Suzano Papel e Celulose.

d) Médicos

- Ivo Pitanguy, cirurgião plástico;

- Jacob Kligerman, Secretário de Saúde do Rio de Janeiro e ex-presidente do Instituto Nacional do Câncer;

- Pedro Valente, cirurgião plástico e ex-Secretário de Saúde do Rio de Janeiro; e

- José Kogut, cirurgião plástico.



e) Militares

- Herman Rubens Walenkamp, major-brigadeiro engenheiro R/1, 15º Diretor de Engenharia da Aeronáutica;

- Israel Batista Ferreira, major-brigadeiro engenheiro, 16º. Diretor de Engenharia da Aeronáutica;

- João Paulo Boia, brigadeiro engenheiro, subdiretor de estudos e projetos da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica;

- General-de-brigada engenheiro militar Marconi, assessor do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército;

- Sergio Donatto, general-de-divisão, comandante da 10ª Região Militar;

- José Alberto da Costa Abreu, general-de-brigada, comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (NPOR/3º BI Infantaria - 1972)

f) Políticos

- Itamar Franco, ex-Presidente da República;

- Orestes Quércia, ex-Governador de São Paulo;

- Jamil Haddad, ex-Ministro da Saúde e ex-Prefeito do Rio de Janeiro;

- Marcelo Crivella, Senador e Prefeito do Rio de Janeiro;

- Romeu Tuma, Senador e ex-Diretor do Departamento de Polícia Federal;

- Roberto Requião, Senador e ex-Governador do Paraná;

- Antônio Lomanto Júnior, ex-Governador da Bahia;

- Paulo Brossard, ex-Ministro da Justiça;

- Paulo Renato Souza, ex-Ministro de Educação;

- Wilson Santos, Prefeito de Cuiabá;

- Miguel Colassuono, ex-Prefeito de São Paulo;

- Roberto Magalhães, Deputado Federal;

- Newton Cardoso, ex-Governador de Minas Gerais;

- Ruy Laje, ex-Prefeito de Belo Horizonte;

- Maurício Schulman, ex-ministro e presidente Banco Nacional da Habitação; e

- Sami Jorge, vereador do Rio de Janeiro.



## COMANDANTES E INSTRUTORES

Analogamente ao ocorrido com os alunos, ao longo de 90 anos comandantes e instrutores dos CPORs atingiram posições de destaque, seja na Força Terrestre, seja na sociedade civil, como foi o caso de alguns que citamos a título exemplificativo:

- General-de-exército Adalberto Pereira dos Santos, comandante do CPOR/RJ em 1957, ex-Vice-Presidente da República;

- General-de-exército Zenildo Gonzaga de Lucena, ex-Ministro do Exército, instrutor do Curso de Cavalaria do CPOR/RJ em 1956;

- General-de-exército Gleuber Vieira, ex-Ministro e Comandante do Exército, como capitão foi instrutor do Curso de Artilharia do CPOR/RJ em 1963-1964;

- General-de-exército Edson Alves Mey, ex-Ministro do Superior Tribunal Militar, instrutor do Curso de Cavalaria do CPOR/RJ em 1956;

- General-de-divisão Agenor Francisco Homem de Carvalho, ex-

chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;

- General Erasto Pires Sayão, veterano da FEB, comandou o CPOR/RJ em 1964;

- Major R/2 José Sabino Maciel Monteiro, veterano da FEB, instrutor-chefe do Curso de Cavalaria do CPOR/RJ em 1963/65; foi ajudante-de-ordens do general Mascarenhas de Moraes durante a Campanha da Itália.

## ASSOCIAÇÕES

Após deixarem o serviço ativo os ex-alunos dos órgãos de formação de oficiais da Reserva têm a possibilidade de manterem vínculos com associações em todo Brasil, a saber:

### a) Conselho Nacional de Oficiais R/2 do Brasil – CNOR

O CNOR foi fundado em 22 de abril de 1997 com sede no quartel do CPOR/RJ, congregando as Associações de ex-Alunos dos órgãos de Formação da Reserva. Representa os associados atuando em todas as



instâncias judiciais, administrativas e sociais, na defesa das prerrogativas, direitos e interesses da oficialidade R/2. Seu Presidente é o tenente de Artilharia R/2 Sérgio Pinto Monteiro. Congrega 19 entidades nos estados, sendo que mais cinco estão em vias de filiação. Estão cadastrados cerca de 9 mil ex-alunos, representando cerca de 10% da massa total, estimada em 90 mil.

O CNOR realiza anualmente o Encontro Nacional de Oficiais R/2 (ENOREX), sendo que o último realizou-se em Brasília em novembro de 2016.

b) Associação dos ex-alunos do CPOR/RJ

No Rio de Janeiro alunos de Artilharia da Turma General Sampaio de 1961 constituíram a Associação dos ex-alunos do CPOR/RJ, fundada em 13 de abril de 1992. A entidade, a exemplo de associações congêneres existentes em outros Estados, tem por objetivos incentivar e promover o conagraçamento entre os Oficiais R/2 e manter, preservar e divulgar o espírito cívico de amor à Pátria, ao mesmo tempo em que

busca a união constante e a mútua colaboração entre o meio civil e o Exército, parcelas inseparáveis da sociedade brasileira.

## **RESERVA ATENTA E FORTE**

Existem, atualmente, dois quadros de Oficiais Temporários:

a) Combatentes/apoio ao combate

São formados ao longo de um ano letivo em meio expediente. Nas primeiras semanas realiza-se o Período Básico de Instrução, quando o aluno é adaptado à vida militar. No Período de Formação e Aplicação é ministrada a instrução específica de cada Arma, Quadro ou Serviço. Os melhores classificados são convocados para realizar o Estágio de Preparação de Oficiais Temporários, o EIPOT.

b) Oficiais Técnicos Temporários

São selecionados entre os profissionais de nível superior das áreas de interesse do Exército, como Saúde, Engenharias, Letras, Direito,



informática, Administração, Assistência Religiosa (Católica e Evangélica), dentre outras. A formação militar tem a duração de 45 dias e pode ser realizada em qualquer OM do Exército. Os profissionais das Ciências da Saúde realizam o Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), os demais realizam o Estágio de Serviço Técnico (EST). O candidato ao Serviço Técnico Temporário deve ter menos de 38 anos, e a inscrição se efetiva nas Regiões Militares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos existir amplo espaço de discussão sobre o formato em vigor, acima descrito. Talvez a visão de outros países, totalmente diversa, pudesse servir de subsídio. O fato é que basta ler os jornais para aquilatar as ameaças reais e potenciais que pesam no horizonte.

Fica a indagação: haverá oficiais em número suficiente e com treinamento adequado? Consta que aos chamados temporários não existe acesso aos cursos de guerra na selva

e paraquedismo, entre outros, fundamentais nas hipóteses de emprego da Força Terrestre hoje consideradas. Além disso, muito poucos aspirantes-a-oficial são convocados para estágio na tropa.

Queremos crer que seria altamente desejável uma reavaliação, já que o mundo de hoje é completamente diferente. Novas hipóteses de emprego surgiram, evoluiu a natureza da guerra, ampla diversidade de fatores veio a impactar fortemente as diferentes expressões do Poder Nacional.

A contribuição para a FEB e o exemplo legado pelo major Apollo e tantos outros heróis deixa clara a importância dos Oficiais R/2 em um eventual conflito futuro, totalmente indesejado, mas independente da vontade nacional.

O foco deste trabalho esteve voltado para uma plêiade de jovens estudantes do Brasil, que um dia partiram bem cedo de suas casas, com a bênção dos pais, para se incorporarem às fileiras do Exército Brasileiro em um quartel do CPOR ou NPOR, ao longo das 9 últimas décadas.



Ali começaram uma jornada que iria marcar as suas vidas, o exemplo e a dedicação dos comandantes e instrutores logo os fazendo assumir a postura de soldados que seriam pelos próximos anos, integrando a reserva atenta e forte. A mensagem diligentemente transmitida perdurou para sempre, transformando aqueles jovens alunos em cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, graças ao patriotismo, disciplina, atitudes individuais, métodos, respeito e companheirismo trazido da caserna.

Ao longo das décadas, jamais olvidaram um dia ter envergado a honrosa farda verde-oliva, o que lhes impunha a obrigação de serem dignos dela. Enquanto tiverem alento, certamente continuarão defendendo com todas as suas forças o

Pavilhão Nacional, contra quaisquer inimigos que o pretendam arriar.

## BIBLIOGRAFIA

MONTEIRO, Sérgio; FRIZANCO, Orlando. *O resgate do tenente Apollo*. Rio de Janeiro: Edições CNOR, 2008.

MERGULHÃO, Luiz Eugenio Bezerra. *Major Apollo: o herói esquecido*. Rio de Janeiro: Clube dos Autores, 2014.

RELATÓRIO do general João Baptista Mascarenhas de Moraes sobre a FEB. Cap.6 - Apreciação Sobre o Oficial da Reserva.

---

<sup>1</sup> A Portaria nº 429, de 18 de julho de 2006, do Comandante do Exército, Gen Ex Francisco Roberto de Albuquerque, fixou o 4 de novembro como Dia do Oficial da Reserva (R/2)

<sup>2</sup> MONTEIRO, Sérgio P.; FRIZANCO, Orlando. *O Resgate do Tenente Apollo*. Rio de Janeiro: Edições CNOR, 2008.

<sup>3</sup> Tenente Apollo Miguel Rezk.

<sup>4</sup> RELATÓRIO do general João Baptista Mascarenhas de Moraes, Cap.6 - Apreciação Sobre o Oficial da Reserva. Acervo do Cel R/1 Roberto Mascarenhas de Moraes.

# RESENHA

## O Pensamento estratégico e o desenvolvimento nacional<sup>1</sup>

Márcio Tadeu Bettega Brego

**BERGO, Márcio Tadeu Bettega. *O pensamento estratégico e o desenvolvimento nacional*. São Paulo: Editora MP, 2008.**

O livro do General Marcio Tadeu Bettega Brego é um dos mais bem escritos estudos sobre a realidade nacional, neste início do milênio. Conheci o General Brego, como professor que sou da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), quando ele frequentava o curso em que leciono desde 1990, o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), que prepara, durante um ano, coronéis, dentre os quais sairão os futuros generais do Exército, além de participar dele pelo menos um representante das

outras armas, de igual nível hierárquico e, eventualmente, convidados civis. Impressionaram-me sempre, nos debates e na própria organização da Escola, sua acuidade mental e o profundo interesse sobre a conjuntura brasileira. O livro é muito bom. Depois de examinar as conceituações básicas sobre política, poder, estratégia, geopolítica e bem comum, formata sua concepção do que seja o pensamento nessa área. Em seguida, examina o Brasil no contexto mundial, em pleno século XXI, e formula sua visão pessoal, solidamente embasada na melhor

---

<sup>1</sup> Resenha elaborada pelo professor e jurista Ives Gandra Martins.



doutrina nacional e estrangeira sobre segurança, defesa e desenvolvimento. Só então apresenta sua proposta de um projeto para o Brasil, em que são realçadas a vontade e decisão, as ações estratégicas para Segurança e Defesa, a participação das Forças Armadas na Segurança Pública, as ações estratégicas para o Desenvolvimento. Tais elementos perfilam a orientação permanente, que impõe a conciliação de um caminho para a transformação do pensamento nacional.

Em 1971, publiquei minha segunda tese acadêmica, defendida na FDUSP, intitulada Desenvolvimento Econômico e Segurança Nacional – Teoria do Limite Crítico, livro prefaciado pelo saudoso amigo e dos mais brilhantes intelectuais de nossa história, Roberto Campos. Nele formulei, também, concepção própria, no concernente aos reflexos

das despesas militares e de segurança nas finanças públicas, formulando, à época, uma teoria do limite crítico. Alegro-me ver que algumas daquelas concepções foram albergadas pelo eminente general, em outro contexto. Creio que o amigo Marcelo Magalhães Peixoto, ao pu-

blicar o excelente livro do General Bergo, certamente abrirá espaço no mercado editorial brasileiro para temas relevantes do universo cultural, de modo a permitir que sua Editora Jurídica passe também a ser consultada nas Escolas Militares, principalmente na ECEME, hoje com excepcio-

nal mestrado em Ciências Militares, como tive oportunidade de constatar nas vezes em que participei de bancas examinadoras na instituição. Parabéns a Marcelo Magalhães Peixoto e parabéns ao General Bergo pela iniciativa.



## Alocução de acolhimento aos novos associados do IGHMB

Excelentíssimos senhores Oficiais-Generais,

Prezados confrades e estimadas congreiras,

Senhoras e senhores que nos brindam com suas honrosas e marcantes presenças;

Que nossas palavras iniciais sejam para agradecer o honroso convite e a deferência assaz lhana de nosso Presidente – General Márcio Tadeu Bettega Bergo – e dos ilustres confrades e congreiras pertencentes a esta prestigiosa e já consagrada “Casa da Cultura Militar”, que, num gesto sincero e generoso, me obsequiaram com a honrosa missão de dirigir algumas palavras, em nome de todos, para saudar os nossos ilustres homenageados e novos confrades que hoje são entronizados nesta Casa, o que muito nos

regozija, constituindo elevada honra e mui grata satisfação.

Neste dia tão importante para o nosso querido Instituto, marcado por esta singela, porém significativa cerimônia, em que entronizamos marcantes personalidades da cultura nacional no quadro de associados desta conceituada Instituição, sentimo-nos imensamente felizes em poder contar com prestimosos, dedicados, e leais companheiros nesta “Casa Histórica de Deodoro” que, com seus notáveis conhecimentos, invejável cultura, e invulgar experiência de vida, certamente muito contribuirão para elevar, ainda mais, o conceito que desfrutamos no mundo acadêmico, junto aos componentes das Forças Armadas, e, acima de tudo, no seio da sociedade brasileira.

Falamos dos insígnis companheiros que ora incorporam-se ao



nosso plantel de dedicados pesquisadores e historiadores, é tecer loas a homens polivalentes, dotados de excelsas qualidades morais e intelectuais, que muito os credenciam a ombrear com seus ilustres pares desta já consagrada e respeitável entidade cultural.

A vida destas ilustres personalidades, totalmente voltadas para a carreira militar, para a educação, para o estudo, e para a cultura, constituem exemplos que muito os dignificam, tanto nas atividades castrenses, como na prolífera produção acadêmica e cultural.

Analisando acuradamente os currículos de nossos novéis confrades constatamos estar diante de pessoas possuidoras de sólida base cultural, ademais de evidenciar, de forma cristalina, personalidades multifacetadas, ricas em valores e de invejável cultura geral.

Os nossos ilustres homenageados, com obstinação, sem nenhum tipo de estipêndio, exercem, com comovente denodo e energia inesgotável, atividades ligadas à pesquisa e ao estudo de fatos históricos

relacionados à Geografia, à Geopolítica, e à História Militar, em níveis nacional e mundial. Nessas importantes atividades, promovem, através de escritos e palestras, um intenso número de ações de cunho cultural, imprimindo selo indelével em várias iniciativas fecundas, com energia inesgotável, objetivando elevar o nível de conhecimentos relacionados à História Militar do quadro de associados desta Casa e da sociedade brasileira.

Senhoras e Senhores,

Acresce de importância esta Solenidade ao referenciar as Cadeiras que compõem o plantel de insigne Patronos – e que acabam de ser ocupadas por nossos homenageados – estarem imantadas pelas nobres e majestáticas figuras da Historiografia Militar Brasileira, cujos maravilhosos feitos passaram a constituir verdadeiro paradigma para seus pósteros e exemplo dignificante para as diversas gerações de brasileiros.

Ilustres confrades galardoados com o honroso título de “Associado



–Titular”, “Associado Honorário” e “Associado Correspondente”, hoje homenageados nesta Casa,

Vossos belos, consistentes, e invejáveis *Curriculum Vitae* bem evidenciam vossa brilhante e modelar trajetória, vivenciada ao longo de muitos anos de excelentes e relevantes serviços prestados à cultura nacional e à Pátria.

Vossas múltiplas atividades na vida profissional, quer como conceituados militares, prodigiosos professores, ademais de destacados e criativos historiadores de reconhecido valor, os credenciam como homens de elevada cultura, rara sensibilidade, e lídimos representantes da intelectualidade brasileira.

Que vossos edificantes atributos profissionais, morais, intelectuais, e vossa intensa dedicação aos estudos histórico-culturais, que tão bem os caracterizam, sejam sobejamente canalizados para este novo, laborioso, e gratificante mister, o de associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Indubitavelmente, temos plena convicção de que esta Casa acaba de ser brindada com personalidades de

alto quilate cultural, excelentes e ativos colaboradores cujos nomes certamente emprestarão galardão e acentuado prestígio ao nosso Instituto. Sem sombra de dúvidas, podemos vaticinar que os novéis confrades, pelas características tão bem conhecidas de seus pares, irão deslanchar inúmeras iniciativas fecundas e benfazejas, objetivando elevar, cada vez mais, o conceito que desfrutamos junto à sociedade brasileira.

Digníssimos e briosos Confrades que ora são entronizados nas categorias de:

#### **Associado Titular:**

- Gen Bda Walter Nilton Pina Stoffel;
- Gen Bda Severino de Ramos Bento da Paixão;
- Desembargador Roy Reis Fried;
- Ten Cel Maristela da Silva Ferreira; e
- Sr. Carlos Alexandre de Almeida Costa.

#### **Associado Correspondente:**

- Prof. Alberto Pino Menck;
- Cel Carlos José Sampaio Malan;



- Prof. Fábio Arlindo Dias Verícios;
- Cel Luiz Augusto Rocha do Nascimento;
- Cel Márcio Mendes Herdade
- Prof. Marcos Antônio de Albuquerque;
- Cel Mário Luiz Rossi Machado; e
- Profª Velela Cristina Lucena de Albuquerque.

**Associado Honorário:**

- Cineasta Daniel Mata Roque.

Neste momento solene em que sois formalmente entronizados e carinhosamente acolhidos nesta Casa, em suas diversas gradações, dou-lhes - em nome de nosso ilustre Presidente e demais componentes de nossa prestigiosa Instituição - de braços estendidos, sorriso nos lábios e corações abertos -, as boas-vindas, e aproveitamos o ensejo para lhes formular os melhores votos de muitas felicidades, seguidos de permanentes sucessos e continuadas realizações na meritória, destacada, honrosa, e dignificante função de associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Senhoras e Senhores que integram este fraternal cenáculo,

Em realidade, vivenciamos nesta tarde - ademais desta significativa cerimônia de entronização e acolhimento a ilustres personalidades da vida nacional em nosso conceituado Instituto -, um verdadeiro encontro de homens e de ideias voltados para o bem-comum, para a disseminação de cultura, e para o engrandecimento da historiografia militar brasileira.

A todos, o nosso sincero e comovido muito obrigado.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2017

Manuel Cambeses Júnior – Cel Av  
1º Vice-Presidente do IGHMB

# Relação dos sócios do IGHMB - 2017

## Sócios titulares

| <b>Cad.</b> | <b>Ocupante</b>                            | <b>Patrão</b>                       |
|-------------|--|-------------------------------------|
| 1           | Cel FAB João Rafael Mallorca Natal         | Alfredo D'Escragnolle Taunav        |
| 3           | Prof. Renato Jorge Paranhos Restier Junior | José Maria da Silva Paranhos        |
| 5           | CMG Francisco Carlos Pereira Cascardo      | Alte Antonio Coutinho Gomes Pereira |
| 10          | Cel Cláudio Skora Rosty                    | Cel Antônio de Sena Madureira       |
| 13          | CF Alfredo de Souza Coutinho Filho         | Alte Arthur Silveira da Motta       |
| 15          | CC Carlos André Lopes da Silva             | Ch Div Augusto João Manuel Levergé  |
| 16          | Prof. Marcos Ribeiro Corrêa                | Mal Carlos Augusto de Campos        |
| 17          | Gen Durval Antunes M.P. de Andrade Nery    | Gen Jacob de Niemeyer               |
| 19          | Cel José Fernando de Maya Pedrosa          | Gen Dionísio Evangelista Cerqueira  |
| 20          | Prof. Guilherme de Andréa Frota            | Gen Eduardo José de Moraes          |
| 21          | Cel Fernando Velôzo Gomes Pedrosa          | Cel Emílio Carlos Jourdan           |
| 25          | Cel Manoel Cândido de Andrade Netto        | Euclides R. Pimenta da Cunha        |
| 28          | Prof. Paulo F. de Albuquerque Maranhão     | José Feliciano Fernandes Pinheiro   |
| 32          | TC Charles Klajman                         | Alte José Cândido Guillobel         |
| 35          | Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz          | Gen José Inácio de Abreu Lima       |
| 39          | Prof. Eurico de Lima Figueiredo            | Gen José Vieira Couto de Magalhães  |
| 48          | Cel Francisco José Mineiro Junior          | TC Ricardo Franco de Almeida Serra  |
| 50          | CMG Edina Laura Costa Nogueira da Gama     | Alte Francisco C.S. Torres e Alvim  |
| 54          | Cel Marco Antônio Cunha                    | André Pinto Rebouças                |
| 56          | Cel FAB Marco Tulio Freira Baptista        | Augusto Severo de A. Maranhão       |
| 57          | Cel Heider Antunes Ramiro de Lima          | Mal Pedro Alcântara Bellegarde      |

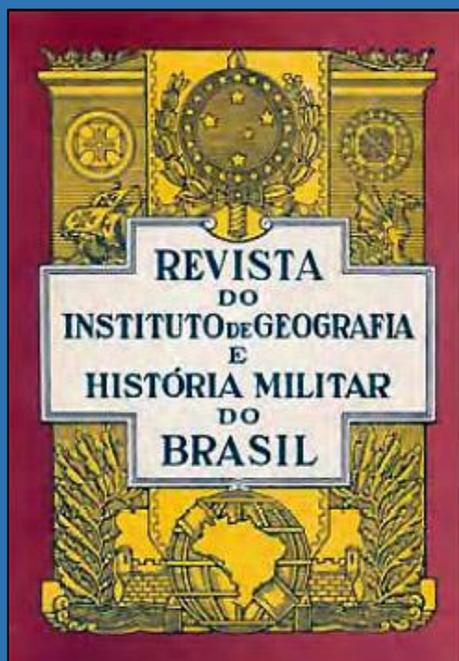


| <b>Cad.</b> | <b>Ocupante</b>                           | <b>Patrono</b>                       |
|-------------|---|--------------------------------------|
| 58          | Cel Carlos Alberto Naccer                 | Mal Luís Alves de Lima e Silva       |
| 60          | Cel FAB Luiz Pedro Miranda da Costa       | Alberto Santos Dumont                |
| 61          | Cel FAB Antonio Celente Videira           | Padre Bartolomeu de Gusmão           |
| 62          | CMG Marcio Bonifácio Moraes               | Alte Luiz Felipe de Saldanha da Gama |
| 63          | Cel Joel Francisco Corrêa                 | Mal Gregório Thaumaturgo de Azevedo  |
| 64          | Emb Marcos Henrique Camillo Côrtes        | João Pandiá Calógeras                |
| 65          | Gen Renato Cesar Tibau da Costa           | Mal Candido Mariano da Silva Rondon  |
| 66          | Gen Sérgio Roberto Dentino Morgado        | Cel Jonathas da Costa Rego Monteiro  |
| 67          | Gen Gilberto Barbosa de Figueiredo        | Gen Eurico Fernandes de Souza Docca  |
| 69          | Cel FAB Manuel Cambeses Júnior            | Brig Lysias Augusto Rodrigues        |
| 71          | Alte Armando de Senna Bittencourt         | Alte Joaquim Marques Lisboa          |
| 74          | Gen Paulo César de Castro                 | Mal Emílio Luís Mallet               |
| 76          | CMG Claudio da Costa Braga                | Alte Francisco Manuel Barroso        |
| 77          | Alte Mário César Flores                   | Alte Joaquim José Ignácio            |
| 78          | Cel Darzan Neto da Silva                  | Francisco Jaguaribe G. de Mattos     |
| 79          | Prof. Israel Blajberg                     | Mal João B. Mascarenhas de Moraes    |
| 81          | Gen Aureliano Pinto de Moura              | Ten Henrique D.E. de Macedo Soares   |
| 86          | Cel Antônio Ferreira Sobrinho             | Gen João Henrique Böhn               |
| 87          | Prof. Paulo André Leira Parente           | Gen Joaquim Xavier Curado            |
| 89          | Prof. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras | Olavo Braz M.dos Guimaraes Bilac     |
| 91          | CT Marcello José Gomes Loureiro           | Pedro Calmon Moniz de Bittencourt    |
| 92          | Prof. Vagner Camilo Alves                 | Brig Nelson F. Lavenère-Wanderley    |
| 93          | Alte Guilherme Mattos de Abreu            | Alte João Prado Maia                 |
| 95          | Prof. Guilherme Antônio Dias Pereira      | Mal Humberto de A. Castello Branco   |
| 97          | Cel FAB Carlos Alberto Leite da Silva     | Mal Eduardo Gomes                    |



| <b>Cad.</b> | <b>Ocupante</b>                         | <b>Patrono</b>                       |
|-------------|---|--------------------------------------|
| 98          | Gen Ulisses Lisboa Perazzo Lannes       | Mal Mário Tavares                    |
| 99          | Gen Pedro Luiz de Araújo Braga          | Alexandre de Gusmão                  |
| 100         | Alte Sérgio Tasso Vásquez de Aquino     | Gastão Penalva                       |
| 102         | Prof. Regina Bibiani Morgado            | Cel Luiz Paulo Carvalho Macedo       |
| 103         | Cel Cesar A. Araripe de Almeida Lacerda | Cel Francisco Ruas Santos            |
| 105         | Gen Márcio Tadeu Bettega Berço          | Profª Therezinha de Castro           |
| 106         | Cel FAB Luiz Mauro Ferreira Gomes       | Brig Deoclécio Lima de Siqueira      |
| 107         | CMG Francisco Eduardo Alves de Almeida  | Alte Armando Amorim Ferreira Vidigal |
| 108         | Cel Hiram de Freitas Câmara             | Gen Carlos Meira Mattos              |
| 111         | Prof. Adler Homero Fonseca de Castro    | Cel Joaquim V. Portella Alves        |
| 112         | Prof. Cesar Machado Domingues           | Cel João Batista Magalhães           |
| 113         | Gen Gilberto Rodrigues Pimentel         | Gen Flamarion Barreto                |
| 114         | Cel Claudio Luiz de Oliveira            | Gen Tristão de Alencar Araripe       |
| 117         | CF Pierre Paulo da Cunha Castro         | Alte Max Justo Guedes                |
| 118         | CMG Valterian Mendonça                  | Mal José Pessoa C.de Albuquerque     |
| 119         | Prof. Ricardo Pereira Cabral            | Gen Severino Sombra de Albuquerque   |
| 120         | CT Jonei Coelho Muniz                   | Alte Manoel José Nogueira da Gama    |

**REVISTA DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E HISTÓRIA MILITAR  
DO BRASIL**



**ANO: 76 N° 104 2017**

**ISSN: 0020-3890**